EXEMPLAR DE ASSINANTE

www.novojornal.jor.br

NOVO JORNAL

R$ 2,00

Ano 4
1343
Natal-RN
Terça-Feira
25 / Março / 2014

4. RODA VIVA

PSDB RECORRE AO TSE PARA QUE ELEIÇÃO DE MOSSORÓ SEJA SUSPENSA

3. PRINCIPAL

ABERTURA DO NOVO AEROPORTO ADIADA

/ SÃO GONÇALO / MARCADA INICIALMENTE PARA 15 DE ABRIL, A DATA DE ABERTURA DO AEROPORTO ALUÍZIO ALVES FOI TRANSFERIDA PARA 10 DE MAIO, A PEDIDO DAS COMPANHIAS AÉREAS; TERMINAL DO AUGUSTO SEVERO FECHA EM AGOSTO

7 E 8. POLÍTICA

VLADEMIR ALEXANDRE / NJ

Procurador Rinaldo Reis vê "lisura"

CÚPULA DO MP NÃO VÊ ERROS EM COMPRA DE 'EDIFÍCIO-MICO'

O procurador-geral de Justiça Rinaldo Reis disse ontem que houve total lisura no processo de aquisição por R$ 850 mil de um imóvel em 2008 e ainda hoje sem uso. Compra foi feita sem considerar Código de Obras.

16. ESPORTES

EDUARDO MAIA / NJ

ABC PERDE MAIS UMA E TORCEDORES INVADEM SEDE

Após nova derrota (2 a 0 contra Alecrim) e de ver ameaçado o calendário no ano do centenário, ABC sofre com vândalos e tenta mostrar união.

FOTOS: EDUARDO MAIA / NJ

17 E 18. ESPORTES

EM NOITE QUENTE, NATAL PASSA NO TESTE DO UFC

Mais de 8 mil torcedores e cerca de seis horas de lutas, em várias modalidades. A estreia de Natal na rota do UFC foi considerada vitoriosa. Evento pode ter nova edição em 2015.

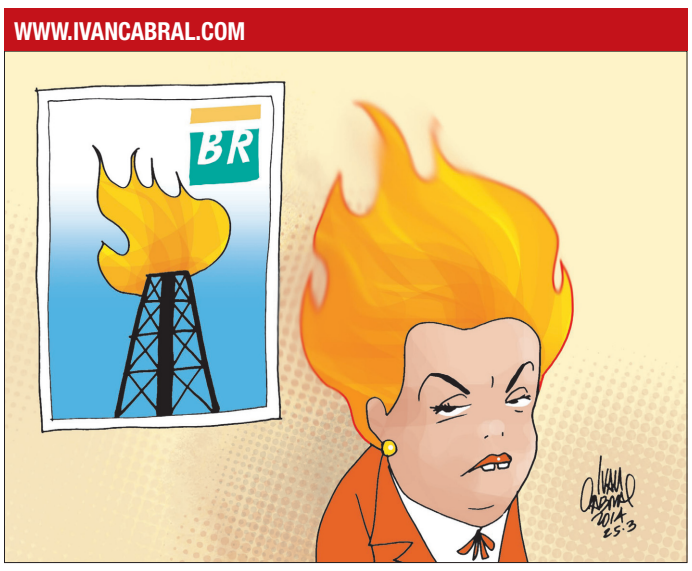
Depois de vencer os dois primeiros rounds da luta principal, o brasileiro Maurício Shogun perdeu por nocaute para o norte-americano Dan Henderson e ainda teve o nariz quebrado. Entre os potiguares, Formiga (no alto) venceu e Ronny Marques (acima) foi derrotado

13. CIDADES

ATENTADOS À SEMOB TERÃO PRIORIDADE, GARANTE GENERAL

Secretário de Segurança, Eliézer Girão garante que vai dar prioridade à investigação de ameaças, agressão e atentado a ônibus em Natal.

WWW.IVANCABRAL.COM



5. POLÍTICA

LICITAÇÃO DO LIXO DE NATAL SERÁ RETOMADA

Licitação que escolherá empresas para coleta do lixo na cidade será retomada após decisão do TCE, mas ainda cabe recurso ao pleno.

12. CIDADES

PRESO TENENTE SUSPEITO DE MATAR LUTADOR

O tenente da PM Iranildo Félix foi preso ontem e vai ser indiciado como autor do assassinato do lutador de MMA Luiz de França.

Últimas

Editor
Everton Dantas

E-mail
evertondantas@novojornal.jor.br

Fones
84 3342.0358 / 3342.0350

UM CASO PARA AS CAIXAS-PRETAS

/ AVIÃO ÁSIA / BOEING CAIU NO MAR E TODOS MORRERAM, DIZ MALÁSIA. PARENTES, AVISADOS DA TRAGÉDIA PELO CELULAR, SE RECUSAM A ACREDITAR

FOLHAPRESS

AS AUTORIDADES DA Malásia concluíram que o Boeing-777 da Malaysia Airlines - desaparecido há mais de duas semanas com 239 pessoas a bordo - caiu em um ponto remoto do oceano Índico e não há sobreviventes. Agarrados a um fio de esperança após 16 dias de investigações, parentes receberam a notícia ontem em uma mensagem de texto para telefones celulares.

"A Malaysia Airlines lamenta profundamente ter que concluir, além de qualquer dúvida razoável, que o [voo] MH370 foi perdido e que ninguém a bordo sobreviveu", dizia o texto. Cerca de meia hora depois, o premiê da Malásia, Najib Razak, foi a público para confirmar o anúncio.

A notícia causou uma explosão de desespero e incredulidade entre parentes de passageiros na China, origem de 154 dos 239 a bordo. No hotel de Pequim onde os parentes estavam instalados desde o desaparecimento, houve choro compulsivo, desmaios e gritos de revolta. Ambulâncias foram ao local para atender alguns que tiveram colapsos nervosos.

Muitos se recusavam a acreditar na notícia. Nas duas semanas de angústia vivida pelos parentes, a escassez de informações e a série de alarmes falsos produziram uma enorme desconfiança em relação às autoridades da Malásia, além de toda a sorte de especulações. "Eles mataram todos para esconder alguma coisa", uma mulher em prantos gritava no hotel em Pequim. "Minhas crianças não morreram. Elas devem estar escondidas em algum lugar. Como eu posso confiar nesse governo?" Após o anúncio, o governo chinês, que não escondeu sua insatisfação com os rumos da investigação, também quis saber mais.

O vice-chanceler, Xie Hangsheng, imediatamente exigiu os dados de satélites que levaram à conclusão das autoridades malasianas. Segundo o premiê malasiano, novas análises fornecidas pela empresa britânica de satélites Inmarsat indicavam que o voo MH370 "terminou" no sul do Índico. Os dados da Inmarsat mostram que a última posição conhecida do avião era o oceano Índico, a oeste de Perth, na Austrália.

O Boeing da Malaysia Airlines decolou de Kuala Lumpur no último dia 8 (pelo horário local) rumo a Pequim. Por motivos ainda desconhecidos, deu meia-volta e voou milhares de quilômetros na direção oposta. O fato de o avião estar com o combustível no fim permite concluir que caiu no mar. Nos últimos dias, as buscas haviam se concentrado no Índico, depois que satélites e equipes de resgate da Austrália, da China e da França avistaram objetos que poderiam ser do Boeing. O anúncio feito hoje acaba com a esperança de haver sobreviventes, mas está longe de esclarecer o mistério do voo MH370, que mobilizou a maior operação multinacional de buscas da história da aviação.

Os investigadores já haviam concluído que houve "intervenção humana" no desvio do avião, depois de ficar claro que os sistemas de comunicação foram desligados por alguém a bordo.

Mas ainda não há pistas sobre o que motivou a ação - o mistério só será desvendado se forem encontradas as caixas-pretas.

REPRODUÇÃO

Avião da Malaysia que está desaparecido há 16 dias pode ter caído no sul do Índico

/ PETROBRAS /

CGU ABRIRÁ PROCESSO DISCIPLINAR SOBRE CASO DA REFINARIA

O MINISTRO-CHEFE DA Controladoria Geral da União, Jorge Hage, informou ontem que o órgão irá instaurar um processo disciplinar, de caráter punitivo, para apurar as responsabilidades na suposta omissão de informações em um relatório que baseou a decisão do conselho da Petrobras de comprar a refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos.

De acordo com Hage, até a semana passada, a CGU apenas acompanhava o caso, mas decidiu abrir processo depois que, em nota em resposta à reportagem do jornal "Estado de S.Paulo", a presidente Dilma Rousseff disse que votou pela compra de 50% da refinaria baseada em um resumo técnico falho, produzido pelo então diretor da área internacional, Nestor Cerveró.

"Já vínhamos acompanhando através de nossa área de auditoria. Mas agora, a partir da nota do Planalto em resposta ao [jornal] 'Estado de S. Paulo', onde fica colocada a questão de omissão de informações ao Conselho de Administração por parte de um diretor da Petrobras, é evidente que a controladoria não pode deixar de determinar a apuração das responsabilidades: da individualização das responsabilidades e da apuração dos prejuízos", disse Hage no Rio, após palestrar em um evento sobre compras públicas na Fundação Getúlio Vargas.

Segundo Hage, a Petrobras fornecerá, nos próximos dias, um relatório sobre as providências tomadas e esclarecimentos sobre o caso. Informou que pediu, ainda, as atas das reuniões do Conselho na época da compra, que foi em 2006, e informações complementares sobre os contratos. Segundo o ministro, a controladoria já tinha resumos da documentação.

A partir do resultado da análise do caso, a CGU decidirá, segundo o ministro, se abrirá um processo punitivo em parceria com a estatal ou separadamente.

"Eu contatei a presidente [da Petrobras] Graça Foster no mesmo dia da nota do Palácio, consultando se já havia uma apuração interna, e pedindo a ela os esclarecimentos e as informações sobre as providencias tomadas. Ela vai me encaminhar isso nos próximos dias", disse.

/ MERCADOS /

AGÊNCIA DE RISCO REBAIXA NOTA DO BRASIL

A DETERIORAÇÃO DAS contas públicas, a perspectiva de baixo crescimento e a piora no deficit nas transações com o exterior levaram a agência de classificação de risco S&P (Standard & Poor's) a reduzir a nota de avaliação do Brasil. A nota caiu de "BBB" para "BBB- (menos)" (a mesma da Espanha e das Filipinas), com perspectiva neutra - ou seja, a agência não pretende voltar a alterar a avaliação ao menos até 2015.

As notas de crédito atribuídas pelas agências têm impacto sobre o custo da dívida de empresas e países. Quanto maior a classificação, menor tende a ser o desembolso com os juros dos financiamentos, e vice-versa. A decisão também tende a ter impacto negativo no mercado financeiro, principalmente na cotação do dólar. "Os sinais ainda não são claros quanto às políticas que serão utilizadas para estabilizar a situação fiscal antes das eleições de outubro. Além disso, em nossa opinião, também não são claras as perspectivas de ajustes após as eleições. Apesar dos recentes esforços de reprogramação do Orçamento, que cortam alguns gastos do orçamento de 2014 aprovado pelo Congresso, será difícil atingir a meta de superavit primário fiscal de 1,9% sem que se recorra, em nossa visão, a "ajustes pontuais", disse a agência em comunicado.

A expectativa de um possível rebaixamento se arrastava desde junho do ano passado, quando a agência colocou a nota brasileira em perspectiva negativa. Apesar da queda, o Brasil ainda mantém o chamado grau do investimento -categoria em que o mercado é considerado seguro para investir. . Se o país cair mais um degrau, no entanto, será reduzido à categoria "junk" (grau especulativo), situação da qual saiu em 30 de abril de 2008, quando a S&P elevou o Brasil ao grau de investimento -agência foi a primeira a fazê-lo.

/ RACISMO /

CASOS DE TINGA E AROUCA RENDEM PENAS BRANDAS

A CONMEBOL, QUE comanda o futebol na América do Sul, e a FPF (Federação Paulista de Futebol) decidiram punir os recentes casos de racismo ocorridos em seus torneios mais importantes de maneira semelhante. Nada de retirada de pontos na classificação ou exclusão das competições. As penas anunciadas ontem foram somente de ordem financeira. O Real Garcilaso, do Peru, terá de pagar US$ 12 mil (R$ 27,8 mil) pelas imitações de macaco feitas por torcedores contra o volante brasileiro Tinga na vitória por 2 a 1 sobre o Cruzeiro, no dia 12 de fevereiro, pela Libertadores.

A FPF foi um pouco mais rigorosa e puniu o Mogi Mirim com multa de R$ 50 mil pelo comportamento de torcedores que chamaram Arouca de "macaco" durante e após a goleada por 5 a 2 do Santos sobre o time da casa. As punições apenas financeiras não chegam a ser uma surpresa. A orientação do comitê disciplinar da Fifa para casos de racismo é que, na primeira vez, a pena deve ser uma multa, com opção de perda de mando de campo. No caso do torneio sul-americano, o Garcilaso recebeu um aviso da Conmebol; e terá o estádio interditado se episódios como o de Tinga acontecerem de novo.

/ SEGURANÇA-RIO /

Exército poderá atuar no Rio até as eleições

TROPAS DO EXÉRCITO vão ocupar as favelas do complexo da Maré, na zona norte do Rio, até, no mínimo, 31 de julho, tempo suficiente para que a região, caminho para quem chega à cidade pelo aeroporto do Galeão ou pela avenida Brasil, fique com segurança reforçada até a final da Copa do Mundo.

Após esse período será feita uma avaliação para determinar a necessidade de as tropas ficarem nas favelas até as eleições, em outubro. Ontem o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e o governador do Rio, Sérgio Cabral, assinaram no Rio o acordo que prevê a ocupação. Não foi anunciada, porém, a data em que as tropas entrarão no complexo, o maior do Rio, com 130 mil moradores espalhados em 17 favelas.

Com a iminência da chegada do Exército já começou a fuga de suspeitos de envolvimento com o tráfico. Ontem, enquanto policiais do Bope (Batalhão de Operações Especiais) começavam uma incursão entrando no complexo pelo lado da Linha Vermelha, do outro lado, no acesso à avenida Brasil, carros deixavam as favelas em alta velocidade.

Como na ocupação do complexo do Alemão, em 2010, os militares terão poder de polícia, concedido pela presidente Dilma Rousseff. "A ocupação será pelo tempo que for necessário. A presença do Estado veio para não terminar", afirmou o ministro da Justiça. Além da extensão, uma das dificuldades de ocupar a região é o fato de ela ter seu controle dividido por três facções: milicianos, traficantes do Comando Vermelho e do Terceiro Comando. Ao conseguir a ajuda federal, o governador Sérgio Cabral consegue resolver alguns problemas da segurança pública antes de deixar o cargo.

Apesar de prometida há algum tempo, a UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) da Maré vinha sendo adiada devido à dificuldade de reunir um efetivo policial suficiente para controlar a região. Estudo da Secretaria de Segurança prevê que seriam necessários 1.500 policiais para ocupar a comunidade. Nenhuma das oito UPPs instaladas em 2013 tem mais do que 350 policiais. Além disso, com a entrada do Exército, os 575 policiais militares do batalhão local ficam liberados para o trabalho em outros pontos.

Como aconteceu no Alemão em 2010, o Exército vai preparar o terreno para a instalação de uma UPP e resolve um problema mais imediato para o governo Sérgio Cabral: garante a segurança em uma área estratégica para a Copa do Mundo. "O que eu quero é retirar o tráfico e mostrar força", afirmou o secretário de Segurança, José Mariano Beltrame.

TÂNIA RÊGO / ABr

Ministro José Eduardo Cardozo garante ocupação por tempo indeterminado

/ UCRÂNIA /

G8 SUSPENDE A RÚSSIA E CANCELA REUNIÃO EM SOCHI

A RÚSSIA FOI suspensa ontem do G8, grupo que reúne sete das maiores economias do mundo mais a Rússia. A cúpula que seria realizada em junho naquele país, em Sochi, foi cancelada. Outra cúpula, sem a presença do presidente russo Vladimir Putin, acontecerá em junho em Bruxelas (Bélgica). A decisão aconteceu em uma reunião de emergência do G7, convocada pelos EUA, paralelamente a uma cúpula de segurança nuclear com 52 líderes mundiais em Haia (Holanda). Depois de algumas sanções econômicas e financeiras, o presidente americano Barack Obama foi a Haia com o objetivo de convencer seus colegas a suspender a Rússia e pedir especialmente aos europeus que aumentassem as sanções contra Moscou, como represália à invasão da Ucrânia e à anexação da Crimeia. Em declaração conjunta assinada pelos líderes do G7 em Haia, o grupo diz que "as ações da Rússia terão consequências significativas" e que "as leis internacionais proíbem a aquisição de parte ou totalidade de territórios de outros Estados por coerção ou uso de força".

Desde 1998, a Rússia foi convidada a participar das reuniões do G7, transformando o grupo em G8. "Neste contexto político, o G8 não existe mais, como formato ou como cúpula", afirmou a chanceler (premiê) alemã, Angela Merkel.

Principal

Editor
Marcos Bezerra

E-mail
marcosbezerra@novojornal.jor.br

Fones
84 3342.0358 / 3342.0350

AÉREAS ARREMETEM

/ ECONOMIA / MINISTRO-CHEFE DA SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL VISITA AEROPORTO ALUÍZIO ALVES E REVELA PEDIDO DAS EMPRESAS GOL E TAM PARA ADIAR INÍCIO DAS OPERAÇÕES NO TERMINAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE PARA O DIA 10 DE MAIO; OBRAS JÁ ESTÃO 94% CONCLUÍDAS

JALMIR OLIVEIRA
DO NOVO JORNAL

FOTOS: NEY DOUGLAS / NJ

Comitiva do ministro Moreira Franco em visita ao Aeroporto Governador Aluízio Alves: otimismo

O AEROPORTO INTERNACIONAL Governador Aluízio Alves, em São Gonçalo do Amarante, recebeu ontem uma nova data para início das operações. O prazo foi fixado em 10 de maio, segundo o ministro-chefe da Secretaria de Aviação Civil, Moreira Franco, que ontem vistoriou a estrutura do novo terminal aeroportuário. Ele descartou o funcionamento simultâneo do Aeroporto Internacional Augusto Severo, em Parnamirim, durante a Copa do Mundo.

A postergação do prazo de operação, que até então era previsto para acontecer em 15 de abril, aconteceu por conta de um pedido das companhias aéreas. "A minha preocupação hoje não é a obra física, mas a operação do aeroporto. A visita hoje foi um pedido das duas principais companhias aéreas brasileiras [Gol e Tam]. As empresas pediram um prazo maior para deixarem o aeroporto de Parnamirim", afirmou Moreira Franco.

O ministro solicitou às companhias que encaminhem um relatório sobre a transferência de operação do terminal do Augusto Severo para o novo aeroporto. A medida é uma forma de fiscalizar o planejamento de ações e as adequações necessárias para o inicio das atividades. O prazo dado às empresas foi de 10 dias. "Nesse período teremos todo o planejamento de utilização do aeroporto traçado. A mudança não é algo trivial", detalhou.

Ontem, representantes das duas companhias acompanharam o ministro na vistoria. Seus representantes não falaram com a imprensa.

Sobre o terminal de Parnamirim, Moreira Franco disse que o local, além do uso do militar, servirá de ponto alternativo para voos executivos [fretados, taxi-aéreo e comitivas oficiais]. A aviação comercial está descartada. O fim dos embarques e desembarques regulares também está previsto para o dia 10 de maio.

Durante a Copa do Mundo, o antigo terminal vai receber a atividade sobressalente do terminal internacional de São Gonçalo. "Serão táxis aéreos e voos fretados de comitivas oficiais que, por algum motivo, não consigam desembarcar no Aeroporo Aluízio Alves", afiançou. A previsão é de que o Augusto Severo cerre as portas, de forma definitiva, em agosto deste ano.

Parnamirim também vai servir de plano alternativo para as cidades de Fortaleza e Recife, que também receberão jogos da Copa do Mundo, no caso do caso de saturação do tráfego aéreo. "O uso comercial do Augusto Severo em junho está descartado. Não podemos dividir as operações, não tem como. Se receber voos, serão executivos", ressaltou Franco.

Com a Copa de 2014, a malha aérea potiguar, segundo dados da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), será ampliada em 48,4% durante o mundial de futebol. Serão exatamente 274 voos adicionais no Aeroporto Aluísio Alves entre o dia de abertura dos jogos, em 11 de junho, e o dia seguinte à partida final, 13 de julho.

O número deve estancar a redução de passageiros contabilizada no Rio Grande do Norte. O atual aeroporto Augusto Severo recebeu 1,42 milhão de passageiros em 2013. Em 2010, no entanto, o volume de passageiros foi 8,39% maior, quando desembarcaram 1,55 milhão de pessoas. A previsão do aeroporto de São Gonçalo é receber até 6,2 milhões de pessoas por ano.

> "A VISITA HOJE FOI UM PEDIDO DAS DUAS PRINCIPAIS COMPANHIAS AÉREAS BRASILEIRAS. AS EMPRESAS PEDIRAM UM PRAZO MAIOR PARA DEIXAREM PARNAMIRIM"
>
> **Moreira Franco**
> Ministro da Aviação

O ministro, que é ex-governador do estado do Rio de Janeiro, Moreira Franco percorreu toda a estrutura do novo terminal aéreo. As obras, de acordo com o Consórcio Inframérica, gestor do empreendimento, alcançaram a taxa de 94% de serviços concluídos. As obras seguem nos serviços de acabamento e instalações finais. As áreas de embarque e desembarque estão praticamente prontas.

ACESSOS

O ministro colheu informações também sobre os acessos rodoviários ao novo aeroporto. As obras foram divididas em duas etapas: Norte e Sul. O lado Norte está com 60% de execução. Os serviços de pavimentação já estão próximos ao terminal passageiros. Com seis quilômetros de percurso, é a ligação do aeroporto com a Rodovia BR 406, em Ceará-mirim. A expectativa é de que seja entregue em 15 de abril.

No lado sul, a obra avançou apenas 20%. A entrega desta etapa está prevista para a segunda quinzena de maio. O trecho liga o terminal com a BR-304, no município de Macaíba. Segundo o Departamento de Estradas e Rodagens (DER), as obras desta etapa estão dentro do cronograma. Moreira Franco sobrevoo toda a área e se mostrou satisfeito com o andamento dos serviços.

Equipamentos de Raio-X estão em fase de testes

Guichês de check-in já foram instalados

Esteiras para bagagem estão prontas para uso

Escadas rolantes do novo terminal já foram testadas

TERMINAL DO AUGUSTO SEVERO AINDA NÃO TEM DESTINAÇÃO DEFINIDA

O futuro do terminal do Aeroporto Augusto Severo ainda não foi selado. De acordo com o presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), Gustavo do Vale, a nova função só será definida no mês de agosto. "Durante a Copa do Mundo não teremos voos comerciais, está descartado, mas voos executivos poderão desembarcar ali. Com isso, não podemos definir uma destinação para o Augusto Severo", disse.

Em razão disso, os contratos com os lojistas que operam no terminal também foram prorrogados até agosto. "Nós acreditamos que todos os contratos serão rescindidos antes. A prorrogação é apenas uma questão de segurança", afirmou.

Uma das possibilidades, segundo o presidente da Infraero, é de que o espaço seja transformado para treinamentos da Força Aérea Brasileira (FAB). "É uma possibilidade, mas não há nada de concreto. Não podemos especular", despistou, apesar do Centro Aéreo de Treinamento (Catre) já funcionar ao lado do terminal.

Gustavo do Vale se mostrou satisfeito com o avanço das obras do terminal aeroportuário de São Gonçalo do Amarante. Esta é uma dor de cabeça a menos para a Infraero. No momento, a empresa está muito preocupada com as obras do terminal de passageiros de Fortaleza (CE), umas das 12 cidades-sedes da Copa do Mundo, cuja previsão de entrega das obras é para 2017. "Temos problemas de atrasos em Fortaleza, mas acredito que não haverá problemas com aeroportos durante a Copa do Mundo", assinalou.

94% CONCLUÍDAS, OBRAS ENTRAM NA FASE DE FINAL

De acordo com o presidente do consórcio Inframérica, Alysson Paolinelli, as obras físicas do Aeroporto Internacional Governador Aluízio Alves alcançaram a reta final. Mesmo com o prazo maior pedido pelas empresas, a estrutura deve estar funcionando já no dia 15 de abril. "Estamos dando os retoques finais. A obra chegou à fase de acabamento e de limpeza. A estrutura funcional do aeroporto está praticamente finalizada", disse.

Dentro do terminal já podem ser vistas esteiras de bagagem, balcões de check-in e os espaços para as companhias aéreas. Segundo Paolinelli, o trabalho esta semana está concentrado na instalação do paisagismo do terminal e obras internas de lojas.

O estacionamento está na parte final de asfaltamento. A próxima etapa é a pintura e sinalização de faixas que demarcam as vagas e o fluxo do estacionamento. As pistas que ligam o aeroporto aos acessos rodoviários, obra de responsabilidade do Governo do Estado, também estão em fase de conclusão no eixo Norte.

De acordo com o consórcio Inframérica, todos os equipamentos e sistemas de navegação aérea e controle de voo estão implantados e em fase de testes. As escadas rolantes já foram instaladas e testadas. Os elevadores, sistema de bagagem e raio-x estão em instalação, assim como os sistemas de ar-condicionado e combate a incêndios.

A data prevista para o desembarque do primeiro voo é dia 10 de maio. "Nosso prazo é entregar a obra física no dia 15 de abril. É um prazo que vamos seguir à risca. Já a operação depende das próprias companhias. Elas pediram um tempo a mais para concluir a transferência de operações. Com isso, a operação civil deve ser iniciada apenas em maio", sinalizou.

O prazo estipulado para o início da mudança do aeroporto Augusto Severo para o Aluízio Alves é o dia 28 de março, mas, segundo Alysson Paolinelli, as portas já estão abertas para a transferência. "Elas (as companhias aéreas) já podem efetuar a transferência. É uma forma de apressar o início das operações", disse.

> "NOSSO PRAZO É ENTREGAR A OBRA FÍSICA NO DIA 15 DE ABRIL. É UM PRAZO QUE VAMOS SEGUIR À RISCA. JÁ A OPERAÇÃO DEPENDE DAS PRÓPRIAS COMPANHIAS"
>
> **Alysson Paolinelli**
> Presidente Consórcio Inframérica

Ele afirmou também que seguem as negociações com o Governo do Estado para a redução do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) do querosene de aviação (QAV). "Será um incentivo para o aumento de voos, mas ficamos na dependência da governadora Rosalba Ciarlini", disse.

Vale lembrar que a Secretaria Estadual de Tributação (SET) tem um projeto para a redução do ICMS. A proposta é de que o tributo caia de 17% para 12% para o uso das aeronaves. Sendo necessário um consumo mínimo de 40% do querosene em solo potiguar.

Rosalba Ciarlini, por sinal, não foi ao aeroporto ontem. Também não havia representantes do Governo do Estado durante a visita do ministro Moreira Franco.

Opinião

Editor
Carlos Magno Araújo

E-mail
carlosmagno@novojornal.jor.br

Fones
84 3342.0358 / 3342.0350

▶ rodaviva@novojornal.jor.br

RODA VIVA
CASSIANO ARRUDA CÂMARA

ATO FALHO

O ato falho (?) da governadora Rosalba Ciarlini, na solenidade em favor do Supersimples, sexta-feira, na sede do Sebrae: "Queremos cumprimentar aqui a mulher Fátima Bezerra, nossa senadora", pode gerar uma enorme saia justa para Fátima, ou para a própria Rosalba. Micarla de Sousa anunciou seu voto em Carlos Eduardo e teve de ouvir que ele não queria o voto dela.

MAIS UM MAIA

Quando se tenta cobrar das famílias Maia e Alves por tudo que aconteceu no Rio Grande do Norte, nos últimos 40 anos, são os Maias que conseguiram uma unanimidade. O gol de Artur Maia, do América, contra o Globo, domingo, é aceito por todos como o mais bonito marcado na história da Arena das Dunas. Casagrande e Beletti, no programa Arena Sportv, o apontaram como o mais bonito da rodada.

ESPAÇO AÉREO

Natal tem uma posição ímpar em relação ao uso do espaço aéreo nos dias de jogos da Copa do Mundo. Segundo a lista da Força Aérea Brasileira, o Aeroporto Augusto Severo, de Parnamirim, não sofrerá qualquer restrição. No Aeroporto Aluízio Alves, de São Gonçalo do Amarante, só as operações de pouso estão autorizadas; a decolagem, vetada.

PESQUISA DO PT

O Instituto Acerte, de São Paulo, que trabalha para o Partido dos Trabalhadores em todo o Brasil, concluiu uma ampla pesquisa no Rio Grande do Norte, mas dificilmente seus números serão conhecidos fora da cúpula partidária. Não foi registrado na Justiça Eleitoral e, provavelmente, os resultados não merecem ser revelados. O PMDB também tem pesquisa, feita pelo IBOPE e não registrada. Mas o pessoal do partido quando fala no assunto é só sorrisos.

SEM ELEIÇÃO

O PSDB decidiu melar a eleição suplementar para prefeito de Mossoró prevista para o dia 4 de Maio. O partido resolveu questionar o assunto, provocando o Tribunal Superior Eleitoral, que já havia decidido que só é possível eleição depois que os motivos que provocaram sua convocação tenham sido julgados. O que ainda não aconteceu.

EXCESSO DE PROBLEMAS

Quando se fala em legado da Copa, um dos itens de destaque em cada cidade-sede vem sendo a situação dos aeroportos de um modo geral, com a maioria reclamando de atrasos e da certeza de que as obras não estarão concluídas até o início do torneio.

Nesse particular, a posição de Natal é completamente diferente de todas as outras. Os reparos programados para o Aeroporto Augusto Severo foram concluídos e o novo Aeroporto Internacional Aluízio Alves está na fase de acabamento para ser inaugurado no mês de maio.

Teoricamente, só teoricamente, Natal não teria o problema das outras cidades e ainda teria uma solução dobrada. É aí que está o perigo. Um mesmo avião não precisa de dois aeroportos para decolar e aterrissar, assim como essa duplicidade não vai melhorar o atendimento a cada passageiro, que deseja ser bem atendido, num ambiente de segurança e onde possa ser rapidamente despachado, seja na ida ou na chegada. O que não depende somente do ambiente aeroportuário.

No novo aeroporto, a questão dos acessos vem sendo muito valorizada, e dificilmente o problema seria solucionado até a Copa. Mesmo que a obra dos tais acessos, à cargo do DER, sejam concluídas. A questão vai se transferir para outros limites, além dos caminhos que estão sendo implantados. O problema vai passar para a falta de estrutura depois dos tais "acessos" em suas duas alternativas. Sendo, nesse caso, a situação mais grave pela BR-101, uma vez que as obras do complexo de viaduto e túneis no chamado Gancho de São Gonçalo ainda nem foram iniciadas. Nesse ponto, as alternativas aeroportuárias se equivalem. A ligação Parnamirim-Natal há muito está saturada, e as obras complementares licitadas para melhorar o tráfego não estarão prontas até a Copa. Do mesmo jeito que, pela Zona Norte, as dificuldades já são enormes mesmo sem aeroporto.

No dia de hoje, o tempo gasto para se chegar ao Aeroporto Augusto Severo para um vôo curto, tipo Recife ou Fortaleza, o passageiro corre o risco de passar mais tempo em terra do que no ar. Para São Gonçalo do Amarante, o panorama não é muito diferente. E nos dois casos sem nenhuma oferta de transporte coletivo, que não seja os ônibus que atendem os fretamentos das agências de turismo. Para o público em geral o chamado "transfer" terá de ser mesmo individual.

A maior questão começa pela falta de informação em torno da transição. Pela legislação, a decisão está tomada. Segundo a concessão de São Gonçalo, no dia em que entrar em operação será o único de Natal. O que implica no fechamento de uma estrutura já consolidada ao longo de oitenta anos, substituída por outra ainda em fase de implantação.

Como também existe o item segurança. Segurança de vôo. Segurança na operação. As próprias empresas de aviação se encarregaram de colocar a temeridade que seria abdicar de uma rotina já testada e aprovada, pela implantação de uma nova, sujeita aos problemas normais de quem está começando, mesmo respeitando-se a experiência dos seus gestores. A dúvida começa nas próprias companhias aéreas, que deixaram isso bem claro.

A decisão anunciada, ontem, pelo ministro Moreira Franco de evitar o chamado tratamento de choque, criando o fato consumado, impede o que poderia ter um custo muito alto. Afinal de contas, os procedimentos para pousos e decolagens em Parnamirim são conhecidos há mais de cinquenta anos, por várias gerações e pilotos e da rotina de todas as empresas. Mas o adiamento do funcionamento do Aeroporto Aluízio Alves não pode estimular que não se tente recuperar o tempo perdido em outras áreas, embora muita coisa esquecida possa ser feita sem traumas. Começando pelas providências mais simples. Afinal, qual a atual estrutura de fiscalização do trânsito (nos dois aeroportos)? Será que existe alguma medida provisória capaz de melhorar o trânsito terrestre no período da Copa?.

"A situação do Governo é como a de uma família. Se alguém passa a ganhar mais dinheiro daquele bolo mensal, outra pessoa tem que perder. É simples"

DO SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, OBERY RODRIGUES, SOBRE A DIVISÃO DO ORÇAMENTO DO ESTADO.

VITÓRIA, AFINAL

O Sindicato dos Professores conseguiu uma vitória inquestionável: conseguiu divulgar que o ano letivo começou ontem, embora a greve não tenha mobilizado nem 10% dos docentes. Os principais veículos de comunicação aceitaram os números e a versão do Sindicato no seu noticiário como se o ano letivo não estivesse em andamento para mais de 90% dos professores.

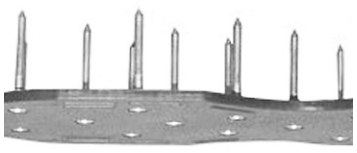
PORTAS ABERTAS

Na festa de reinauguração da sede da Federação do Comércio, o prefeito Carlos Eduardo transmitiu a notícia que o público presente queria ouvir: "A Prefeitura de Natal assegura aos empresários, que tanto trabalham, que não será feriado nos dias de jogo da Copa do Mundo 2014 nesta cidade. Este é um ponto que vinha trazendo preocupação aos empresários, mas não há quem impeça de abrirmos nosso comércio, para aproveitar o fluxo de pessoas que vem assitir os jogos e fazer o que precisamos, que é promover o desenvolvimento de nossa economia".

CIDADE VIOLENTA

Uma ONG do México - Conselho Cidadão para Segurança Pública e Justiça Penas AC - divulgou uma lista das 50 cidades mais violentas do mundo, a partir do número de homicídios por 100 mil habitantes. Dessas, o Brasil tem 16 e Natal ocupa o quarto lugar com o índice de 57,62 homicídios por 100 mil habitantes. Só perde para Maceió, Fortaleza e João Pessoa.

CONTA VELHA



Quando desapropriou 20 mil hectares da Fazenda Maísa, no dia 20 de Dezembro de 2003, o então presidente Lula transferiu para o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, a tarefa de transformar a área numa "nova Arizona"; onze anos depois Rosseto volta do Ministério com amplas possibilidades de concluir a missão. Na última sexta-feira, um grupo de moradores interditou a BR-303 para protestar contra a falta de apoio do Incra aos assentados na MAISA, que está muito longe do Arizona prometido.

ZUM ZUM ZUM

▶ Vencida a batalha da greve dos Professores, a secretária Betânia Ramalho seguiu para Havana. Participa do 8º Congresso Internacional "Didáticas de la Ciência".

▶ O prefeito Carlos Eduardo Alves abriu um crédito suplementar de R$ 1.500,000,00 para a Operação Tapa-buraco.

▶ O Dia de hoje é para ser muito lembrado, especialmente nesta semana. Hoje é o Dia da Constituição.

▶ A Construtora Moura Dubeux lançou sua campanha de confições especiais para reduzir seu estoque de moradias.

▶ Hoje completa 110 anos da posse de Augusto Tavares de Lira como quarto governador do Rio Grande do Norte.

▶ Igreja Católica festeja no dia de hoje a Anunciação do Senhor.

▶ O Embaixador da Itália, Rafaell Trombetta, estará hoje em Natal para ver a cidade onde a seleção do seu país terá o jogo mais importante da primeira fase da Copa.

▶ José Hamilton Ribeiro, o grande repórter, mostrou domingo, no Globo Rural, o trabalho das mulheres da comunidade de Barreirinha com algas.

▶ Os jumentos de Apodi chegaram ao "The New Yprk Times", numa reportagem do correspondente Larry Rother, destacando a bizarrice da proposta.

▶ O PHS (Partido Humanista da Solidariedade) convocou sua "plenária estadual" para o próximo sábado.

Seu dinheiro pode render mais do que na poupança.
Faça uma LCI da CHB.
criola
Até 50% a mais de rentabilidade do que a nova poupança
> Isenção de I.R (pessoa física)
> Mesma garantia da poupança
> Sem taxas
> Sem tarifas
CHB COMPANHIA HIPOTECÁRIA BRASILEIRA
4009.4800 www.chbcredito.com.br

Editorial

O negócio aeroporto

São Gonçalo do Amarante deve viver um salto de desenvolvimento a partir da chegada do Aeroporto Aluízio Alves, previsto para começar a operar em menos de um mês, dotando assim o estado de uma nova opção para as atividades turística e comercial e amparando, desta forma, o porto na missão de levar os produtos locais para o exterior.

Com o exemplo de São Gonçalo servindo como microcosmo, tem-se uma noção de como, a partir das chances de desenvolvimento de um município, um estado inteiro pode crescer com os investimentos em infraestrutura.

Faz tempo o Rio Grande do Norte se ressente de um novo aeroporto, em razão do existente, em Parnamirim, já não contar com as dimensões necessárias, o que se verifica principalmente nos períodos de pico.

Conforme demonstrou reportagem publicada domingo neste NOVO JORNAL, a cidade de São Gonçalo ainda não dispõe de estrutura suficiente para atender todas as demandas exigidas por um empreendimento do tamanho de um aeroporto – o que não chega a ser demérito. Dificilmente alguma outra cidade potiguar poderia dispor, de imediato, de toda a logística de que necessita o novo terminal.

É alentador notar, em meio a tudo isso, que há uma preocupação geral no município no sentido de que sejam realizados investimentos capazes de atender as demandas exigidas pelo novo aeroporto, o que vai gerar, evidente, mais impostos, mais empregos e, por consequência, mais desenvolvimento para a cidade. É a ordem natural e é o que se espera aconteça em São Gonçalo.

A situação vivida lá dá bem a ideia de como o estado poderia crescer mais rápido se, além do novo empreendimento de São Gonçalo, viesse também, por exemplo, um novo porto – e com ele toda a estrutura de serviços e de negócios que gira em torno dele.

É outra das carências estruturais do estado e que faz com que o RN permaneça bem atrás de estados vizinhos, com os quais se podia dizer que rivalizava até pouco tempo atrás.

Se as estradas, tanto as estaduais como as federais, estivessem em melhores condições, principalmente aquelas que ligam a capital ao interior, era bem provável que os exportadores não optassem pelas rodovias de estados vizinhos para escoar suas mercadorias.

A chegada de um investimento como o aeroporto em São Gonçalo, enfim, dá a ideia do quanto o RN ainda precisa correr para melhorar sua infraestrutura e de como o suprimento destas demandas poderia fazer o estado estar hoje em outro patamar de crescimento.

Artigo

SHEYLA DE AZEVEDO
Jornalista ▶ azevedo.sheyla@gmail.com

Mulher é fortaleza

O som do despertador estereofônico do relógio toca às 5h30. O cansaço de ontem briga com as obrigações de hoje. Mas a mulher levanta e quase faz uma declaração de amor ao travesseiro. Sonha com o calor dos lençóis enquanto vê o pó do café se misturar à água quente. Não há tempo para ressentimentos com as poucas horas de sono. O novo dia desperta com um toque irritante de esperança. E a mulher sabe que, dentre outras coisas, envelheceu mais um dia. Às vezes é numa ruga repentina que brotou no canto do olho. Noutras numa pequena dor nas costas. Ou então porque a vida já está cheia de memórias, lem-branças, cheiros, copos, cortinas, discos, alguns livros de poesia, os gatos que dormem no sofá, o tapete da sala que está perdendo a cor. A mulher sabe, ela aprendeu a ler os sinais.

Aprendeu também que chorar anda de mãos dadas com as frustrações, a dor de ser e também o alívio que vem depois de enxugar as lágrimas e dar um longo suspiro, sentindo a riqueza das coisas invisíveis pedindo passagem para preencher o vazio deixado pelo córrego que sai de dentro das emoções e deságua no rio que molha a face. A mulher sabe chorar e sabe tornar invisível sua dor quando convém à paisagem, faz "cara de paisagem" e segue adiante. Nem que seja para o banheiro mais próximo, onde é mais seguro ser frágil.

A mulher encara a saraivada de picadas de maribondos vermelhos e se joga no desespero porque às vezes o abandono é o único refúgio do corpo e da alma. A mulher chora e grita porque quando nasce a dor é natural. Chorar é uma possibilidade, assim como também é natural falar, é natural entristecer. A mulher sente dores de cabeça, dores nos seios, dores no ventre. Sente e ri de si mesma por ser assim tão susceptível à dor e também à armadura que comprime esse quase objeto palpável em sua carne num sorriso ou num batom vermelho. Mulher sabe sofrer. São raras as que se negam à indignidade da ilusão. Sofrer não é pecado, embora não seja prêmio.

A mulher pode até gostar de ler romances e de ver filmes açucarados, mas não basta. Quer um romance bem escrito nas linhas da sua alma; no centro de sua cama e nas curvas do seu pensamento. A mulher é capaz de amar até mesmo quem ela não conseguiu amar. Ela ama até mesmo a impossibilidade: o cheiro que não bateu, o rosto que não colou, o beijo que não fez levitar os pensamentos, nem apagou a inevitável comparação de outrora. A mulher até queria amar aquele cara, só que não conseguiu. E se pudesse controlar essa matéria por completo, pediria desculpas, voltaria a fita e daria - e pediria - mais uma chance. Mas, o que conta é que transformamos o gosto amargo do não amor, em esperança. Às vezes é melhor dizer não. Melhor que insistir num caminho sem os labirintos e as dúvidas do viver. Desse viver que só vale se tiver paixão.

Painel

VERA MAGALHÃES
Da Folha de São Paulo ▶ painel@uol.com.br

Receituário lulista

Dilma Rousseff estuda nomear o deputado Ricardo Berzoini (PT-SP) para o lugar de Ideli Salvatti na Secretaria de Relações Institucionais. A presidente teve uma longa conversa com o petista há alguns dias e o teria sondado para a vaga. A troca foi recomendada pelo ex-presidente Lula, preocupado com a dificuldade de trânsito interno de Dilma no PT. Berzoini fez duras críticas à condução política do governo em dois jantares na semana passada, um deles com deputados do PMDB.

CURRÍCULO 1
Nome favorito do PP para ocupar uma vaga no Cade, Alexandre Cordeiro Macedo era secretário-executivo do Ministério das Cidades quando empresas vinculadas à pasta assinaram contratos dos metrôs de Belo Horizonte e Porto Alegre, sob investigação pelo conselho.

CURRÍCULO 2
O Cade apontou que empresas privadas teriam formado um cartel para superfaturar licitações da CBTU em Belo Horizonte e da Trensurb em Porto Alegre. As duas empresas são ligadas ao Ministério das Cidades.

COLCHÃO
Articuladores do governo Dilma Rousseff classificam como baixo o risco de a CPI da Petrobras vingar, por enquanto. Dizem que, como outros partidos da base aliada têm interesses na empresa, só atacarão a gestão da estatal se novas denúncias aumentarem a pressão sobre o caso.

HAJA CHIP
A Polícia Federal apreendeu na Operação Lava Jato sete aparelhos de telefone celular usados pelo doleiro Alberto Youssef, suspeito de desvio de verbas do Ministério da Saúde e acusado de ter comprado um carro para o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa.

SEM COPA
Integrantes do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-teto) e outras 15 entidades de movimentos populares se reúnem no domingo em São Paulo para organizar uma agenda de manifestações contra os gastos com a Copa. A ideia é protestar perto dos estádios e fechar avenidas a partir de maio.

NUVEM NEGRA
A redução da nota de avaliação do Brasil pela Standard & Poor's foi tachada de "péssima" por um petista e levou aos auxiliares do governo o temor de uma "nova onda de pessimismo" sobre a economia.

CADEIRA...
Apesar de João Carlos Meirelles não ter poder para ordenar despesas no governo paulista, o assessor especial de Geraldo Alckmin (PSDB) tem assento no conselho gestor das PPPs (Parcerias Público-Privadas), responsável por elaborar editais das parcerias, inclusive na área dos transportes.

... CATIVA
Membros do conselho, no entanto, dizem não ver restrição em sua atuação, desde que ele se abstenha em questões do setor metroferroviário.

ABSTENÇÃO
Integrantes do órgão ponderam também que a CAF, empresa espanhola que passou a ser presidida no Brasil por Renato Meirelles, filho do auxiliar de Alckmin, não manifestou interesse nos projetos discutidos.

ARRAIÁ
Diante da disposição de bancas das secretarias para assinatura de convênios do governo com prefeituras em evento, ontem, no saguão principal do Palácio dos Bandeirantes, um participante comentou: "Isso até parece uma quermesse!"

TROLOLÓ
Integrantes do governo Alckmin relatam certo ceticismo com o andamento das conversas com o PR. Dizem que, apesar dos encontros, as negociações para que o partido integre a aliança não avançam.

TÁ NA CARA
Dirigentes do PR dizem que o banho-maria se deve a um fator: tucanos não acenaram com participação na chapa majoritária.

TIROTEIO

"Quem for eleito assumirá com inflação ascendente, uma vez que terá de fazer os reajustes de energia elétrica e combustíveis.

DE JOSÉ SERRA (PSDB), ex-governador de São Paulo, para quem o governo segura a correção preços, sobre as perspectivas da economia para 2015.

CONTRAPONTO

DANÇA DAS CADEIRAS

Em evento ontem na sede da UGT (União Geral dos Trabalhadores), Geraldo Alckmin (PSDB) ouviu durante discurso um pedido de Ramalho da Construção (PSDB):

– Tenho certeza de que, em 2018, nós o veremos como presidente do país.

Na sequência, outro deputado estadual aliado bajulou o governador, sugerindo que ele ocupasse a Presidência. Na saída do evento, Alckmin foi questionado se tem a pretensão de disputar a sucessão presidencial em 2018.

– Claro –respondeu o tucano, para espanto.

– Presidente do Santos Futebol Clube –completou.

LIXO CONCORRIDO

/ NATAL / 1ª CÂMARA DO TCE-RN NEGA RECURSO A SINDICATO E VOTA PELA RETOMADA DO PROCESSO LICITATÓRIO DA LIMPEZA PÚBLICA PELA URBANA; CABE RECURSO AO PLENO

SÍLVIO ANDRADE
DO NOVO JORNAL

NEY DOUGLAS / NJ

1ª Câmara do TCE-RN votou por unanimidade para retomada da licitação da Urbana

A COMPANHIA DE Limpeza Urbana de Natal vai retomar o processo de licitação para contratação das novas empresas de coleta de lixo da capital na próxima semana. Três empresas participam da concorrência para limpeza pública orçada em R$ 341,7 milhões.

O Sindicato das Empresas de Veículos e Bens Móveis do Rio Grande do Norte (Sinloc/RN) entrou com recurso de agravo no Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte (TCE/RN) contra a licitação 001/2013 no dia 5 de fevereiro passado.

Em sessão especial, ontem, a 1ª Câmara do TCE/RN julgou e negou a representação feita pelo Sinloc, que pediu a suspensão do processo de licitação da Urbana acusando falhas no edital de concorrência pública. Agora, a Urbana pode retomar o processo licitatório.

O presidente da 1ª Câmara, conselheiro Carlos Thompson, considerou o edital legal quanto às cláusulas que estabelecem a qualificação econômico-financeira e quatro lotes que constam na licitação, contestados pelo sindicato.

A primeira votação da contestação do Sinloc foi quinta-feira passada quando o conselheiro auditor do TCE, Cláudio Emerenciano, relator do processo, negou o pedido do Sindicato e seu voto foi acompanhado pelo conselheiro Marco Montenegro.

Com pedido de vistas de Carlos Thompson, a sessão de votação foi suspensa. O conselheiro discordou de pontos de natureza jurídica, mas ontem votou contra a representação do Sinloc, seguido pelo conselheiro Gilberto Jales. O Sinloc pode recorrer da decisão ao pleno do TCE.

O assessor jurídico da Urbana, Leonardo Lopes Pereira, acompanhou a votação junto com o interventor da empresa, Lúcio Henrique Pereira Torres. Segundo Leonardo, o processo de licitação será retomado na próxima semana a partir do ponto que foi suspenso, no julgamento dos recursos de habilitação e inabilitação.

No dia 23 de janeiro, quando seriam abertos os envelopes das propostas financeiras, a Construtora Marquise contestou 20 itens da documentação considerados em desacordo com o edital de licitação apresentados pelas concorrentes ETC Empreendimentos e Tecnologia em Construção Ltda, Torre Empreendimento Rural e Construção Ltda, e Vital Engenharia. As atividades do processo serão retomadas no momento em que foram feitas as contestações, ou seja, no julgamento dos recursos da Marquise.

RETOMADA

A Comissão de Licitação vai se reunir e retomar as análises dos documentos representados pelas empresas de acordo com as exigências do edital, ontem ratificados ontem pela 1ª Câmara do TCE-RN. "Conhecendo as empresas com condições para participar, a comissão vai agendar a abertura das propostas de preços, que é o momento em que se vai conhecer as empresas ganhadoras", completou o assessor jurídico da Urbana.

As empresas concorrentes foram conhecidas no dia 14 de janeiro último, com a abertura dos envelopes de habilitação. Após o estabelecimento de prazos para recursos veio a decisão de judicial suspensão da concorrência. Desta forma não se chegou a julgar os documentos de habilitação.

> "CONHECENDO AS EMPRESAS COM CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR, A COMISSÃO VAI AGENDAR A ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS"
>
> **Leonardo Lopes Pereira**
> Assessor jurídico da Urbana

LICITAÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA É COMPLEXA

NEY DOUGLAS / NJ

Leonardo Lopes, assessor jurídico, e o interventor Lúcio Henrique, no TCE

O difícil processo de licitação da Urbana corre o risco de demorar mais ainda porque o Sindicato das Empresas de Veículos e Bens Móveis do RN pode recorrer ao pleno do TCE.

Antes, a Comissão de Licitação havia habilitado as empresas Construtora Marquise, Vital Engenharia Ambiental, que já prestam serviços para a Prefeitura, e a Corpus Saneamento e Obras. A Marquise, porém, entrou com recurso contestando documentação das suas concorrentes.

O Sinloc é contra a divisão da licitação em quatro lotes de atuação. Também considera a comprovação da qualificação econômico-financeira um ponto negativo para as empresas locais, que não teriam como competir com as empresas de fora; além da exigência de uma declaração com número de veículos, máquinas e equipamentos que devem ser disponibilizados para os serviços. Por fim, a exigência do prazo de 60 meses para cumprimento do contrato a ser assinado entre as partes.

A procuradora do Ministério Público junto ao TCE, Luciana Ribeiro Campos, acatou parcialmente pedidos do Sinloc. Os pareceres favoráveis incluem critérios para a qualificação econômica e financeira das empresas habilitadas e a possibilidade do fracionamento dos serviços de coleta em lotes menores.

"Ao longo de minha atuação nunca me deparei com um processo que tenha despertado tamanho interesse na comunidade. Este é um processo de complexidade impressionante", ressaltou o conselheiro Cláudio Emerenciano. O conselheiro entrou no TCE dia 28 de agosto de 1988 e deverá se aposentar compulsoriamente este ano ao completar 70 anos de idade.

De 28 empresas que compraram o edital de licitação da Urbana, dez fizeram visitas técnicas à empresa demonstrando interesse de participação, mas apenas cinco apresentaram documentação para participar do certame: Corpus Saneamento e Obras do Espírito Santos, Torre Empreendimento (Bahia), ETC Empresa de Terraplanagem (São Paulo) e duas que já prestam o serviço na capital, Construtora Marquise (Ceará) e Vital Engenharia Ambiental (Rio de Janeiro).

CONCORRÊNCIA DA URBANA

Valor da licitação:
R$ 341,7 milhões
Modalidade:
menor preço
Processo contempla 4 lotes:
1º Regiões Norte e Oeste
2º Regiões Sul e Leste
3º Aquisição de equipamentos e administração da estação de transbordo de Cidade Nova
4º Coleta, transporte e tratamento dos resíduos hospitalares da rede municipal de saúde

VAI E VEM NA LICITAÇÃO

11 de julho de 2012
28 de junho 2012
TCE suspende licitação da Urbana duas vezes por falhas no edital

Agosto de 2013
TCE volta a suspender licitação por problemas de cálculos nas planilhas. A taxa BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) iria ocasionar um sobrepreço de R$ 11.634.593,61 na licitação orçada em R$ 369,4 milhões por um prazo de 60 meses

Janeiro 2014
TCE e Urbana chegam a um consenso e a taxa BDI é retirada da administração local e, no final, fica a proposta geral da licitação em R$ 341,7 milhões

23 de janeiro
Marquise contesta documentação das empresas concorrentes: Vital Engenharia Ambiental e Corpus Saneamento e Obras

05 de fevereiro
O Sindicato das Empresas de Veículos e Bens Móveis do Rio Grande do Norte (Sinloc/RN) entra com recurso de agravo no TCE/RN contra a licitação

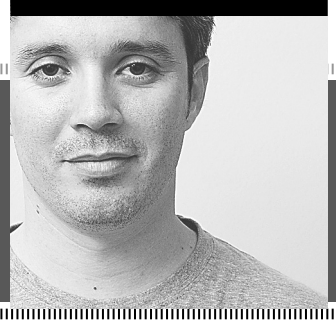
24 de fevereiro
1ª Câmara do TCE/RN nega agravo e licitação pode ser retomada

URBANA HOJE

1.200 empregados efetivos
400 trabalhadores terceirizados
100 veículos na coleta (depois da licitação serão 200 com GPS)
Número de fiscais hoje 200 (depois da licitação: 700)

Jornal de

EVERTON DANTAS
Jornalista ▶ dantas.everton@gmail.com



Everton Dantas escreve nesta coluna às terças-feiras

@evertondantas

O "zelador da coerência" e suas fórmulas gastas

Não costumo fazer isso, mas dessa vez é preciso mudar: publico esta semana um texto que não é meu, ao qual tive acesso no site Meio e Mensagem há alguns dias. Com crédito e tudo. Mas o mais importante mesmo é a exaltação à dúvida, minha principal concordância com o autor, Rodrigo Leão. Impressiona o quanto o mundo está cheio de certeza ultimamente. O que é péssimo! Quando tudo está certo, não há mais nada a descobrir, nada a aprender. Leio coisas que fazem meus intestinos doerem. Por dois motivos: primeiro porque não tentam englobar todos os aspectos da discussão. Segundo, porque não tentam elucidar a questão, clareá-la. Pelo contrário, tentam sempre o "close", o fechamento. Não vou me alongar mais, o recado abaixo é muito mais interessante. Semana que vem eu volto com um complemento a esse raciocínio. Boa leitura.

Por Rodrigo Leão*

Logo antes do Carnaval, um leitor me escreveu dizendo que estava ansioso por uma coluna minha "sobre o Carnaval e como a população brasileira esquece de tudo quando o assunto é festa." Achei o pedido dele engraçado, afinal ele já tinha um assunto (o Carnaval), uma abordagem pessoal (sua teoria de que a população brasileira só quer festa) e até um estilo de escrita (o meu) que imaginava consoante com esse tipo de opinião. Aí, quem ficou ansioso fui eu.

"Ele está achando que eu sou mais um Zelador da Coerência", pensei exasperado. O Zelador da Coerência é uma figura mitológica, primeiramente identificada pelo redator Kleber Fonseca, em 2007. É o guardião desarmado da Verdade absoluta, da Certeza final e da Razão acima da felicidade, cobrando a coerência alheia sem ter o mínimo desejo de interferir nos fatos nem praticar o que prega.

O Zelador da Coerência atira contra sujeitos genéricos. São suas vítimas "o brasileiro", "as elites", "a esquerda caviar", "os baderneiros", "a grande mídia", "os petistas" e "os tucanos", "as mulheres", "os homens", etc. Para ele, a culpa de tudo é sempre de um grupo indefinido de pessoas. Pode ser de esquerda, direita ou centro, desde que totalmente incapaz de enxergar as outras duas posições. Seu objetivo é se perceber vivo por meio da sua capacidade de reclamar. Regozija ao bloquear na sua página do Facebook as opiniões diversas da própria.

Ele está presente nas salas de reunião, demonstrando suas habilidades paranormais, com frases como "Eu adoro essa ideia, mas o consumidor vai pensar xisipsilonzê." Ou "A dona de casa média vai achar essa piada muito complicada." E quem sabe até arriscar um "Os millenials vão curtir, mas não vão compartilhar."

Presumivelmente, mais de 75% do material circulando nas redes sociais por escrito (Facebook e Twitter) seja pura zeladoria da coerência, gerando uma importante competição com os vídeos de gatos fazendo coisas fofas.

Mais preocupante que isso é o jornalismo atual, que vem substituindo práticas tradicionais, como a apuração e a checagem dos fatos, pela zeladoria da coerência. No momento em que escrevia esta coluna, no dia 6/3/2014, lá pras seis da tarde, abri o site da revista Veja aleatoriamente para tomar o principal título da página como exemplo. Olha o que veio: "Black Blocs querem incendiar a greve dos garis no Rio."

É claro que, munido da proteção que só a correta interpretação de texto pode oferecer, o leitor treinado sabe bem o que fazer nessa hora: procurar algo de útil para ler em outro lugar. Mas o que entenderão os mais insistentes? Que jornalistas paranormais (novamente) inferiram o desejo coletivo de um grupo indefinido de jovens ligados por roupas pretas e atitudes agressivas de incendiar metaforicamente, mas em sentido negativo a greve dos garis no Rio. Ah, tá.

Isso não é jornalismo. É propaganda. Uma propaganda que diz: você que está assustado com este mundo paradoxal e, por isso, baseia sua opinião em supersimplificações grosseiras pode ter a ilusão momentânea de que está com a razão. Nós podemos lhe oferecer um mundo onde tudo é Fla x Flu, PT contra PSDB, Black Bloc contra a Polícia, e assim por diante. É a mesma fórmula de jornalismo de entretenimento que levou Rupert Murdoch a se tornar um dos homens mais ricos e poderosos do mundo copiada com quase duas décadas de atraso. Aliás, se tem uma coisa que um Zelador da Coerência gosta é de uma fórmula gasta.

Meu amigo leitor talvez acredite que esta coluna zela pela coerência na publicidade. Muito pelo contrário. Escrevo para dar um pouquinho de espaço para a loucura, a insensatez, a incoerência e a ingenuidade. Pra ver se meus leitores também começam a escrever mais sobre o que acreditam, e ao examinar suas certezas, tenham dúvidas. E que as dúvidas ajudem a abrir seus olhos e ouvidos para o que é outro, o que é novo, diferente e criativo. Como disse o Bandido da Luz Vermelha no filme do Rogério Sganzerla: "Fracassei, eu sei disso. Eu tinha que avacalhar. Um cara assim só tinha que avacalhar pra ver o que saía disso tudo. Era o que eu podia fazer."

*** Rodrigo Leão é sócio-diretor de criação da Casa Darwin** (Texto publicado no site Meio e Mensagem dia 19 de março de 2014.)
Leia mais em http://www.meioemensagem.com.br/ | @meioemensagem | Meioemensagem on Facebook

Plural

JOMAR MORAIS
Jornalista ▶ jomar.morais@supercabo.com.br

Jomar Morais escreve nesta coluna às terças-feiras

O mal da solidão

Não fomos feitos para a solidão. É o que podemos ler no desenho do universo, onde todas as coisas, visíveis e invisíveis, parecem irremediavelmente interligadas numa teia sem limites. Nada existe por si mesmo, nada tem existência inerente. No nível das formas, todas as coisas e todos os seres emergem e submergem em infinita contradança.

Eis é o verso da moeda, aquilo que se mostra em nossa experiência corriqueira. E o reverso, o outro lado?

Uma observação mais apurada, com uma incursão no nivel da ideias, certamente nos conduziria ao achado de filósofos e místicos do passado: o universo e sua diversidade são filhos da mais absoluta solidão. A solidão de Deus.

Deus é o primeiro sem segundo, diz a sabedoria hinduísta. É o alfa e o ômega, o princípio e o fim, ecoa a doutrina cristã. O universo, nessa perspectiva, surge como a grande "lila" - o jogo, a brincadeira – através do qual o Um, o solitário, se entretem em interminável processo de criação.

Estaria aí a raiz da solidão existencial da qual nenhum homem consegue se livrar? Porque por mais estejamos juntos, por mais nos comuniquemos, por mais queiramos fugir dela, em barulhentas distrações, é ela, a solidão, que nos abraça em qualquer mísero segundo que concedemos a nós próprios, como a querer nos revelar o segredo do cosmo.

Se não fomos feitos para a solidão, conforme está explícito no verso da moeda, o nível das formas, parece impossível alcançarmos a plena fruição da vida sem vivenciarmos a herança de soledade que nos legou a fonte divina.

Sem essa experiência de contemplação silenciosa e isolada, que resulta em aceitação e deleite ante o mistério, resta-nos a ansiedade e a sofreguidão, que nos roubam o prazer da vida, e as fugas espetaculares pelos túneis da ilusão, onde sempre acabamos recapturados pelo pelotão do destino. Resta-nos a solidão patológica dos amargurados.

"Há muitas pessoas que sofrem do mal da solidão", escreveu Cecília Meireles. "Basta que em redor delas se arme o silêncio, que não se manifeste aos seus olhos nenhuma presença humana, para que delas se apodere imensa angústia, como se o peso do céu desabasse sobre a sua cabeça".

Eis o drama da maioria. Mas a poetisa nos ajuda com uma dúvida e uma resposta que, penso, podem nos livrar do inferno da agonia indefinível em nossa experiência formal:

"Haverá na terra verdadeira solidão? Não estamos todos cercados por inúmeros objetos, por infinitas formas da natureza (…)? Tudo é vivo e tudo fala, em redor de nós, embora com vida e voz que não são humanas, mas que podemos aprender a escutar, porque muitas vezes essa linguagem secreta ajuda a esclarecer o nosso próprio mistério. Como aquele sultão Mamude, que entendia a fala dos pássaros, podemos aplicar toda a nossa sensibilidade a esse aparente vazio de solidão: e pouco a pouco nos sentiremos enriquecidos".

POTIGAS
COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS
Seja o nosso próximo cliente.
www.potigas.com.br

Conecte-se

O leitor pode fazer a sua denúncia neste espaço enviando fotografias

▶ cartas@novojornal.jor.br | twiter.com/NovoJornalRN | facebook.com/novojornalrn | novojornal.jor.br

Papel
Direto e certeiro "A guerra de papel", artigo de Adriano de Sousa na edição de hoje (sábado) do NOVO JORNAL.

Wlademir Capistrano - @Wlad_Capistrano,
Pelo Twitter

Papel - 2
Parabéns ao jornalista Adriano de Sousa pela sensatez, muita rara nos tempos atuais.

Raimundo Carlyle - @Carlyle_RN,
Pelo Twitter

Papel - 3
O NOVO JORNAL bem que poderia levantar prédios públicos abandonados, obras inacabadas. Esse do MP é grave, mas faço ideia os do executivo.

Cláudia Santa Rosa - @ClaudiaStaRosa,
Pelo Twitter

Verbas
Sobre reportagem mostrando que a verba do MP e do Tribunal de Justiça cresceu mais de 300% em dez anos: é, a verba deles cresce e da saúde, segurança e educação só faz diminuir.

Tomas Dantas,
Pelo Facebook

UFC
Sobre a cobertura do UFC Fight Night 39, promovido em Natal, no domingo, pela maior organização de artes marciais mistas do planeta. O NOVO JORNAL cobriu pelo Instagram, Facebook e Twitter: E Natal é a única cidade do mundo que não vai poder ser consumida bebida alcoólica no ginásio graças ao Ministério Público!

Thiago Gomes,
Pelo Instagram

UFC - 2
Aproveita aí, Luan Xavier! Saudades de uma pauta de Viktor Vidal. Vida longa à melhor redação de Natal!

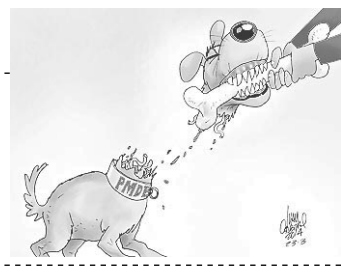
Leandro Leite,
Pelo Instagram

UFC – 3
Muito legal Natal sediar um evento dessa grandeza. Tirando as reclamações em relação ao calor, não vi outra. Acho que podemos dizer que Natal saiu do evento com imagem bem melhor do que o Shogun, que teve o nariz quebrado pelo americano dez anos mais velho do que ele.

Carlos Alberto Rebouças,
Por e-mail

PMDB
Esse não larga o osso, os demais não largam as têtas...

Thiago Vieira,
Pelo Instagram



PMDB - 2
Charge genial! Diz tudo!

Ana Luisa Ribeiro,
Pelo Instagram

Aeroporto
São Gonçalo tem mesmo tudo para se desenvolver com a chegada do novo aeroporto. Vamos ver se os políticos de lá têm a exata noção do que fazer para melhorar também a vida de quem vive por lá.

Marielson Gomes,
Por e-mail

Mobilidade
São tantas obras e tanto dinheiro vindo para a tal mobilidade que a impressão que a gente tem é que depois da copa Natal será outra. Era bom que se formassem comissões de fiscalização para saber se tudo foi feito de maneira correta, acompanhando todas as obras.

Lenilson Medeiros,
Por e-mail

Segurança
Pelo que se viu no noticiário, o novo secretário de Segurança começou com tudo. Trocando seis por meia dúzia.

Anderson M. Costa,
Por e-mail

NOVO JORNAL
ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS
IVC INSTITUTO VERIFICADOR DE CIRCULAÇÃO

Diretor Cassiano Arruda Câmara
Diretor Administrativo Lauro Jucá
Diretor Comercial Leandro Mendes
Diretor de Redação Carlos Magno Araújo

Telefones
(84) 3342-0369 / 3342-0358 / 3342-0380
E-mails
redacao@novojornal.jor.br / pauta@novojornal.jor.br / comercial@novojornal.jor.br / assinatura@novojornal.jor.br
Para assinar (84) 3342-0374

Endereço
Rua Frei Miguelinho, 33, Ribeira
CEP 59012-180, Natal-RN
Representante comercial
Engenho de Mídia - (81) 3466.1308

IV – É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato. (Constituição Federal – Artigo 5°).
Os artigos assinados por colaboradores são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião do NOVO JORNAL. O jornal não pode ser responsabilizado pelas informações usadas nestes textos ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso ou da divulgação dessas informações.

Política

Editor
Viktor Vidal (Interino: Everton Dantas)

E-mail
viktorvidal@novojornal.jor.br

Fones
84 3342.0358 / 3342.0350

ERRO IGNORADO

/ PREJUÍZO / COMPRA DE PRÉDIO ABANDONADO NÃO LEVOU EM CONTA EXIGÊNCIA CÓDIGO DE OBRAS DE NATAL, O QUE ACABOU CAUSANDO ABANDONO. PARA O MP NÃO HOUVE ERRO, MAS POSSÍVEIS IMPROBIDADE E/OU DANO AO ERÁRIO SERÃO INVESTIGADOS

RICARDO ARAÚJO
DO NOVO JORNAL

O PROCESSO DE compra pelo Ministério Público, por R$ 850 mil, do prédio que está abandonado há seis anos na Cidade Alta não levou em conta, na época da avaliação (2008), o Código de Obras de Natal. A lei exige "a relação de uma vaga para cada cinquenta e cinco metros quadrados". Além disso, o processo de compra levou em consideração (entre outros documentos) um termo de visita assinado por um técnico em Edificações; referendado por um engenheiro civil do quadro de servidores da Procuradoria Geral de Justiça (PGJ/RN).

As informações surgiram ontem, em coletiva convocada pela instituição, na qual foram liberados os documentos que embasaram a aquisição do imóvel. Na ocasião, o atual procurador-geral de Justiça, Rinaldo Reis, assegurou que a compra do imóvel não foi viciada e que cabe, a partir de agora, à Promotoria de Defesa do Patrimônio Público, apontar se houve improbidade administrativa e/ou dano ao erário, além de apontar os supostos "culpados". No entender do Ministério Público, erro não houve.

No termo de visita, feita pelo técnico em Edificação (à época) Carlos Victor Freitas Moura, é informado que no dia 13 de fevereiro de 2008 – "cumprindo diligência determinada pelo Eng. Civil Robson Trajano Soares de Oliveira da Procuradoria Geral de Justiça e conforme solicitação verbal do administrador do prédio que abriga as Promotorias de Investigação Criminal" – ele compareceu ao imóvel para verificar "as condições das instalações físicas e estado de conservação do referido imóvel para possível locação e abrigo das Promotorias de Investigação Criminal".

Após isso, em resposta ao Ofício nº 012/2008-PJIC, o então engenheiro civil da PGJ, Robson Trajano Soares de Oliveira, informou ao secretário-geral da Procuradoria à época, que "foi realizada vistoria no imóvel indicado e que o mesmo atende às condições técnicas para acomodar as Promotorias de Investigação Criminal". O engenheiro não observou adequações a serem realizadas ou adaptações às leis vigentes a partir da mudança de perfil de funcionamento do imóvel, que antes era uma clínica.

VLADEMIR ALEXANDRE / NJ

Ministério Público explicou processo de compra em entrevista coletiva e reiterou investigação sobre o caso

O Termo de Visita, entretanto, não passa de um detalhamento das características do imóvel, descritos ao longo de uma página de papel ofício, sem nenhum desenho técnico, ilustrado com fotos do interior do imóvel e fachada. No Termo constam a quantidade de salas, banheiros, tipo de revestimento usado nas paredes, sistemas de instalação elétrica e hidráulica e total de vagas de estacionamento - 11. Em nenhum momento, porém, nos documentos que serviram de suporte legal para a aquisição do empreendimento, há menção às leis que modificaram o Plano Diretor de Natal, um ano antes da negociação.

Estão exclusas, ainda, aquelas relacionadas à questão da acessibilidade e expansão do número de vagas de estacionamento com base na metragem do imóvel, regulamentada através do Relatório de Impacto Sobre o Tráfego Urbano (Ritur), referendado na Lei nº 4.885/07. À época da compra, não existiam arquitetos no quadro de servidores da instituição ministerial.

A pressa pela aquisição de um imóvel foi reconhecida pelo Ministério Público Estadual, que destacou a necessidade de um espaço adequado para a instalação das Promotorias de Investigação Criminal, cujo prédio no qual funcionavam seria interditado pelo Município em decorrência do risco de desabamento. Tal pressa levou o órgão ministerial a não atentar para pontos imprescindíveis à confirmação da viabilidade técnica do empreendimento, o que ocorreu somente após a contratação de um arquiteto, que apontou a necessidade de adequação às normas vigentes.

O órgão, contudo, não assume o erro. "A gente se vale das nossas assessorias nos momentos apropriados. Eu não tenho como apontar falhas nesse processo", assegurou Rinaldo Reis. Ele destacou, ainda, que "não houve falta de razoabilidade e que não há nada a esconder". Na opinião do procurador-geral o caso ganhou notoriedade além da conta. "Eu acho que está tendo uma valorização extra. Parece que este é o principal problema do Estado hoje", disse, na entrevista coletiva concedida ontem.

CONTINUA NA PÁGINA 8 ▶

QUANDO Josivan
FALA QUE O TRABALHO NA ARENA DAS DUNAS LHE RENDEU UMA SEGUNDA CHANCE, ELE SABE BEM O QUE DIZ.

Josivan Martins é um dos muitos operários que participaram da construção da Arena das Dunas, empreendimento reconhecido pelo CNJ com o selo "Começar de Novo", como o que mais absorveu mão-de-obra apenada no país. Hoje, de volta ao convívio social, ele reconquistou o direito de trabalhar, estudar e sonhar com um futuro melhor. Josivan sabe bem o que diz quando conta a sua história. E se ele falou, tá falado.

149 VAGAS DESTINADAS À MÃO-DE-OBRA APENADA
4.500 EMPREGOS GERADOS
+1.000 EMPREGOS TEMPORÁRIOS NOS 4 JOGOS DA COPA.

Josivan Martins
OPERÁRIO - NATAL

RN GOVERNO DO ESTADO
TRABALHANDO POR UM RN MAIOR

ART&C

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 7 ▶

MP TENTOU LIBERAÇÃO DIFERENCIADA PARA PODER USAR IMÓVEL

Na coletiva concedida ontem, o procurador-geral de Justiça Rinaldo Reis, acompanhado dos promotores Eudo Rodrigues Leite e Manoel Onofre de Souza Neto, entregou aos veículos de imprensa um calhamaço de documentos no qual constam informações sobre o processo de compra do imóvel, procedimento administrativo para alienação do mesmo e, mais recentemente, doação ao Governo do Estado. O promotor José Augusto Peres Filho, procurador-geral de Justiça à época da aquisição do imóvel, não participou da entrevista. Ele está a serviço do MPRN em Brasília, no Conselho Nacional do órgão.

"Nós defendemos que houve total lisura em todo o processo de aquisição do imóvel. Desde a compra, até agora", destacou o promotor e presidente da Associação dos Membros do Ministério Público (Ampern), Eudo Rodrigues Leite, que conduziu a maior parte da coletiva de imprensa. Ele disse, ainda, que durante o processo de compra do empreendimento, que começou em 2006 com o envio de ofícios por promotores de Investigação Criminal, pelo menos oito imobiliárias foram consultadas.

Quatro delas responderam à pesquisa de mercado lançada pelo MPE em busca do preço de mercado do imóvel em baila. Uma delas informou que o prédio valia R$ 1 milhão. A média de valor, porém, ficou em R$ 929 mil, contra os R$ 850 mil cobrados pelas donas do antigo Instituto de Fonoaudiologia e Otorrinolaringologia de Natal (Iforn), que funcionava no local. "Houve certa urgência em adquirir o imóvel. As Promotorias de Investigação Criminal funcionavam num prédio que estava para ser interditado", argumentou Eudo Rodrigues Leite. Com recursos em caixa, o então procurador-geral de Justiça, José Augusto Peres Filho, acenou positivamente para a compra.

Com o imóvel já pertencente ao Ministério Público Estadual e com a consequente necessidade de adaptação à nova atividade-fim, os técnicos do Setor de Engenharia, já com a presença de um arquiteto prestador de ser viços, iniciaram uma "batalha" para colocar o prédio em funcionamento. O primeiro passo foi recorrer à Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana (Semob), responsável pela liberação do Relatório de Impacto Sobre o Tráfego Urbano (Ritur). À época, Manoel Onofre de Souza Neto já era o procurador-geral de Justiça.

Três dias após tomar posse como tal, em 22 de junho de 2009, ele oficiou à Semob e declarou que o uso do "edifício se dará apenas por promotores e servidores, uma vez que este espaço será utilizado apenas pelas Promotorias Criminais, e este serviço como tendo uma área de pesquisa (inteligência), não é permitido o acesso de terceiros; ... É preciso ressaltar também que nem todos os promotores estarão trabalhando ao mesmo tempo no edifício, e parte dos servidores não possuem veículos próprios, desta forma, diminuindo a necessidade de estacionamentos".

INDEFERIDO

Tal argumentação foi usada como tentativa de convencer a Semob a liberar o prédio com um número insuficiente de vagas de estacionamento. O pedido, porém, foi indeferido pelo então secretário municipal de Transportes adjunto, Haroldo Maia. Até mesmo o número exato de vagas disponíveis, à época do início do imbróglio, é desconhecida pelo MPE. O técnico em Edificações apontou 11 espaços e a declaração encaminhada à Semob fixou em 10, sendo uma das vagas destinada para pessoas com necessidades especiais.

A todo custo, o órgão tentou obter o alvará pela Semob. "Ciente da não adequação do edifício em questão, no que diz respeito à necessidade de vagas para estacionamentos de veículos segundo a Lei Complementar nº 07/94, de 05.04.04, e seus anexos. Mesmo assim solicitamos a aprovação desse processo baseado no uso diferenciado destinado para tal edifício", escreveu o então procurador-geral, Manoel Onofre de Souza Neto, em junho de 2009.

O pedido, porém, permaneceu indeferido pela Semob. Através do Parecer Técnico do órgão, de 29 de julho de 2009, o então secretário adjunto de Trânsito, Haroldo Maia, rebateu que "as vagas apresentadas não atendem a relação de uma vaga para cada cinquenta e cinco metros quadrados. Para cumprir essa relação seriam necessárias 24 vagas para veículos particulares, de acordo com as exigências do Código de Obras do Município de Natal".

"O MP discordou da argumentação da Semob e se passou um ano", relembrou o promotor Eudo Rodrigues Leite. Questionado sobre a possibilidade de judicialização da causa, ele destacou que o Ministério Público Estadual tinha que "dar exemplo" e não "tentar burlar" a lei e procurar outras perspectivas de solução do caso.

NEY DOUGLAS / NJ

▶ Imóvel poderá abrigar Divisão de Homicídios, caso comissão avalie que isso é possível

O CUSTO DO ABANDONO

Em 16 de março do ano passado, o engenheiro civil Raul Omar de Oliveira Dantas, do Núcleo de Engenharia do MPE realizou uma vistoria técnica no imóvel, após cinco anos de abandono. A falta de uso causou danos cuja recuperação poderá superar, em valores atuais, o próprio valor de compra do empreendimento.

O engenheiro apontou, no relatório, que pelo menos uma das vigas de sustentação está em péssimo estado de conservação. "Essa situação verificada pode se estender à boa parte da edificação, pois apresenta sérias evidências que não foi respeitada as boas práticas da engenharia nesta edificação". No mesmo documento, ele apontou a relação entre custo de recuperação e execução de uma nova estrutura.

"O custo para recuperar essas lajes muito provavelmente será superior à execução de uma nova", apontou o engenheiro. No que tange à cobertura do imóvel foi identificado que "o processo corrosivo das armaduras está associado a uma série de falhas construtivas: material de péssima qualidade utilizado no revestimento, cobrimento das armações inadequado, incidência direta de precipitações sem nenhum cobrimento ou impermeabilização da cobertura".

O engenheiro sugeriu, ainda, a construção de uma nova caixa d'água, apontando o risco de desabamento da atual estrutura de sustentação. Ele apontou que, em diversos pontos nos quais existe revestimento, fora utilizado barro na composição da massa. O custo dos serviços de recuperação do empreendimento fora orçado em R$ 427.880,52 sem a inclusão do reforço estrutural.

CORTAR NA PRÓPRIA CARNE, SE NECESSÁRIO

No final da semana passada, a promotora que coordena as Promotorias de Defesa do Patrimônio Público, Keiviany Silva de Sena, recebeu os autos do processo para análise. Menos de 72 horas depois alegou suspeição por foro íntimo. O procedimento, com isto, deve que ser redistribuído. A "notícia do fato", termo que descreve o procedimento que antecipa ou não, a instauração de um inquérito, deverá ser assumida pelo promotor Paulo Batista, da mesma promotoria. Ele, porém, teve como padrinho de casamento o promotor Manoel Onofre de Souza Neto e, assim como Keiviany Sena, poderá alegar suspeição.

Não foi pedido caráter de urgência na investigação do caso. Rinaldo Reis afirmou, porém, que o MPE "cortará da própria carne", se necessário for. O caso também será investigado pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado, sob a batuta do procurador-geral, Luciano Ramos. Ontem pela manhã, ele esteve na PGJ. Rinaldo Reis negou que a ida de Ramos tivesse ligação com o processo do prédio.

VLADEMIR ALEXANDRE / NJ

▶ Manoel Onofre Neto tentou consertar situação junto à Semob

SAÍDA FOI TENTAR ALIENAÇÃO DO PRÉDIO

Nesta época, em 2010, o prédio já tinha sido alvo de vândalos, que extraíram desde o mais barato fio da instalação elétrica às pedras de mármore negro imperial, cujo metro custa, em média, R$ 1.200,00. A saída foi recorrer ao Colégio de Procuradores do MPE, que autorizou a alienação do imóvel. Manoel Onofre de Souza Neto, em janeiro de 2011, assinou o Projeto de Lei Ordinária encaminhado à Assembleia Legislativa, que o aprovou. "A minha preocupação é mostrar aos senhores que ocorreram diligências da Procuradoria Geral de Justiça para dar destinação ao imóvel", asseverou o promotor Manoel Onofre de Souza Neto, ex-procurador-geral.

Em maio do mesmo ano, a governadora Rosalba Ciarlini sancionou a lei. Uma nova avaliação do imóvel foi feita e chegou-se a um valor inferior do que foi gasto na aquisição. A possibilidade de venda, com isto, fora descartada. Em dezembro de 2013, uma vistoria foi feita pela Secretaria de Estado de Infraestrutura (SIN). O órgão concluiu que o imóvel valia R$ 914.833,47. Baseado nesta informação, a PGJ deflagrou um processo licitatório para leilão. Não obteve sucesso, porém. O certame foi deserto.

Restou, como saída mais breve, a doação do imóvel à Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Sesed), para instalar a Divisão Estadual de Homicídios e Proteção à Pessoa (DEHPP) no local. A doação do prédio à Sesed foi confeccionada pelo MPE em 20 de março passado, um dia após o titular da Secretaria, Eliéser Girão Monteiro Filho, confirmar interesse na utilização do edifício.

O empreendimento foi repassado através do Termo de Doação nº 002/2014-PGJ. Na semana passada, a governadora Rosalba Ciarlini afirmou que só receberá o imóvel após o aval de uma comissão técnica formada por engenheiros do Estado, Crea e membros do MPE, que avaliariam as condições e custos de obras a serem executadas.

ARGEMIRO LIMA / NJ

▶ José Augusto Peres, procurador-geral na época da compra

cosern
Grupo Neoenergia

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN

CNPJ Nº 08.324.196/0001-81
COMPANHIA ABERTA - CVM Nº 01813-9

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2013

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

Em 2013, o Conselho de Administração, em conjunto com a Diretoria, revisou a missão, a visão de futuro e os valores do Grupo Neoenergia. Com essa iniciativa e face aos novos desafios apresentados para o setor energético no Brasil, o Grupo renovou seu compromisso com o desenvolvimento sustentável do país e reformulou o enunciado de sua Missão: "Ser a energia que movimenta e ilumina a vida para o bem-estar e o desenvolvimento da sociedade". Essa é a razão de ser do Grupo Neoenergia.

E esse compromisso se confirmou por meio dos investimentos feitos pelo Grupo na geração, distribuição e transmissão de energia.

A COSERN é parte importante desse desenvolvimento e investiu em 2013, R$ 179,6 milhões para expandir e modernizar sua rede elétrica. Tais recursos foram aplicados na conclusão da Subestação Riacho da Cruz (10/12,5 MVA) e o início da construção da Subestação Capim Macio (20/26,6 MVA), além da ampliação de quatro subestações. Também foi possível realizar 76.407 novas ligações, construir 895 km de redes de média tensão (13,8 kV) e 835 km de redes de baixa tensão 380/220 Volts, e implantar 26.003 postes. A COSERN não mediu esforços para continuar fornecendo energia com eficiência e qualidade para as atuais 1.255 mil unidades consumidoras.

Do ponto de vista operacional, em 2013 reduziu seu índice de perdas em 0,74 pontos percentuais em relação a 2012, ficando em 10,69%. Essa redução ocorreu basicamente nas perdas comerciais e é resultado de investimentos na execução das ações previstas no Plano de Redução de Perdas. Outro destaque de 2013 foi o aumento no índice de arrecadação em 1,8 pontos percentuais, alcançando 102,2%. A Energia distribuída cresceu 7,11% em relação ao ano passado, alcançando, no fim do período, 5.213 GWh, enquanto que, segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética o crescimento do consumo de energia no Brasil em relação a 2012 foi de 3,5%.

Destacamos também a contribuição da COSERN para a realização dos jogos da Copa do Mundo de 2014. Em 2013, investiu R$ 4 milhões em obras relacionadas a Copa, com o objetivo de ampliação e manutenção preventiva da sua rede elétrica. Em parceria com as duas outras distribuidoras do GRUPO NEOENERGIA, COELBA e CELPE, implantou, dentro da Itaipava Arena Pernambuco, estádio-sede da Copa 2014, a Usina Solar São Lourenço da Mata. Investimento de R$ 10 milhões, tem potência instalada de 1 megawatt pico, equivalente ao consumo de 6 mil habitantes.

Ainda na linha da inovação com sustentabilidade, o Programa de Eficiência Energética Nova Geladeira substituiu no Rio Grande do Norte, até o final de 2013, 3.766 refrigeradores velhos por novos com selo Procel de eficiência e doou 20.025 lâmpadas fluorescentes, proporcionando uma redução de até 65% na conta de energia do cliente baixa renda. Considerando todo Grupo Neoenergia, foram substituídas 246 mil geladeiras e doadas 2,3 milhões de lâmpadas. Com isso, desde o início do programa, o Grupo promoveu uma economia no consumo de energia de cerca de 301,9 GWh/ano, o equivalente a uma usina de 62,7 MW, que daria para abastecer 214 mil residências com consumo médio de 100 KWh/mês.

Outro destaque de 2013 foi o primeiro lugar entre no ranking divulgado pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), na pesquisa com os grandes clientes realizada entre julho e novembro de 2013. A pesquisa tem como objetivo mensurar o nível de satisfação dos grandes clientes com a qualidade do produto e dos serviços prestados pelas distribuidoras a fim de estruturar ações para a melhoria da qualidade. O principal índice da avaliação é o ISQP (Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida), calculado através do resultado obtido em categorias como: Fornecimento de Energia, Informação ao Cliente, Orientações aos Clientes, Fatura de Energia, Atendimento ao cliente e Imagem da Empresa.

Transformação socioeconômica nas regiões onde atua, respeito pelo cliente, foco nas pessoas, atuação sem fronteiras, integridade, sustentabilidade, criação de valor. Esses valores aliados à transparência e solidez da COSERN levaram a agência Standard and Poor's reafirmar, pelo quarto ano consecutivo, a nota máxima na escala nacional (brAAA) e grau de investimento na escala global (BBB-) em 2013. Nosso EBITDA deste ano foi de R$ 275 milhões e nosso Lucro Líquido de R$ 208 milhões.

Vale ressaltar que em 2013, além dos desafios enfrentados pelo Setor Elétrico de forma geral, a Companhia passou pelo 3º ciclo de revisão tarifária, onde a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL fixou o índice médio das tarifas em 3,86%, com vigência a partir de 16 de abril de 2013. O percentual aplicado na conta dos consumidores em baixa tensão, que representam 99,8% dos clientes, foi de 3,84%, em média.

Ciente da sua contribuição para o desenvolvimento sustentável do País e parte integrante de um dos 40 maiores grupos econômicos do Brasil, a COSERN está preparada para prosseguir com o seu plano de investimentos e com o propósito firme de ser admirada pelos seus clientes, governo e colaboradores e reconhecida, nacionalmente, como referência em inovação, padrões de operação, qualidade de atendimento, rentabilidade e crescimento.

MARCO GEOVANNE TOBIAS DA SILVA
Presidente do Conselho de Administração

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Dados Econômico - Financeiros	2012 Reapresentado	2013	Variação 2013/2012
Receita Operacional Bruta (R$ Mil)	1.995.094	1.887.960	-5,4%
Receita Operacional Líquida (R$ Mil)	1.418.335	1.383.176	-2,5%
EBITDA (R$ Mil)	289.762	275.087	-5,1%
Resultado do Serviço - EBIT (R$ Mil)	238.528	212.020	-11,1%
Resultado Financeiro (R$ Mil) - Exceto JSCP	(12.849)	29.128	326,7%
Lucro Líquido (R$ Mil)	198.016	207.669	4,9%
Ativo Total (R$ Mil)	1.650.070	1.879.804	13,9%
Investimentos (R$ Mil)	174.525	179.632	2,9%
Dívida Bruta (R$ Mil)	590.052	655.668	11,1%
Dívida Líquida (R$ Mil) *	452.146	376.915	-16,6%
Patrimônio Líquido (R$ Mil)	721.715	888.171	23,1%

Indicadores Econômico-Financeiros	2012 Reapresentado	2013	Variação 2013/2012
Margem EBITDA	20,43%	19,89%	-0,5 p.p.
Margem EBIT	16,82%	15,33%	-1,4 p.p.
Margem Líquida	13,96%	15,01%	1 p.p.
Cobertura de Juros (EBITDA/Resultado Financeiro) - Em vezes	22,6	9,4	-58,1%
Dívida Líquida/EBITDA**	1,56	1,37	-12,2%
Índice de Endividamento Líquido	38,52%	29,79%	-8,7 p.p.
Ações			
Valor Patrimonial da Ação (R$ lote de mil ações)	4.294	5.284	23,1%
Lucro Líquido por Ação (R$)	1,18	1,24	4,9%
Dividendos e JSCP Proposto/Deliberado (R$ Milhões)	51	166	228,1%

* Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários
** EBITDA 12 meses
p.p - Pontos Percentuais

Em 2013, o lucro líquido foi de R$ 208 milhões, contra R$ 198 milhões em 2012 (reapresentado), tendo um crescimento de 4,9%. A receita operacional líquida atingiu R$ 1.383 milhões, enquanto em 2012 situou-se em R$ 1.418 milhões. Essa redução de 2,5% resulta da redução de tarifa de energia em torno de 18% conforme a Lei 12.783 de 01/2013 e REH 1.413 de 24 de janeiro de 2013 e do índice médio da revisão tarifária que em 2013 foi de 3,86%. Os custos e as despesas operacionais totalizaram em 2013 R$ 1.171 milhões, 0,8% inferior em relação a 2012, destacando-se o efeito dos ajustes decorrentes da revisão tarifária no montante de R$ 11.934 e da aplicação retrospectiva da Resolução Homologatória nº 1.406/12 – referente à aquisição de energia firmada com a Eletrobrás Termonuclear S.A. – Eletronuclear no montante de R$ 10.525 nos saldos divulgados no ano anterior. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 27,4% contra 23,4% em 2012.

Atendendo a Instrução CVM nº 527 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

Conciliação do EBITDA - R$ Mil	2012 Reapresentado	2013	Variação
Lucro Líquido	198.016	207.669	4,9%
Imposto de Renda e CSLL - corrente e diferido	19.329	25.441	31,6%
Amortização do Ágio e Reversão PMIPL	8.334	8.037	-3,6%
Receita Financeira	(91.516)	(107.457)	17,4%
Despesa Financeira	104.365	78.329	-24,9%
Amortização	51.234	63.068	23,1%
EBITDA	**289.762**	**275.087**	**-5,1%**

BALANÇO PATRIMONIAL
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	31/12/13	31/12/12 (Reapresentado)	01/01/12 (Reapresentado)
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	5	271.382	124.924	154.560
Contas a receber de clientes e outros	6	226.435	241.643	209.097
Títulos e valores mobiliários	7	7.371	12.982	17.452
Recursos CDE	8	6.666	-	-
Impostos e contribuições a recuperar	9	62.523	55.320	21.115
Estoques		2.634	2.647	2.913
Despesas pagas antecipadamente		4.993	2.183	1.269
Entidade de previdência privada	10	399	399	399
Serviços em curso	11	6.523	10.967	10.957
Outros ativos circulantes	15	8.990	6.950	4.530
TOTAL DO CIRCULANTE		**597.916**	**458.015**	**422.292**
NÃO CIRCULANTE				
Contas a receber de clientes e outros	6	184.080	200.023	224.410
Impostos e contribuições a recuperar	9	13.575	12.220	10.779
Impostos e contribuições diferidos	12	118.524	128.940	124.960
Depósitos judiciais	13	21.672	21.903	18.921
Entidade de previdência privada	10	4.549	4.327	2.477
Concessão do serviço público (Ativo financeiro)	14	283.476	226.074	102.113
Outros ativos não circulantes	15	2.513	822	375
Investimentos		1.456	1.572	1.163
Intangível	16	652.043	596.174	626.600
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**1.281.888**	**1.192.055**	**1.111.798**
TOTAL DO ATIVO		**1.879.804**	**1.650.070**	**1.534.090**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	31/12/13	31/12/12 (Reapresentado)	01/01/12 (Reapresentado)
CIRCULANTE				
Fornecedores	17	143.680	133.354	82.739
Empréstimos e financiamentos	18	49.327	67.143	50.353
Debêntures	19	36.587	36.578	37.065
Salários e encargos a pagar	20	9.669	10.120	8.037
Taxas regulamentares	21	9.014	13.323	13.972
Impostos e contribuições a recolher	22	46.957	50.880	47.321
Dividendos e juros sobre capital próprio	23	41.659	50.792	5.909
Provisões	24	11.548	11.275	6.415
Outros passivos circulantes	25	29.038	26.967	16.640
TOTAL DO CIRCULANTE		**377.479**	**400.432**	**268.451**
NÃO CIRCULANTE				
Fornecedores	17	15.604	17.306	9.016
Empréstimos e financiamentos	18	569.754	450.033	446.178
Debêntures	19	-	36.299	72.475
Taxas regulamentares	21	110	475	3.127
Provisões	24	25.708	20.264	22.384
Outros passivos não circulantes	25	2.978	3.546	5.327
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**614.154**	**527.923**	**558.507**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26			
Capital social		179.787	179.787	179.787
Reservas de capital		266.766	266.766	266.766
Reservas de lucros		267.963	275.477	183.089
Outros resultados abrangentes		(4)	(315)	7.620
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		173.659	-	132.486
Lucro/Prejuízo acumulado		-	-	(62.616)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**888.171**	**721.715**	**707.132**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.879.804**	**1.650.070**	**1.534.090**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/13	31/12/12 (Reapresentado)
RECEITA LÍQUIDA	27	1.383.176	1.418.335
CUSTO DO SERVIÇO	28	**(1.017.704)**	**(1.039.307)**
LUCRO BRUTO		**365.472**	**379.028**
Despesas com vendas	28	(61.713)	(69.151)
Despesas gerais e administrativas	28	(91.739)	(71.349)
LUCRO OPERACIONAL		**212.020**	**238.528**
Resultado financeiro		29.128	(12.849)
Receitas financeiras	29	107.457	91.516
Despesas financeiras	29	(78.329)	(104.365)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		**241.148**	**225.679**
Imposto de renda e contribuição social		**(33.479)**	**(27.663)**
Corrente	12	(54.541)	(74.812)
Diferido	12	(12.421)	14.097
Imposto de renda - SUDENE	12	41.520	41.386
Amortização do benefício fiscal do ágio e reversão da PMIPL		(8.037)	(8.334)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		**207.669**	**198.016**
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO			
ON		1,2080336	1,1518779
PNA		1,3288370	1,2670657
PNB		1,3288370	1,2670657

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	31/12/13	31/12/12
Lucro líquido do período	**207.669**	**198.016**
Outros resultados abrangentes do período		
Ganho atuarial plano (BD)/(CD)	(7)	(478)
Tributos s/ ajustes ativos financeiros e ganhos atuariais	3	163
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos efeitos tributários	**(4)**	**(315)**
Total do resultado abrangente do exercício, líquido dos efeitos tributários	**207.665**	**197.701**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

		Reservas de capital				Reservas de lucros								
	Capital social	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Reserva especial de ágio	Reserva de incentivo fiscal	Outras reservas de capital	Reserva de incentivo fiscal	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros a realizar	Outras reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2011 (Reapresentado)	**179.787**	**4.648**	**179.315**	**82.428**	**375**	**146.984**	**35.957**	**-**	**-**	**149**	**7.620**	**(62.616)**	**132.486**	**707.133**
Aprovação da proposta de dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(132.486)	(132.486)
Transações de capital com os sócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(132.486)	(132.486)
Lucro Líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	198.016	-	198.016
Ganhos líquidos sobre ativos atuariais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(315)	-	-	(315)
Destinações:														
Reserva de incentivo fiscal SUDENE	-	-	-	-	-	43.340	-	-	-	-	-	(43.340)	-	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	-	27.623	-	-	-	(27.623)	-	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	-	-	-	21.424	-	(7.620)	(13.804)	-	-
Juros sobre capital próprio (Nota 23)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(36.195)	-	(36.195)
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(14.438)	-	(14.438)
Em 31 de dezembro de 2012 (Reapresentado)	**179.787**	**4.648**	**179.315**	**82.428**	**375**	**190.324**	**35.957**	**27.623**	**21.424**	**149**	**(315)**	**-**	**-**	**721.715**
Reversão de dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13	-	-	-	13
Distribuição de Reserva de Lucros	-	-	-	-	-	-	-	(27.623)	(21.424)	-	-	-	49.047	-
Transações de capital com os sócios	-	-	-	-	-	-	-	(27.623)	(21.424)	13	-	-	49.047	13
Lucro Líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	207.669	-	207.669
Ganhos líquidos sobre ativos atuariais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	311	-	-	311
Destinações:														
Reserva de incentivo fiscal SUDENE	-	-	-	-	-	41.520	-	-	-	-	-	(41.520)	-	-
Juros sobre capital próprio (Nota 23)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(38.949)	-	(38.949)
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.588)	-	(2.588)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(124.612)	124.612	-
Em 31 de dezembro de 2013	**179.787**	**4.648**	**179.315**	**82.428**	**375**	**231.844**	**35.957**	**-**	**-**	**162**	**(4)**	**-**	**173.659**	**888.171**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN ("COSERN" ou "Companhia"), sociedade por ações de capital aberto, registrada na BM&F BOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e controlada pela Neoenergia S.A., ("NEOENERGIA") é concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a estudar, projetar, construir e explorar os sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e outras fontes alternativas de energia, renováveis ou não, e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica e outras fontes alternativas de energia, renováveis ou não, podendo administrar sistemas de produção, transmissão, distribuição ou comercialização de energia pertencentes ao Estado, à União ou a Municípios, prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação, organizar subsidiárias, incorporar ou participar de outras empresas e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, autarquia relacionada com atividades no âmbito do Ministério das Minas e Energia. A sede da Companhia está localizada na Rua Mermoz, 150, Baldo, Natal – Rio Grande do Norte. A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 167 dos municípios do Estado do Rio Grande do Norte, abrangendo uma área de 53 mil Km², outorgada pelo Decreto de 30 de dezembro de 1997 e regulada pelo Contrato de Concessão de Distribuição nº 08, firmado em 31 de dezembro de 1997 com vigência até 31 de dezembro de 2027. Adicionalmente, pela atual regulamentação do setor elétrico, a Companhia vem atendendo consumidores parcialmente e totalmente livres no Estado do Rio Grande do Norte, desde 2003. A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações financeiras em 26 de fevereiro de 2014, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 – Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o registro da receita de fornecimento de energia e de uso da rede de distribuição não faturados, o registro da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pela CVM e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013. As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

2.2 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3 – Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

a) Receita Faturada

Os serviços de distribuição de energia elétrica são medidos através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário de leitura, sendo a receita de serviços registrada na medida em que as faturas são emitidas.

b) Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada visando adequar as leituras ao período de competência referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

c) Receita de construção

A ICPC 01 (R1) estabelece que o concessionário de energia elétrica deva registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 (R1) – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

d) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.4 – Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. As alíquotas aplicáveis do imposto de renda e da contribuição social ("IR e CS") são de 25% e 9%, respectivamente. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. Para o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adota o Regime Tributário de Transição – RTT, que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, da base de cálculo desses tributos. A Companhia tem direito a redução do Imposto de Renda (Incentivo Fiscal Sudene), calculada com base no lucro da exploração (vide nota explicativa nº 26). O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto de renda e contribuição social diferido passivo é integralmente reconhecido. O reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferido ativo ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

Avaliação dos impactos da Medida Provisória 627

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial. As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pagos até a data de publicação desta MP, bem como resultados de equivalência patrimonial. A Companhia elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que a não adoção antecipada pode resultar em ajustes, especialmente relacionados com juros sobre capital próprio e dividendos pagos excedentes ao Lucro tributável. A Administração aguarda a evolução e tratativas das emendas ao texto da referida Medida Provisória para que possa decidir sobre sua adoção antecipada dentro dos prazos estabelecidos pela referida norma tributária.

2.5 - Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.6 – Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (os mantidos para negociação e os designados assim no reconhecimento inicial), empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros, títulos e valores mobiliários e ativo financeiro da concessão do serviço público.

a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

- Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

- Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas do valor justo não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos e financiamentos, e derivativos classificados como valor justo por meio do resultado, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos.

b.1) Mensuração subsequente dos passivos financeiros

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem derivativos.

- Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de

cosern
Grupo Neoenergia

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN
CNPJ Nº 08.324.196/0001-81
COMPANHIA ABERTA - CVM Nº 01813-9

2.15 - Análise do Valor de Recuperação dos Ativos
A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essa avaliação é efetuada com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado, com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:
• Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
• Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

2.16 – Empréstimos, financiamentos e debêntures
As obrigações em moeda nacional e estrangeira são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos. Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, nesse caso o ativo intangível correspondente ao direito de uso da infraestrutura para a prestação do serviço público, estão incluídos no custo do intangível em curso até a data em que estejam prontos para o uso pretendido, conforme disposições das Deliberações CVM nºs 553 de 12 de novembro de 2008 e 672 de 20 de outubro de 2011, que aprovaram, respectivamente, os CPC 04 (R1) – Ativo Intangível e CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

2.17 – Taxas regulamentares
a) Reserva Global de Reversão (RGR)
Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual. (Vide nota explicativa nº 21). A partir de 1º de janeiro de 2013, a Lei nº 12.783 extinguiu a arrecadação do RGR.
b) Conta Consumo de Combustível (CCC)
Parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas e; subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados. A partir de 1º de janeiro de 2013, a Lei nº 12.783 extinguiu a arrecadação do CCC.
c) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)
Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL. A partir de 1º de janeiro de 2013, a Lei nº 12.783 reduziu em 75% a arrecadação da CDE.
d) Programas de Eficientização Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)
São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar anualmente 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.
e) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)
Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.
f) Encargo do Serviço do Sistema (ESS)
Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

2.18 - Participação nos resultados
A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em consideração o alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. O valor atribuído a essa participação é registrado como despesa operacional.

2.19 - Distribuição de dividendos
A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25– Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes e na Interpretação Técnica ICPC 08 – Contabilização da proposta de pagamento de dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos, após destinação da reserva legal. Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "dividendo adicional proposto" no patrimônio líquido. A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios. Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a Companhia.

2.20 – Plano previdenciário e outros benefícios aos empregados
A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com a Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009. Eventuais superávits com planos de benefícios a empregados também são contabilizados, reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos. O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são reconhecidos no resultado do exercício.

2.21 – Provisões
A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis que como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A Companhia também está sujeita a várias reivindicações, legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores legais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

2.22 – Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes
São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas por força de legislação ou cláusulas contratuais, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações financeiras (passivos).

2.23 – Operações de Compra e Venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE
Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

2.24 – Questões ambientais
A Companhia capitaliza gastos referentes a demandas ambientais consubstanciada nas previsões regulamentares do setor de energia elétrica e tem por motivadores os "condicionantes ambientais" exigidos pelos órgãos públicos competentes, para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos. Nesse particular, estão enquadrados o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA, o Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente – IDEMA, este na esfera estadual, e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, no âmbito municipal. Os "condicionantes ambientais" correspondem a compensações que devem ser realizadas para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento. Na hipótese dos gastos decorrerem de convênios com ONGs e outros entes que promovem a preservação ambiental, sem, no entanto, estarem relacionados a projetos de investimentos, o gasto é apropriado ao resultado como despesa operacional. O reconhecimento das obrigações assumidas obedece ao regime de competência, a partir do momento em que haja a formalização do compromisso, e são quitadas em conformidade com os prazos avençados entre as partes.

2.25 – Segmento de negócios
De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 22 – Informações por segmento, correspondente ao IFRS 8 – Operating segments, segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível. Todas as decisões tomadas pela Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de distribuição, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas um segmento passível de reporte.

2.26 - Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado
As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa ("CPC 03"). As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado ("CPC 09").

2.27 - Novos Pronunciamentos Contábeis
2.27.1 Pronunciamentos técnicos revisados pelo CPC em 2013
Alguns pronunciamentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 1º de janeiro de 2012. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações:
CPC 18 (R2)/IAS 28 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto - aprovado pela Deliberação CVM Nº 696, de 13 de dezembro de 2012 (Aprovação do CFC em 25 de janeiro de 2013). A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.
CPC 33 (R1)/IAS 19 - Benefícios a Empregados - aprovado pela Deliberação CVM Nº 695, de 13 de dezembro de 2012 (Aprovação pelo CFC em 30 de janeiro de 2013). A revisão desta norma engloba alterações como a remoção do mecanismo do corredor, o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano e esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações. Esta revisão entrou em vigor para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2013. A Companhia avaliou os impactos da adoção dessas emendas sobre as demonstrações financeiras e procedeu aos ajustes aplicáveis (Vide nota 2.28 a seguir).
CPC 36 (R3) / IFRS 10 (IASB - BV 2012) - Demonstrações Consolidadas – aprovado pela Deliberação CVM Nº 698 de 28 de dezembro de 2012 (Aprovação pelo CFC em 30 de janeiro de 2013). A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.
CPC 44 - Demonstrações Combinadas - aprovado pela Deliberação CVM Nº 708, de 02 de maio de 2013. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.
CPC 45 / IFRS 12 (IASB - BV 2012) - Divulgação de Participações em Outras Entidades- aprovado pela Deliberação CVM Nº 697, de 13 de dezembro de 2012 (Aprovado pelo CFC em 25 de janeiro de 2013) . A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.
CPC 46/IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo - aprovado pela Deliberação CVM Nº 699, de 20 de dezembro de 2012 (Aprovado pelo CFC em 25 de janeiro de 2013). A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.
OCPC 06 - Apresentação de Informações Financeiras Pro forma – aprovado pela Deliberação CVM Nº 709 de 02 de maio de 2013. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

2.28 – Reapresentação dos valores correspondentes
Em consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras, os valores correspondentes aos balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012 e as informações contábeis relativas às demonstrações do resultado do exercício, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados estão sendo reapresentados, de forma a demonstrar os ajustes decorrentes dos seguintes assuntos: (a) Aplicação retrospectiva do CPC 33 (R1) / IAS 19 – Benefícios a Empregados aprovado pela Deliberação CVM Nº 695, de 13 de dezembro de 2012. Os ajustes decorrentes da alteração da regra contábil englobam o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano utilizando a mesma taxa de desconto utilizada no cálculo do passivo atuarial. (b) Correção de erro na apropriação de custos aos ativos vinculados à infraestrutura da concessão. Em decorrência do processo de Revisão Tarifária Periódica, a Companhia realizou uma revisão dos custos não considerados pela ANEEL na determinação da Base de Remuneração Regulatória – BRR utilizada para fins de definição tarifária, visando validar a pertinência dos registros contábeis à luz das regras societárias. Após essa revisão constatou-se que alguns gastos foram capitalizados como ativos sem terem aderência às disposições contidas no CPC 27 e CPC 04, que estabelecem os critérios de reconhecimento de ativo imobilizado e intangível, respectivamente. Em decorrência dessa revisão a Companhia procedeu aos ajustes retrospectivos dos registros contábeis indevidos, conforme dispõe o CPC 23 – Retificação de Erro. Os ajustes decorrentes da correção dos erros identificados impactaram na reversão dos gastos capitalizados indevidamente no ativo financeiro e intangível, estorno da atualização monetária sobre o ativo financeiro e da amortização acumulada dos montantes classificados como ativo intangível, e no aumento das despesas nos períodos em que as mesmas incorreram, líquidos dos efeitos tributários e que foram ajustados contra lucros acumulados no balanço de abertura. (c) Correção de erro no reconhecimento do diferencial de energia comercializada proveniente da Eletronuclear. A Lei nº 12.111 de 09/12/2009 alterou a regulamentação referente à comercialização da energia proveniente da Eletronuclear e estabeleceu que o pagamento à Eletronuclear da receita decorrente da geração da energia de Angra 1 e 2 fosse rateado entre todas as distribuidoras. A Resolução homologatória nº 1.406 de 21/12/2012 definiu os valores do diferencial a ser pago à Eletronuclear por cada distribuidora nos anos de 2013 a 2015 e estabeleceu a cobertura tarifária por meio de um componente financeiro a ser considerado nos processos tarifários. Esse custo de energia adicional no montante de R$ 10.525 foi reconhecido em 31 de dezembro de 2012.
(d) Reclassificações para melhor apresentação
✓ Reclassificação dos créditos a receber referente ao Subsídio baixa renda do grupo de Outros ativos circulantes para Contas a receber;
✓ Os gastos relativos aos Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética apropriados como serviços próprios e em curso estão sendo apresentados líquidos dos recursos disponíveis para aplicação nesses programas, no grupo de Taxas Regulamentares;
✓ Reclassificação de títulos e valores mobiliários para apresentação de empréstimos e financiamentos líquidos das garantias vinculadas;
✓ Os impostos diferidos representam as diferenças temporárias determinadas pela comparação entre os valores contábeis de ativos e passivos, conforme orientação CPC 32;
✓ Reclassificação de Encargo Serviço Sistema de Energia elétrica comprada para revenda para Encargo de uso da rede.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS
3.1 - Julgamentos
A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração identificou julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e efetuou os ajustes necessários (vide nota explicativa nº 2.28).
3.2 - Estimativas e premissas
As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir:
(a) Bifurcação dos bens da concessão do serviço público – ativo financeiro indenizável e ativo intangível
A Companhia adota a premissa de que os bens são reversíveis no final do contrato de concessão, com direito de recebimento integral de indenização pelo poder concedente, sobre os investimentos ainda não amortizados e estimou o ativo financeiro indenizável oriundo da concessão, considerando os investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão, sendo tais montantes classificados como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. A parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor novo de reposição) classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos clientes. Com base nas disposições contratuais e nas interpretações dos aspectos legais e regulatórios, a Companhia adotou a premissa de que será indenizada pelo valor novo de reposição ao final da concessão. Essa determinação impactou a base de formação dos ativos que possuem cláusula de indenização prevista no contrato de concessão, norteado pela ICPC-01(IFRIC-12).
(b) Contratos de construção
Em atendimento ao CPC 17 e ICPC 01, a Companhia contabilizou receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura, considerando que no negócio de distribuição de energia elétrica no Brasil não há margem nos serviços de construção. Desta forma, a margem de construção foi estabelecida como sendo igual a zero, já que os valores desembolsados na atividade de construção são pleiteados, sem a incidência de qualquer margem, na Base de Remuneração Regulatória da Sociedade. A atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica, não sendo prevista, na estrutura tarifária, a remuneração com margem diferente de zero, sobre os serviços de construção.
(c) Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros
Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.
(d) Provisões para riscos tributários, cíveis, regulatórios e trabalhistas
A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, regulatórias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.
(e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa
A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização. A provisão é constituída com base nos valores a receber de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para os clientes com débitos relevantes.
(f) Benefícios pós-emprego
O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas anualmente.

4. TERCEIRO CICLO DE REVISÃO TARIFÁRIA E REAJUSTE TARIFÁRIO
O Contrato de Concessão nº 08/97, que regula a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica na área de concessão da Cosern define a data de 22/04/2013 para a realização da terceira revisão tarifária periódica (3CRTP). As metodologias aplicáveis ao 3CRTP foram definidas nos Módulos 2 e 7 do PRORET que tratam, respectivamente, do cálculo da revisão tarifária e da estrutura tarifária aplicável. Ambos os módulos foram aprovados em novembro de 2011 por meio das Resoluções ANEEL nºs 457/2011 e 464/2011. A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.512 de 16 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União do dia 19 de abril de 2013, homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica da Companhia, em 3,86%, sendo 4,11% referentes ao reposicionamento tarifário econômico e -0,25% relativos aos componentes financeiros pertinentes, o que corresponde a um efeito médio de 4,91% a ser percebido pelos consumidores cativos. A taxa de remuneração regulatória (WACC) incluída na tarifa cobrada aos clientes da Companhia foi de 11,36% antes dos impostos e corresponde à remuneração dos ativos que compõem a infraestrutura da concessão (ativo financeiro indenizável e intangível). As novas tarifas entraram em vigor a partir do dia 22 de abril de 2013 com vigência até 21 de abril de 2014. Os consumidores industriais e comerciais de médio e grande porte, atendidos em alta tensão, tiveram reposicionamento médio de 7,33%. Para os consumidores atendidos em baixa tensão, que inclui os consumidores residenciais e baixa renda, a redução média foi de 3,84%. Os índices aprovados pela ANEEL incidiram nas tarifas já reduzidas de acordo com a Revisão Tarifária Extraordinária anunciada em 24 de janeiro de 2013, conforme dispõe a Lei nº 12.873/2013. O resultado da revisão tarifária foi publicado pela ANEEL através do Despacho 1.004 de 04/04/2013, que estabeleceu a Base de Remuneração Líquida da Distribuição de R$ 882.896. Conforme dispõe a Resolução ANEEL 457/11, o resultado do laudo de avaliação regulatória foi registrado na contabilidade regulatória da Companhia até o segundo mês subsequente à aprovação pela diretoria da ANEEL e os impactos societários estão contemplados nessas demonstrações financeiras.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Caixa e Depósitos bancários à vista	7.192	5.406	6.039
Aplicações financeiras de liquidez imediata:			
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1.003	925	1.013
Fundos de investimento	263.187	118.593	147.508
	271.382	**124.924**	**154.560**

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização. A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Fundos de Investimentos Restritos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com menor nível de risco, tais como: operações compromissadas, CDBs e cotas de fundos. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia. As demais aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário – CDBs, que correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas pela empresa a percentuais que variam entre 97% e 97,5%, o do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), tendo como característica alta liquidez e baixo risco de crédito.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS
As contas a receber de clientes e outros estão compostas da seguinte forma:

	Ref.	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Consumidores	(a)	433.835	475.372	469.120
Títulos a receber		1.175	1.067	952
Comercialização de energia na CCEE	(b)	4.151	8.950	16.319
Disponibilização do sistema de distribuição		5.525	6.455	6.830
Serviços prestados a terceiros		2.112	2.131	2.424
Serviços taxados e adminstrativos		2.226	2.636	2.917
Subvenção	(c)	15.615	11.402	1.251
Outros créditos		1.665	126	3.700
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(d)	(55.789)	(66.473)	(70.006)
Total		**410.515**	**441.666**	**433.507**
Circulante		226.435	241.643	209.097
Não circulante		184.080	200.023	224.410

(a) Consumidores

	Saldos vincendos	Saldos vencidos: Até 90 dias	Saldos vencidos: Mais de 90 dias	Total 31/12/13	Total 31/12/12	Total 01/01/12	PCLD 31/12/13	PCLD 31/12/12	PCLD 01/01/12
Setor privado									
Residencial	25.514	26.245	10.087	61.846	74.781	68.139	(10.087)	(11.756)	(13.170)
Industrial	8.739	3.652	4.260	16.651	19.552	22.653	(4.260)	(4.890)	(6.032)
Comercial, serviços e outras	36.209	9.124	8.023	53.356	61.745	56.803	(8.023)	(9.262)	(10.188)
Rural	5.862	2.743	3.807	12.412	25.566	23.557	(3.687)	(13.955)	(14.645)
	76.324	**41.764**	**26.177**	**144.265**	**181.644**	**171.152**	**(26.057)**	**(39.863)**	**(44.035)**
Setor público									
Poder público									
Federal	4.026	562	226	4.814	3.756	3.167	(95)	(85)	(126)
Estadual	140.540	1.668	109	142.317	140.253	148.242	(24)	(5)	(146)
Municipal	53.860	1.309	20.401	75.570	82.007	87.345	(20.401)	(18.113)	(17.448)
	198.426	**3.539**	**20.736**	**222.701**	**226.016**	**238.754**	**(20.520)**	**(18.203)**	**(17.720)**
Iluminação pública	2.245	168	775	3.188	4.224	3.546	(714)	(666)	(673)
Serviço público	4.385	1.129	7.323	12.837	14.832	13.646	(7.323)	(6.674)	(6.626)
Fornecimento não faturado	50.844	-	-	50.844	48.656	42.022	-	-	-
Total	**332.224**	**46.600**	**55.011**	**433.835**	**475.372**	**469.120**	**(54.614)**	**(65.406)**	**(69.054)**
Circulante	-	-	-	248.664	274.568	259.885	(54.614)	(65.406)	(69.054)
Não circulante	-	-	-	185.171	200.804	209.235	-	-	-

No contas a receber estão incluídos valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, acrescidos de juros e multa calculados pro rata temporis. Do saldo total, o montante de R$ 140.180 (R$ 140.325 em 31 de dezembro de 2012 e R$ 144.328 em 1º de janeiro de 2012), refere-se ao alongamento da dívida da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte – CAERN, conforme Instrumento Particular de Reconhecimento, Consolidação, Pagamento e Parcelamento de Débito CD-0103/2006, CD-0023/2011 e CD-0024/2011.
(b) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE
Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia – MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado. Os valores do não circulante compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculados a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. Dada à incerteza de sua realização a Companhia constituiu Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, em valor equivalente à totalidade do crédito. O saldo apresentado está líquido da PCLD no montante de R$ 13.099 (R$ 12.396 em 31 de dezembro de 2012), vide item (d).
(c) Subvenção à baixa renda – tarifa social
O Governo Federal, por meio das Leis nºs 12.212, de 20 de janeiro de 2010 e 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda. O Decreto Presidencial nº 7.583, de 13 de outubro de 2011 definiu as fontes para concessão de subvenção econômica, a ser custeada com recursos da CDE e com alterações na estrutura tarifária de cada concessionária. A Resolução Normativa ANEEL nº 472, de 24 de janeiro de 2012 estabeleceu a metodologia de cálculo para apurar a Diferença Mensal de Receita – DMR e o montante de recursos a ser repassado a cada distribuidora para custear essa diferença.
A referida subvenção é calculada mensalmente pela distribuidora e submetida à ANEEL para aprovação e homologação através de Despacho, após o qual ocorre o repasse.
O saldo a receber em 31 de dezembro de 2013 é R$ 15.615 (R$ 11.402 em 2012), relativo às subvenções dos meses de novembro e dezembro de 2013.
(d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD
A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída após criteriosa análise das contas a receber vencidas, com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos consumidores e as garantias reais para os débitos, e é considerada suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber. Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº 9.430/96, está adicionado ao lucro real e à base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL.

	Consumidores	Títulos a receber	Subtotal	CCEE	Outros créditos	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2012	(69.054)	(952)	(70.006)	-	(17.031)	(87.037)
Adições	(4.839)	(115)	(4.954)	(12.396)	-	(17.350)
Reversões	8.487	-	8.487	-	31	8.518
Saldos em 31 de dezembro de 2012	**(65.406)**	**(1.067)**	**(66.473)**	**(12.396)**	**(17.000)**	**(95.869)**
Adições	(25.147)	(108)	(25.255)	(703)	-	(25.958)
Reversões	35.939	-	35.939	-	-	35.939
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**(54.614)**	**(1.175)**	**(55.789)**	**(13.099)**	**(17.000)**	**(85.888)**

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais, a preços e condições de mercado, que estão vinculados como contraparte de garantias oferecidas para participação em leilões de energia e contratações de financiamentos, além de aplicações em fundo restrito e Letras Financeiras do Tesouro – LFT.

Agente Financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Banco do Brasil	(b)	Fundo BB Polo	(*)	CDI	1.828	4.572	6.530
Banco Itaú	(a)	CDB	diversos	CDI	11	10	2.141
Bradesco	(b)	Fundo Recife	(*)	CDI	-	-	2.392
Bradesco	(a)	CDB/CDI	diversos	CDI	-	-	742
Bradesco	(a)	LFT	set-14	CDI	12	11	-
Caixa Econômica Federal	(a)	CDB	diversos	CDI	5.520	8.389	5.647
Total					**7.371**	**12.982**	**17.452**
Circulante					7.371	12.982	17.452

(*) Aplicações sem vencimento pré-determinado

(a) Constitui garantia suplementar para pagamento de contrato de energia.
(b) Aplicações em fundo restrito composto por papéis com vencimento no longo prazo.
Os CDBs são títulos emitidos por bancos de primeira linha com liquidez diária, recompra garantida, com variação da taxa de juros com base no percentual do CDI, valorização diária, com registro na CETIP e com portabilidade total e imediata.
A mutação dos títulos e valores mobiliários é a seguinte:

Saldo em 01 de janeiro de 2012	17.452
Aplicações	114.937
Resgates	(120.513)
Remuneração	1.106
Saldos em 31 de dezembro de 2012	**12.982**
Resgates	(6.501)
Remuneração	890
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**7.371**

8. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
Planos Previdenciários
A Companhia é patrocinadora da FASERN - Fundação COSERN de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado, s

cosern
Grupo Neoenergia

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN

CNPJ Nº 08.324.196/0001-81

COMPANHIA ABERTA - CVM Nº 01813-9

da concessão, adotando-se o banco de preços homologados pela ANEEL. A movimentação dos saldos referentes a concessão do serviço púbico (ativo financeiro) está assim apresentada:

	Ref.	
Saldos em 01 de janeiro de 2012		102.113
Baixas	(a)	(7.994)
Transferências	(b)	145.174
Atualização monetária / valor justo	(c)	(13.219)
Saldos em 31 de dezembro de 2012		**226.074**
Baixas		(5.721)
Transferências	(d)	48.257
Atualização monetária / valor justo		14.866
Saldos em 31 de dezembro de 2013		**283.476**

(a) Baixas no ativo financeiro a partir do Laudo da Base de Remuneração Regulatória do 3CRTP, Despacho ANEEL nº 1.004 de 4 de abril de 2013. (b) Redistribuição da infra-estrutura em R$ (10.801) que é classificada no ativo financeiro e no ativo intangível a partir do Laudo da Base de Remuneração Regulatória do 3CRTP, Despacho ANEEL nº 1.004 de 4 de abril de 2013, sem impactar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção da ICPC01 e da OCPC05 e R$ 155.975 referente a transferência do intangível em curso em decorrência do reconhecimento de ativos incorporados no período. (c) O montante de atualização monetária e valor justo em 2012 era de R$ 20.915, na revisão tarifária a Companhia efetou o recálculo dos bens referentes ao 3CRTP, reversíveis ao final da concessão, levando em consideração o valor novo de reposição (VNR). Como conseqüência, o montante de R$ (34.134) foi registrado ajustando às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 . (d) Transferência do intangível em curso em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no período. A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão outorgada tem prazo de vigência de 30 anos, encerrando-se em dezembro de 2027. O contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do termo final do contrato ou outra das hipóteses que prevê, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

11. INTANGÍVEL

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

	31/12/13					31/12/12	01/01/12
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço							
Direito de uso da concessão	4,71%	701.200	(249.207)	36.808	488.801	491.170	530.708
Em curso							
Direito de uso da concessão		165.763	-	(2.521)	163.242	105.004	95.892
Total		**866.963**	**(249.207)**	**34.287**	**652.043**	**596.174**	**626.600**

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

		Em serviço				Em curso			
	Ref.	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2012		685.517	(173.172)	18.363	530.708	86.184	9.708	95.892	626.600
Adições		-	-	-		176.085	(1.931)	174.154	174.154
Baixas	(a)	(27.176)	19.375	-	(7.801)	-	-	-	(7.801)
Amortizações		-	(61.473)	6.707	(54.766)	-	-	-	(54.766)
Transferências - Intangíveis		105.765	-	(2.221)	103.544	(105.765)	2.221	(103.544)	-
Transferências - Ativos financeiros	(b)	(91.150)	-	10.602	(80.548)	(65.642)	1.016	(64.626)	(145.174)
Transferências - Outros		-	43	(10)	33	3.128	-	3.128	3.161
Saldos em 31 de dezembro de 2012		**672.956**	**(215.227)**	**33.441**	**491.170**	**93.990**	**11.014**	**105.004**	**596.174**
Adições		-	-	(136)	(136)	179.632	(19.620)	160.012	159.876
Baixas		(43.206)	29.397	-	(13.809)	-	-	-	(13.809)
Amortizações		-	(63.330)	6.948	(56.382)	-	-	-	(56.382)
Transferências - Intangíveis		68.865	-	(3.445)	65.420	(68.865)	3.445	(65.420)	-
Transferências - Ativos financeiros	(d)	-	-	-	-	(50.897)	2.640	(48.257)	(48.257)
Transferências - Outros		2.585	(47)	-	2.538	11.903	-	11.903	14.441
Saldos em 31 de dezembro de 2013		**701.200**	**(249.207)**	**36.808**	**488.801**	**165.763**	**(2.521)**	**163.242**	**652.043**

(a), (b) e (d) conforme Nota explicativa 14.

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado e pela Administração da Companhia como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil-econômica dos bens. A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear. O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro) (vide nota explicativa nº 14). A Resolução Normativa ANEEL nº 474 de 07/02/2012 estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil-econômica dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição. Anteriormente à edição da Resolução ANEEL 474, a vida útil média do conjunto de ativos da Companhia era em torno de 22 anos, variando entre 21 e 24 anos. Com a implementação da Resolução ANEEL 474, a vida útil desses ativos passou a se situar entre 25 e 28 anos, com média de 26 anos, o que corresponde ao acréscimo de 4 anos em relação à vida útil econômica média anterior. Considerando esse aumento da vida útil, houve uma diminuição da amortização e o conseqüente aumento da parcela residual da infraestrutura que a Companhia espera receber como indenização ao final do período da Concessão. A Companhia realizou os cálculos para determinar a nova estimativa de valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da Concessão e do montante atribuível ao ativo intangível. Considerando os aspectos econômicos, regulatórios e o melhor entendimento técnico-contábil, essa remensuração da infraestrutura resultou na reclassificação de R$ 91.349 da conta de ativo intangível para o ativo financeiro, sem alterar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica. Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

			Principal		Total		
Composição da dívida	Taxa Efetiva	Encargos Circulante	Circulante	Não Circulante	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Moeda nacional							
BNB	TJLP + 3,21% aa 10,5% aa	47	13.200	44.528	57.775	90.332	119.622
(-) Custos de transação		-	(83)	(48)	(113)	-	(420)
		47	**13.117**	**44.480**	**57.644**	**90.332**	**119.202**
BNDES FINEM	TJLP + 1,7% aa a 3,12% aa a 5,5% aa	610	39.522	170.322	210.454	147.363	114.258
Eletrobrás	6%	-	2.160	6.640	8.800	11.681	14.703
FINEP	5,13% aa a 5,34% aa	35	3.283	13.020	16.338	17.011	18.259
(-) Custos de transação		-	(37)	(60)	(97)	(113)	(137)
		35	**3.246**	**12.960**	**16.241**	**16.898**	**18.122**
Banco do Brasil		-	-	133.000	133.000	266.963	250.361
(-) Custos de transação	108% CDI / 13,81% aa	-	(36)	(174)	(210)	(1.895)	(2.952)
Operações com swap	99,5% CDI	-	-	-	-	(7.821)	(3.187)
		-	**(36)**	**132.826**	**132.790**	**257.247**	**244.222**
Total moeda nacional		**692**	**58.009**	**367.228**	**425.929**	**523.521**	**510.507**
Moeda estrangeira							
BANK OF AMERICA	Libor 6M + 1,65% aa	68	(85)	22.091	22.074	19.297	16.456
Operações com swap	107,85% CDI	-	(7.214)	(28)	(7.242)	(4.614)	(1.731)
		68	**(7.299)**	**22.063**	**14.832**	**14.683**	**14.725**
Banco Citibank	Libor 3M + 0,97% aa	187	-	190.801	190.988	-	-
Operações com swap	104,5% CDI	-	(2.330)	4.088	1.758	-	-
		187	**(2.330)**	**194.889**	**192.746**	-	-
Total moeda estrangeira		**255**	**(9.629)**	**216.952**	**207.578**	**14.683**	**14.725**
(-) Garantias depósitos vinculados		-	-	(14.426)	(14.426)	(21.028)	(28.701)
Total		**947**	**48.380**	**569.754**	**619.081**	**517.176**	**496.531**

Para alguns financiamentos foram dadas garantias de receita própria, notas promissórias, aval do acionista controlador e aplicações financeiras vinculadas (contas reservas).

O total devido em moeda nacional e estrangeira da Companhia desdobra-se da seguinte forma:

	31/12/13		31/12/12		01/01/12	
Moeda Nacional	R$	%	R$	%	R$	%
Juros pré-fixados	127.952	30,0%	193.778	37,0%	198.878	38,0%
TJLP	218.188	51,2%	140.832	26,9%	130.465	24,9%
CDI	79.789	18,7%	188.911	36,1%	181.164	34,6%
Total	**425.929**	**100,0%**	**523.521**	**100,0%**	**510.507**	**97,5%**
Principal	425.237		490.263		491.766	
Encargos	692		33.258		18.741	

	31/12/13			31/12/12			01/01/12		
Moeda Estrangeira	Moeda de Origem	R$	%	Moeda de Origem	R$	%	Moeda de Origem	R$	%
Dólar norte americano	88.610	207.578	100,00%	7.185	14.683	100,0%	7.850	14.725	100,0%
Principal		207.323			14.619			14.664	
Encargos		255			64			61	

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 1º de janeiro de 2012:

		Variação %	
Moeda / Indexador	**31/12/13**	**31/12/12**	**01/01/12**
Dólar norte-americano	14,64	8,94	12,58
TJLP	5,00	5,75	6,00
CDI	8,05	8,37	11,64

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	31/12/13			31/12/12			01/01/12		
	Dívida	Custos transação	Total líquido	Dívida	Custos transação	Total líquido	Dívida	Custos transação	Total líquido
2013	-	-	-	-	-	-	56.353	(1.266)	55.087
2014	-	-	-	210.148	(767)	209.381	194.643	(764)	193.879
2015	64.247	(112)	64.135	152.180	(198)	151.982	141.737	(195)	141.542
2016	53.954	(63)	53.891	60.123	(20)	60.103	48.698	(18)	48.680
2017	66.428	(41)	66.387	28.733	(6)	28.727	19.723	(4)	19.719
2018	220.852	(28)	220.824	12.924	(1)	12.923	8.550	-	8.550
2019	145.675	(20)	145.655	2.181	(1)	2.180	1.895	-	1.895
Após 2019	33.307	(19)	33.288	5.766	(1)	5.765	5.527	-	5.527
Total obrigações	**584.463**	**(283)**	**584.180**	**472.055**	**(994)**	**471.061**	**477.126**	**(2.247)**	**474.879**
(-) Garantias depósitos vinculados			(14.426)			(21.028)			(28.701)
Total			**569.754**			**450.033**			**446.178**

A mutação dos empréstimos e financiamentos é a seguinte:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		
	Passivo circulante	Não circulante	Passivo circulante	Não circulante	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2012	53.016	428.790	(2.663)	17.388	496.531
Ingressos	-	46.921	-	-	46.921
Encargos	35.688	7.784	437	-	43.909
Variação monetária e cambial	-	-	11	1.590	1.601
Swap	-	(2.482)	(887)	-	(3.369)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	(25)	(6)	109	78
Transferências	58.968	(58.968)	-	-	-
Amortizações e pagamentos de juros	(76.119)	-	(1.296)	-	(77.415)
(-) Mov. depósitos em garantia	-	7.673	-	-	7.673
(-) Custos de transação	(6)	1.253	-	-	1.247
Saldos em 31 de dezembro de 2012	**71.547**	**430.946**	**(4.404)**	**19.087**	**517.176**
Ingressos	-	93.052	-	195.500	288.552
Encargos	36.532	2.060	437	-	39.029
Variação monetária e cambial	-	-	1	6.458	6.459
Swap	4.400	(893)	(5.564)	-	(2.057)
Efeito cumulativo marcação a mercado	86	(71)	1.226	(4.093)	(2.852)
Transferências	179.605	(179.605)	-	-	-
Amortizações e pagamentos de juros	(234.581)	-	(1.070)	-	(235.651)
(-) Mov. depósitos em garantias	-	6.602	-	-	6.602
(-) Custos de transação	1.112	711	-	-	1.823
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**58.701**	**352.802**	**(9.374)**	**216.952**	**619.081**

13. DEBÊNTURES

						31/12/13			
					Encargos	Principal			
Debêntures(*)	Série	Quantidade de títulos emitidos	Remuneração	Taxa efetiva	Circulante	Circulante	Total	31/12/12 Total	01/01/12 Total
4ª Emissão	Única	16.360	CDI + 0,6% a.a	11,50%	288	36.368	36.656	73.122	110.069
(-) Custos de transação					-	(69)	(69)	(245)	(529)
					288	36.299	36.587	72.877	109.540
Total					**288**	**36.299**	**36.587**	**72.877**	**109.540**

Debêntures simples, não conversíveis em ações.

(a) Condições restritivas financeiras (covenants): A escritura de emissão das debêntures prevê a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros pré-estabelecidos, como segue: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2. Nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e 1º de janeiro de 2012, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente. Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	31/12/13			31/12/12			01/01/12		
	Debêntures	Custos Transação	Total Líquido	Debêntures	Custos Transação	Total Líquido	Debêntures	Custos Transação	Total Líquido
2013	-	-	-	-	-	-	36.360	(176)	36.184
2014	-	-	-	36.368	(69)	36.299	36.360	(69)	36.291
Total	-	-	-	**36.368**	**(69)**	**36.299**	**72.720**	**(245)**	**72.475**

A mutação das debêntures é a seguinte:

	Moeda Nacional		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2012	**37.065**	**72.475**	**109.540**
Encargos	8.749	-	8.749
Transferências	36.352	(36.352)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(45.695)	-	(45.695)
(-) Custos de transação	107	176	283
Saldos em 31 de dezembro de 2012	**36.578**	**36.299**	**72.878**
Encargos	5.069	-	5.069
Transferências	36.368	(36.368)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(41.535)	-	(41.535)
(-) Custos de transação	107	69	176
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**36.587**	**-**	**36.587**

14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Circulante			
Imposto de renda - IR	-	34	723
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-	-	3.608
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	26.956	30.145	27.000
Programa de integração social - PIS	2.643	2.786	2.345
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	12.172	12.838	10.800
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	2.287	2.112	1.521
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	341	320	296
Imposto sobre serviços - ISS	1.337	1.208	718
Impostos e contribuições retidos na fonte	1.096	1.178	246
Outros	125	259	64
Total	**46.957**	**50.880**	**47.321**

15. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

O Conselho de Administração e/ou Assembleia de Acionistas da Companhia aprovaram a declaração de dividendos propostos e juros sobre capital próprio aos seus acionistas da seguinte forma:

			Valor por ação		
Deliberação	Provento	Valor deliberado	ON	PNA	PNB
2013					
RCA de 30 de dezembro de 2013	JSCP	38.949	0,2265701623	0,2492271786	0,2492271786
AGO de 25 de abril de 2013	Dividendos Complementares	14.438	0,0839905475	0,0923896023	0,0923896023
		53.387			
2012					
AGOE de 17 de abril de 2012	Dividendos a partir da Reserva de Lucros	30.504	0,1774443794	0,1951888173	0,1951888173
AGOE de 17 de abril de 2012	Dividendos Complementares	101.982	0,5932389943	0,6525628937	0,6525628937
RCA de 28 de dezembro de 2012	JSCP	36.195	0,2105478219	0,2316026041	0,2316026041
		168.681			

O pagamento dos juros sobre o capital próprio está sendo considerado no cômputo do dividendo mínimo obrigatório. O artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permite a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e da contribuição social, dos juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP. De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária. As ações preferenciais classe "A" e "B" terão direito ao recebimento de dividendos no mínimo 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias. A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido		
Ações ordinárias	31.350	38.215
Ações preferenciais classe "A"	5.477	6.676
Ações preferenciais classe "B"	4.710	5.742
Total	**41.537**	**50.633**
Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado		
Lucro líquido do exercício	207.669	245.872
Incentivo fiscal SUDENE	(41.520)	(43.340)
Amortização do ágio incorporado	23.638	24.513
Reversão da provisão para manutenção do patrimônio líquido	(15.601)	(16.179)
Benefício fiscal da amortização do ágio incorporado	(8.037)	(8.334)
Base de cálculo do dividendo	**166.149**	**202.532**
Dividendos mínimos obrigatórios	**41.537**	**50.633**
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos e propostos:		
Juros sobre capital próprio - R$ 0,2265701623 por ação ON e R$ 0,2492271786 por ação PNA e PNB	38.949	36.195
Complemento dividendos obrigatórios – R$ 0,0150560164 por ação ON e R$ 0,016561618 por ação PNA e PNB	2.588	14.438
Imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio 15%(*)	**(810)**	**(753)**
(*) Na parcela de acionistas imunes não ocorre a incidência de imposto de renda.		

A movimentação dos saldos em 31 de dezembro de 2013 é como segue:

Saldos em 01 de janeiro de 2012	5.909
Declarados	183.119
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(753)
Pagos no período	(137.483)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	**50.792**
Declarados	41.537
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(810)
Pagos no período	(49.847)
Prescritos	(13)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**41.659**

16. PROVISÕES

As provisões constituídas para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais, no montante de R$ 11.548 classificadas no passivo circulante (R$ 11.275 em 31 de dezembro de 2012 e R$ 6.415 em 1º de janeiro de 2012) e R$ 25.708 no não circulante (R$ 20.264 em 31 de dezembro de 2012 e R$ 22.384 em 1º de janeiro de 2012) estão compostas como segue:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2012	15.956	8.140	4.703	28.799
Constituição	3.362	1.672	33	5.067
Baixas/reversão	(2.231)	(3.062)	(62)	(5.355)
Atualização	1.435	1.203	390	3.028
Saldos em 31 de dezembro de 2012	**18.522**	**7.953**	**5.064**	**31.539**
Constituição	2.050	3.962	706	6.718
Baixas/reversão	(1.509)	(2.338)	(600)	(4.447)
Atualização	1.705	1.410	331	3.446
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**20.768**	**10.987**	**5.501**	**37.256**

A administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O Capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é de R$ 179.787.

A composição do capital social realizado por classe de ações, sem valor nominal, e principais acionistas é a seguinte:

	Nº de Ações (EM UNIDADES)							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais					
Acionistas	Única	%	A	%	B	%	Total	%
Neoenergia S.A	110.814.385	85,4	16.507.498	80,1	14.645.619	82,6	141.967.502	84,5
Iberdrola Energia S.A	8.147.546	6,3	2.217.674	10,8	1.417.164	8,0	11.782.384	7,0
Uptick Participações	7.576.650	5,8	1.156.609	5,6	1.047.352	5,9	9.780.611	5,8
Previ	1.854.848	1,4	359.031	1,7	382.135	2,2	2.596.014	1,5
Outros	1.352.790	1,0	365.316	1,8	229.411	1,3	1.947.517	1,2
Total	**129.746.219**	**100,0**	**20.606.128**	**100,0**	**17.721.681**	**100,0**	**168.074.028**	**100,0**

	R$ (EM REAIS)							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais					
Acionistas	Única	%	A	%	B	%	Total	%
Neoenergia S.A.	118.537.146,02	85,4	17.657.921,40	80,1	15.666.286,27	82,6	151.861.353,69	84,5
Iberdrola Energia S.A	8.715.356,31	6,3	2.372.225,83	10,8	1.515.927,52	8,0	12.603.509,66	7,0
Uptick Participações	8.104.674,02	5,8	1.237.214,19	5,6	1.120.342,97	5,9	10.462.231,18	5,8
Previ	1.984.114,14	1,4	384.052,22	1,7	408.766,36	2,2	2.776.932,72	1,5
Outros	1.447.067,24	1,0	390.775,22	1,8	245.398,87	1,3	2.083.241,33	1,2
Total	**138.788.357,73**	**100,0**	**22.042.188,86**	**100,0**	**18.956.721,99**	**100,0**	**179.787.268,58**	**100,0**

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurada prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia, e assegurada, ainda, às ações preferenciais "Classe A", prioridade na distribuição de dividendos.

Reservas de Capital

a) Reserva Especial de Ágio - Essa reserva, no montante de R$ 179.315, foi gerada em função da reestruturação societária da Companhia que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente ao patrimônio líquido, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação (vide nota explicativa nº 24). b) Reserva de Incentivo Fiscal - A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº. 3.000, de 26 de março de 1999. O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007, no montante de R$ 82.428, foi mantido como reserva de capital e, somente poderá ser utilizado conforme previsto em lei.

Reservas de Lucros

a) Reserva de Incentivo Fiscal - Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado do período, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda. O incentivo fiscal SUDENE foi renovado em dezembro de 2010, através do Laudo Constitutivo nº 0183/2010, com validade até 2020, tendo sido assegurada à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração. A Companhia apurou no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 o valor de R$ 42.818 (R$ 43.340 em 31 dezembro 2012) de incentivo fiscal SUDENE, calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando a redução de 75% do imposto de renda apurado pelo Lucro Real. b) Reserva Legal - A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. A Companhia não constituiu reserva legal no exercício por já ter atingido esse limite. c) Reserva de Retenção de Lucros - A Lei das S.A permite às sociedades reterem parcela do lucro líquido do exercício, prevista em orçamento de capital, previamente aprovado pela Assembleia Geral.

Outros Resultados Abrangentes

No patrimônio líquido, a demonstração dos outros resultados abrangentes, em atendimento ao CPC 26 (R1), inclui os ganhos e perdas, não realizados, decorrentes da mensuração a valor justo do ativo financeiro disponível para venda, líquida dos efeitos tributários. Até 31 de dezembro de 2011, os ajustes decorrentes da atualização monetária dos ativos financeiros de concessão foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, a partir de 2012 somente serão reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes os ajustes a valor justo dos ativos financeiros de concessão. Em 2013, estão sendo reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes os ajustes decorrentes da alteração da regra contábil, CPC 33 (R1) / IAS 19 – Benefícios a Empregados, que englobam as alterações relativas à remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano de benefício definido de previdência privada.

18. RECEITA LÍQUIDA

Segue a composição da receita líquida por natureza e suas deduções:

	Ref.	31/12/13	31/12/12
Fornecimento de energia	(a)	**847.226**	**732.312**
Receita de distribuição		823.560	708.938
Remuneração financeira wacc		23.666	23.374
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	(b)	(6.912)	17.724
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(c)	**808.853**	**1.012.791**
Receita de distribuição		786.259	980.465
Remuneração financeira wacc		22.594	32.326
Receita de construção da infraestrutura da concessão		189.077	207.830
Outras receitas	(d)	49.716	24.437
Total receita bruta		**1.887.960**	**1.995.094**
(-) Deduções da receita bruta	(e)	**(504.784)**	**(576.759)**
Total receita operacional líquida		**1.383.176**	**1.418.335**

(a) Fornecimento de Energia

A Composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores é a seguinte:

		"Nº de consumidores faturados (*)"		MWh (*)		R$ mil	
	Ref.	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Consumidores							
Residencial		1.054.871	1.016.625	1.804.818	1.635.582	658.860	692.338
Industrial		4.816	4.980	528.627	567.255	149.024	184.943
Comercial		79.524	76.966	963.498	896.835	374.467	408.629
Rural		71.561	66.061	420.341	407.283	80.392	87.352
Poder público		12.251	12.303	282.272	248.127	101.892	110.404
Iluminação pública		6.165	5.814	159.166	155.271	33.728	37.516
Serviço público		1.729	1.664	255.545	254.978	67.348	78.518
Consumo próprio		106	101	5.044	4.828	-	-
Suprimento		3	4	-	-	-	-
Fornecimento não faturado		-	-	-	-	2.187	6.634
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo	(1)	-	-	-	-	(760.483)	(949.934)
		1.231.026	**1.184.518**	**4.419.311**	**4.170.159**	**707.415**	**656.400**
Subvenções		-	-	-	-	139.811	75.912
Total		**1.231.026**	**1.184.518**	**4.419.311**	**4.170.159**	**847.226**	**732.312**

(1) Em atendimento ao Despacho ANEEL nº 1.618 de 23 de abril de 2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma "TUSD média" calculada a partir da TUSD homologada para consumidores cativos.

(*) Informação não auditada.

Revisão Tarifária Periódica 2013 (*)

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.512, de 16 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 19 de abril de 2013, fixou em 3,86% o índice médio da revisão tarifária periódica para a Companhia, sendo 4,11% relativos a revisão tarifária periódica e -0,25% aos componentes financeiros. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 4,91%, sendo 3,84% para os atendidos em baixa tensão (residências e outros) e 7,33% para os de alta tensão (indústrias e comércio de médio e grande porte). As tarifas homologadas pela ANEEL estarão em vigor no período de 22 de abril de 2013 a 21 de abril de 2014.

	Ref.	
Receita Verificada	**(1)**	**1.154.514**
Encargos Setoriais		66.723
Compra de Energia Elétrica		672.463
Transporte de Energia		41.965
Parcela A		**781.151**
Remuneração Bruta de Capital		103.048
Quota de Reintegração Regulatória		62.494
Custos Operacionais		231.957
Receitas Irrecuperáveis		14.159
Custo anual das instalações móveis e imóveis		22.565
Parcela B		**434.223**
Receita Requerida (Parcela A +B)		**1.215.375**
(-) Índice de Produtividade da Parcela B		**3.872**
(-) Outras Receitas		**9.507**
Receita Requerida para Reposicionamento Tarifario	**(2)**	**1.201.996**
**Componentes Financei

Cidades

Editor
Moura Neto

E-mail
mouraneto@novojornal.jor.br

Fones
84 3342.0358 / 3342.0350

SUSPEITAS CONFIRMADAS

/ O ALVO / COMISSÃO DE DELEGADOS QUE INVESTIGA A MORTE DO LUTADOR DE MMA LUIZ DE FRANÇA TRINDADE, EM FEVEREIRO, APONTA TENENTE DA PM COMO RESPONSÁVEL PELO HOMICÍDIO; DETIDO DESDE ONTEM, IRANILDO FÉLIX DE SOUZA É SUSPEITO DE OUTROS DOIS CRIMES

EDUARDO MAIA / NJ

Iranildo Félix, tenente da PM: motivação do homicídio teria sido desentendimento com Luiz de França

PAULO NASCIMENTO
DO NOVO JORNAL

O TENENTE DA Polícia Militar Iranildo Félix de Souza foi preso no início da tarde de ontem. A investigação conduzida por uma comissão de delegados da Polícia Civil apontou que o oficial foi o responsável pela morte do professor e lutador de artes marciais mistas (MMA, em inglês), Luiz de França Trindade, na manhã de 10 de fevereiro, no conjunto Cidade Satélite. Dez tiros atingiram o professor.

Os delegados informaram ainda, em coletiva de imprensa, que o policial militar é suspeito de ter cometido mais dois homicídios, um antes da morte de Luiz de França e outro depois. Os nomes das vítimas não foram revelados, pois os casos seguem em segredo de justiça.

O mandado de prisão preventiva (válida por 30 dias), expedido pelo juiz Ricardo Procópio Bandeira de Melo, da 3ª Vara Criminal de Natal, baseou-se em provas colhidas pela comissão de delegados formada para investigar o caso – Silvio Fernando Nunes, Danielle Filgueira e Márcio Lemos. Além do mandado de prisão, ainda foram cumpridos quatro mandados de busca e apreensão na casa do oficial e de familiares (mãe, namorada e irmã).

A motivação do homicídio, de acordo com os policiais, foi um desentendimento entre Iranildo e Luiz de França. O militar era aluno de França, mas foi expulso da academia. "O Iranildo não gostou porque foi expulso, foi confrontado na frente de todos", disse Silvio.

No momento da prisão, efetuada por integrantes da Divisão Especial de Investigação e de Combate ao Crime Organizado (Deicor), Iranildo Félix estava no Comando da Polícia Rodoviária Estadual (CPRE) prestando depoimento na sindicância aberta contra ele por uso de arma de fogo. "Ele estava muito tranquilo. Chegou a rir. Acredito que ele pensa que ficará impune", contou Danielle, delegada-adjunta da Deicor.

Anteriormente, o oficial foi flagrado com uma pistola quando sua ex-esposa, Izânia Maria Bezerra Alves, foi morta na zona rural de Macaíba. Na ocasião, ele levou um tiro no tórax, mas saiu ileso do atentado que alegou ter sofrido porque estava de colete à prova de balas.

Iranildo está proibido de portar arma por decisão da própria Polícia Militar. Ele está afastado da PM há mais de 300 dias, por problemas psicológicos, e teve a licença de seis meses de afastamento renovada no início deste mês.

Ainda no CPRE, os policiais terminaram encontrando com ele um revólver calibre 38, pelo qual foi registrado um flagrante por porte ilegal. Félix foi levado para o Quartel do Comando Geral, no bairro do Tirol, onde ficará preso.

CEDIDA / DEGEPOL

Delegado geral da Polícia Civil Adson Kepler Maia, entre os delegados Silvio Fernando Nunes e Danielle Filgueira

> "ELE ESTAVA MUITO TRANQUILO (DURANTE A PRISÃO). CHEGOU A RIR. ACREDITO QUE ELE PENSA QUE FICARÁ IMPUNE"
>
> **Danielle Filgueira,**
> Delegada-adjunta da Deicor

CEDIDA / DEGEPOL

Arma apreendida com o oficial, que estava afastado da Polícia Militar

ÁLIBI FORJADO SE VIROU PROVAS DE ACUSAÇÃO

As principais provas encaminhadas contra ele partiram da desconstrução do álibi apresentado pelo militar. No depoimento prestado ao delegado Silvio Fernando, titular da 11ª Delegacia de Polícia, Iranildo Félix afirmou que esteve na academia onde pratica exercícios até momentos antes da morte de Luiz de França.

"Colhemos imagens da academia e o registro biométrico que mostraram o contrário. Ele entrou na academia após as 10h, depois do homicídio. Desconstruímos o depoimento dele com provas técnicas e também testemunhais", disse a delegada Danielle Filgueira.

O tenente ainda tinha afirmado que um oficial militar teria chegado a sua residência para informá-lo da suspeita dele ser o executor do professor de MMA por volta das 10h daquele dia. "As imagens mostram que o policial chegou após as 11h", rebateu a delegada.

Outro fato que pesou contra Iranildo foram as ameaças que ele fez a três testemunhas do inquérito, sendo duas delas policiais militares (um sargento e um capitão do CPRE) e um integrante de sua própria família, que não foi identificado.

Os dois policiais militares foram os que informaram ao delegado Silvio Fernando, ainda no local do crime, que Iranildo Félix era suspeito do crime. A dupla viu o tenente em uma companhia da PM, no bairro Planalto, momentos após o crime, trajando as mesmas roupas – bermuda preta e moleton verde – do suspeito que foi visto por testemunhas na frente da academia.

"Depois, durante o depoimento, eles negaram. Mas testemunhas que estavam no local confirmaram. Desde o começo eu sabia que ele tinha cometido o crime. O trabalho era para provar", disse Fernando.

A comissão de delegados também informou que foi identificado o piloto da moto na qual Iranildo teria fugido após executar Luiz de França. "Não podemos informar quem é a pessoa, para não atrapalhar as investigações", completou o delegado.

REPRODUÇÃO / FACEBOOK

Luiz de França: lutador foi morto em fevereiro passado

LIGAÇÃO COM OUTROS CRIMES

Os delegados presentes na coletiva, realizada na Delegacia Geral da Polícia Civil (Degepol) com a presença do novo delegado geral Adson Kepler Maia, relataram que mais dois homicídios teriam "correlação direta" com a morte de Luiz de França, tendo como pivô o tenente PM Iranildo Félix.

No entanto, Silvio Fernando e Danielle Filgueira não informaram quais seriam os dois casos; apenas que eles partilham informações. "Por decisão judicial, algumas provas colhidas nos outros inquéritos foram passadas para nós, porque serviam na investigação da morte de Luiz de França", explicou a delegada-adjunta da Deicor.

Informações extraoficiais apontam que o PM seria investigado por ligação com as mortes de sua ex-mulher Izânia Alves, no dia 16 de fevereiro, e do vigilante Israelton Carlos Cunha, em 10 de janeiro deste ano.

Izânia iria depor no caso da morte de Luiz de França no dia seguinte ao que foi assassinada, na zona rural de Macaíba. O caso é investigado por outra comissão de delegados, formada por Normando Feitosa (delegado de Macaíba), Sheila Freitas (titular da Deicor), Matheus Trindade (delegado-adjunto da Defur) e Emerson Valente (delegado-adjunto da Deprov). O inquérito sobre e morte do vigilante está na 1ª Delegacia de Polícia.

Para confirmar a interligação entre os casos, os delegados afirmam que aguardam laudos periciais do Instituto Técnico e Científico de Polícia (Itep), relativos aos três casos de homicídio.

A expectativa é de que o material esteja concluído até o fim do período da prisão preventiva, que dura 30 dias e pode ser renovada por mais um mês. "Ele é uma pessoa que não pode conviver em sociedade", resumiu a delegada.

Danielle destacou ainda que o policial militar manteve-se sempre frio, até durante a prisão. "Ele é um sujeito muito inteligente. Tem graduação em direito e pós-graduação em perícia, o que poderia dar uma condição dele atrapalhar as investigações. Mas ele cometeu erros que possibilitaram a prisão", disse ela.

O revólver calibre 38 apreendida com o PM, na tarde de ontem, também deverá passar por perícia. Existe a suspeita de que um revólver tenha sido usado na morte de Luiz de França. "O professor foi atingido por dez tiros. Mas só encontramos sete cápsulas de pistola no local. Pode ser que um revólver tenha sido utilizado", explicou Silvio. Diferentemente da pistola, que expele a cápsula, o sistema de disparo dos revólveres mantém a cápsula no tambor da arma.

Além do homicídio triplamente qualificado, Iranildo Félix ainda será indiciado pela Polícia Civil por lesão corporal. No momento do crime, Ademir Júnior "Sustagen", que conversava com Luiz na porta da academia, também foi atingido por disparos.

cosern Grupo Neoenergia — **Companhia Energética do Rio Grande do Norte**

COMUNICADO

A Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN, empresa concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica no Estado do Rio Grande do Norte, em cumprimento ao que determina o Manual do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (P&D) do Setor de Energia Elétrica (ANEEL, 2012), em seu item 3.5, pág. 19, comunica que se encontra na sua home page – www.cosern.com.br – no banner INFORMAÇÕES SOBRE P&d e no tópico PESQUISA E DESENVOLVIMENTO, final da página principal do site, lado direito, subtópico EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA - as informações sobre o saldo da conta de P&D em fevereiro/2014, os projetos desenvolvidos em 2013 e os aprovados pela ANEEL e que estão sendo desenvolvidos em 2013/2014.

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH
COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE - CAERN
CGC/MF 08.334.385/0001-35

AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos que se encontram à disposição dos senhores acionistas da CAERN, em sua sede social, localizada a Av. Senador Salgado Filho, 1555 - Tirol, nesta Capital, nos horários de 07:30h às 11:30h e 13:30h às 17:30 horas, os documentos de que trata o art. 133 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, relativos ao exercício de 2013.

Natal, 24 de março de 2014

a) A DIRETORIA

Caern

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - SEMARH
Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN

RESULTADO DE HABILITAÇÃO
PL Nº 0021/2014 - TOMADA DE PREÇOS

Objeto: Execução dos serviços, com fornecimento de material, de ampliação da rede de distribuição de água da comunidade de Bandoleiro e implantação da rede de distribuição de água na comunidade de Passagem das Pedras, em Bento Fernandes/RN.

Aviso

A Comissão Permanente de Licitação - CPL, no uso de suas atribuições legais, torna público que, após análise dos documentos de habilitação, decidiu por **HABILITAR** as empresas: **CONSTRUTEC CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA-ME** e **PELICANO COMÉRCIO CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA.** Em não havendo recurso, fica **aprazada** a abertura dos envelopes de propostas de preços das empresas habilitadas para o dia **03/04/2014, às 15:00 horas**. Prazo Recursal na forma da Lei.

Natal/RN, 24 de Março de 2014
A Comissão

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA/SIN

AVISO - LICITAÇÃO: Nº 080/13-SIN/CONCORRÊNCIA

OBJETO: **COBERTURA DO TIPO GRANDE, NO ÂMBITO DO PAC 2, DA QUADRA ESCOLAR POLIESPORTIVA DA ESCOLA ESTADUAL DJALMA MARINHO, EM NOVA CRUZ/RN**. PROCESSO: Nº 192840/2013-4-SEEC. A SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA/SIN, através da sua Comissão Permanente de Licitação, torna público para o conhecimento de quem possa interessar, que às **09:00 (nove) horas do dia 30 de abril de 2014**, no Auditório da Secretaria de Estado da Infraestrutura/SIN, no Centro Administrativo do Estado, BR 101, KM 0 - Lagoa Nova - Natal/RN, estará reunida para recebimento das propostas relativas à Licitação Nº 080/13-SIN/CONCORRÊNCIA, tipo menor preço. Os interessados poderão adquirir o Edital na Sede da Secretaria de Estado da Infraestrutura/SIN, no endereço supracitado, no horário das 8:00h às 12:30 horas, mediante o recolhimento de uma taxa não restituível de R$5,00 (cinco reais). Maiores informações poderão ser obtidas por meio do telefone (084) 3232.1625/1627 e pelo fax (084) 3232.1637.

Natal/RN, 24 de março de 2014.
Ana Cristina Vidal Silva
PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/SIN

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA/SIN

AVISO - LICITAÇÃO: Nº 081/13-SIN/CONCORRÊNCIA

OBJETO: **COBERTURA DO TIPO GRANDE, NO ÂMBITO DO PAC 2, DA QUADRA ESCOLAR POLIESPORTIVA DA ESCOLA ESTADUAL DR. ANTONIO DE SOUZA, EM PARNAMIRIM/RN**. PROCESSO: Nº 193546/2013-5-SEEC. A SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA/SIN, através da sua Comissão Permanente de Licitação, torna público para o conhecimento de quem possa interessar, que às **11:00 (onze) horas do dia 30 de abril de 2014**, no Auditório da Secretaria de Estado da Infraestrutura/SIN, no Centro Administrativo do Estado, BR 101, KM 0 - Lagoa Nova - Natal/RN, estará reunida para recebimento das propostas relativas à Licitação Nº 081/13-SIN/CONCORRÊNCIA, tipo menor preço. Os interessados poderão adquirir o Edital na Sede da Secretaria de Estado da Infraestrutura/SIN, no endereço supracitado, no horário das 8:00h às 12:30 horas, mediante o recolhimento de uma taxa não restituível de R$5,00 (cinco reais). Maiores informações poderão ser obtidas por meio do telefone (084) 3232.1625/1627 e pelo fax (084) 3232.1637.

Natal/RN, 24 de março de 2014.
Ana Cristina Vidal Silva
PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/SIN

SOLUÇÃO URGENTE

/ VIOLÊNCIA / NOVO SECRETÁRIO DE SEGURANÇA GARANTE CELERIDADE NA INVESTIGAÇÃO SOBRE AMEAÇAS E ATENTADOS CONTRA GESTORES DA SEMOB E INCÊNDIO A ÔNIBUS

CLÁUDIO OLIVEIRA
DO NOVO JORNAL

EDUARDO MAIA / NJ

Elequicina Santos, Clodoaldo Trindade e Carlos Castim ao final da reunião na Secretaria Estadual de Segurança

O SECRETÁRIO DE Segurança Pública do Estado (Sesed), general Eliézer Girão Monteiro Filho, vai exigir celeridade nas investigações das ameaças e agressões contra os titulares da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana de Natal (Semob), Elequicina Santos e Clodoaldo Trindade.

No final da tarde de ontem, acompanhados do procurador-geral do Município, Carlos Castim, Elequicina e Cloadoaldo se reuniram com o secretário para repassar informações sobre o embate que envolve os sindicatos das categorias que operam o sistema de transporte público da capital.

Empossado na semana passada, o secretário não quis se pronunciar sobre o assunto porque, segundo a assessoria de imprensa da Sesed, ainda precisa entender melhor o caso, mas disse, ainda segundo sua assessoria, que se reuniria com o subsecretário da pasta, Ricardo Sérgio, para tomar as providências necessárias. O inquérito está a cargo do delegado Márcio Lemos, substituto da 1ª Delegacia de Polícia Civil, na Cidade Alta.

A audiência entre os gestores ocorreu no prédio da Sesed, atendendo a uma solicitação do prefeito Carlos Eduardo, que foi representado pelo procurador geral do Município, Carlos Castim. "Há uma solicitação do prefeito para que haja celeridade, continuidade e eficiência nas investigações que estão sendo feitas sobre essas ultimas ocorrências que envolvem incêndios a ônibus e alternativos e ataques a secretários", explica Castim.

Segundo ele, a iniciativa é um passo para que tanto o Município como o Estado se previnam contra esses atos durante o período da Copa do Mundo. "Estamos nos acautelando para que estas situações não venham a desaguar como problemas para a Copa, porque a cidade vai receber contingente de pessoas maior do que já tem e todas as cautelas com relação a segurança têm que ser tomadas agora", declara o procurador.

Há cerca de duas semanas, o secretário adjunto da Semob, Clodoaldo Trindade, foi agredido por dois homens não identificados no momento em que saía da sede da secretaria, na Ribeira. Ele levou um soco no rosto, que atingiu o olho e quebrou o nariz.

NEY DOUGLAS / NJ

Clodoaldo Trindade, adjunto da Semob: marcas da violência

Na mesma noite, um ônibus foi incendiado, nas proximidades da Semob, por adolescentes que receberam de dois homens R$ 50 e materiais inflamáveis para praticar o ato criminoso, segundo apurou a polícia.

Além disso, a secretária Elequicina Santos divulgou um ofício que havia recebido dias antes do Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Alternativos de Natal (Sitoparn), cujo texto foi escrito em tom de ameaça, na interpretação da secretária.

Durante o encontro de ontem, os representantes do prefeito apresentaram ao titular da segurança pública informações sobre a polêmica que envolve a unificação da bilhetagem, "Posicionamos o secretario sobre o contexto em que a secretaria vem trabalhando e que não tem sido fácil devido às pressões, principalmente da parte dos representantes dos alternativos", destaca Castim.

Eles pediram apuração rigorosa dos atentados ocorridos recentemente na capital e relataram ao general Eliézer Monteiro a disputa pela qual o sistema de transporte vive e que pode ter culminado nestes atentados. "Esperamos que as investigações sejam conclusivas. O secretario se mostrou sensível, conhecedor do seu oficio e temos total confiança no trabalho dele", destaca Carlos Castim.

DISPUTA VIOLENTA

FÁBIO CORTEZ / NJ

Ônibus da empresa Santa Maria incendiado

O incêndio a um ônibus da empresa Santa Maria e a agressão ao secretário adjunto da Semob, Clodoaldo Trindade, são apenas dois dos diversos casos que refletem a briga por espaço no sistema de transporte público da capital e que as investigações ainda não chegaram a uma definição.

Os representantes dos transportes alternativos reivindicam a unificação da bilhetagem eletrônica, mas o sindicato das empresas de transportes urbanos (Seturn) vê com prudência as formas de concretizar a medida. No meio dos dois, a Secretaria de Mobilidade Urbana tenta manter o equilíbrio da situação e o adjunto, Clodoaldo Trindade, está na coordenação desse processo, que ainda não avançou, revoltando os permissionários.

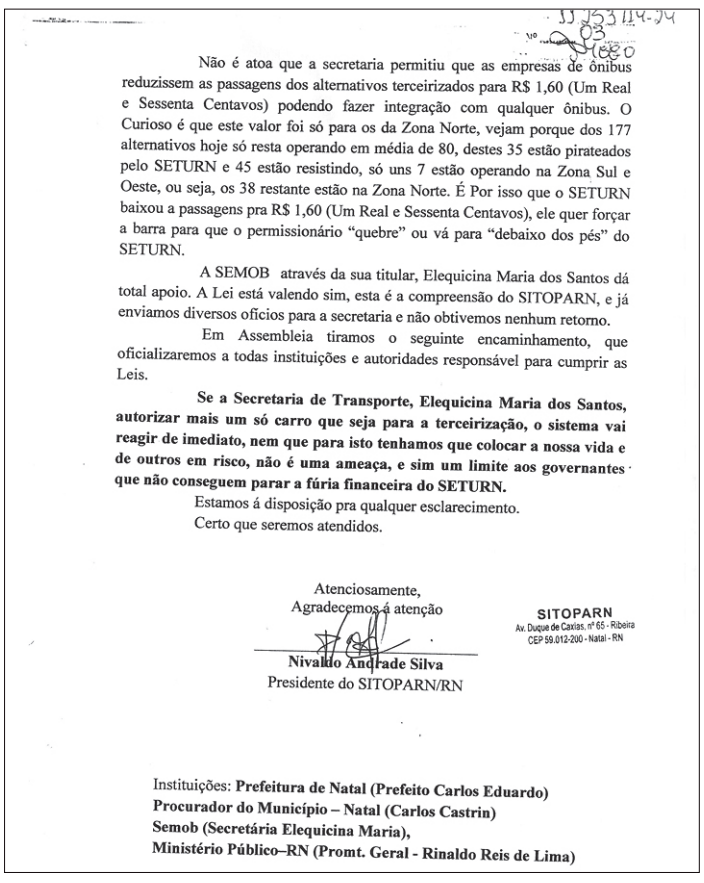
Antes da agressão contra ele e o incêndio ao ônibus, a titular da Semob, Elequicina Santos, recebeu ofício da parte dos permissionários pedindo que acelerasse o processo e dizendo que o sistema (alternativo) vai reagir de imediato se a secretaria autorizar o que os permissionários chamam de terceirização - linhas complementares instaladas numa parceria entre a Cooperativa de Transportes Alternativos (Coopetrans) na comunidade de Nordelândia, Zona Norte da cidade.

Foi justamente vans desta linha que saíram de circulação em novembro passado depois que duas delas foram criminosamente incendiadas e outras duas depredadas na madrugada, enquanto estavam estacionadas na casa dos respectivos proprietários.

Além disso, motoristas dizem que sofrem agressões e atentados, tendo veículos depredados quando não obedecem às decisões do Sitoparn.

Em todas as ocasiões os dirigentes do sindicato negam as acusações e dizem que há "outros" interessados nestes atentados, porque estes não querem que a população conheça o real funcionamento do sistema. Porém, sempre deixam claro que não há como controlar uma "categoria revoltada".

A Prefeitura vai solicitar também, ao Ministério Público do Estado, que acompanhe o andamento das investigações dos últimos atentados.



Não é atoa que a secretaria permitiu que as empresas de ônibus reduzissem as passagens dos alternativos terceirizados para R$ 1,60 (Um Real e Sessenta Centavos) podendo fazer integração com qualquer ônibus. O Curioso é que este valor foi só para os da Zona Norte, vejam porque dos 177 alternativos hoje só resta operando em média de 80, destes 35 estão pirateados pelo SETURN e 45 estão resistindo, só uns 7 estão operando na Zona Sul e Oeste, ou seja, os 38 restante estão na Zona Norte. É Por isso que o SETURN baixou a passagens pra R$ 1,60 (Um Real e Sessenta Centavos), ele quer forçar a barra para que o permissionário "quebre" ou vá para "debaixo dos pés" do SETURN.

A SEMOB através da sua titular, Elequicina Maria dos Santos dá total apoio. A Lei está valendo sim, esta é a compreensão do SITOPARN, e já enviamos diversos ofícios para a secretaria e não obtivemos nenhum retorno.

Em Assembleia tiramos o seguinte encaminhamento, que oficializaremos a todas instituições e autoridades responsável para cumprir as Leis.

Se a Secretaria de Transporte, Elequicina Maria dos Santos, autorizar mais um só carro que seja para a terceirização, o sistema vai reagir de imediato, nem que para isto tenhamos que colocar a nossa vida e de outros em risco, não é uma ameaça, e sim um limite aos governantes que não conseguem parar a fúria financeira do SETURN.

Estamos á disposição pra qualquer esclarecimento.
Certo que seremos atendidos.

Atenciosamente,
Agradecemos á atenção

SITOPARN
Av. Duque de Caxias, nº 65 - Ribeira
CEP 59.012-200 - Natal - RN

Nivaldo Andrade Silva
Presidente do SITOPARN/RN

Instituições: **Prefeitura de Natal (Prefeito Carlos Eduardo)**
Procurador do Município – Natal (Carlos Castrin)
Semob (Secretária Elequicina Maria),
Ministério Público–RN (Promt. Geral - Rinaldo Reis de Lima)

Ofício encaminhado pelo Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Alternativos de Natal (Sitoparn), cujo texto foi escrito em tom de ameaça, na interpretação da secretária Elequicina Santos

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇAO

RETIFICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO

No Aviso de Licitação da Secretaria Municipal de Saúde de Natal, na modalidade RDC Eletrônico, nº 20.001/2014, publicado no Novo Jornal - de 21/03/2014, na página 10, onde se- lê: 11/04/2014, **leia-se: 15/04/2014**.

Natal/RN, 24 de MARÇO de 2014.
José Ivam Pinheiro - Presidente da CPL/SMS

Caern
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - SEMARH
Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN

RESULTADO DE JULGAMENTO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0015/2014
REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO PRESENCIAL

Objeto: Serviços de ampliação do sistema de abastecimento de água da cidade de São João do Sabugí/RN.

Aviso

A Comissão Permanente de Licitação - CPL, no uso de suas atribuições legais, torna público que, após análise da Proposta de Preços e Documentos de Habilitação, julgou **vencedora** do presente certame a empresa: **CANTEIRO CONSTRUÇÕES LTDA.** Prazo recursal na forma da Lei.

Natal/RN, 24 de Março de 2014
Edardna Correia da Costa - Presidente em exercício da CPL

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER/RN
DIRETORIA DE TRANSPORTES-DT

EXTRATO DO RESULTADO DA SOLICITAÇÃO DE CADASTRAMENTO DE ENTIDADES ESTUDANTIS 2014.

A Diretoria de Transporte, através da Divisão de Transportes Diversos - DTD-DER/RN, com base na publicação do Edital de Convocação das Entidades Representativas da Classe dos Estudantes no Estado do Rio Grande do Norte, publicado em D.O.E., Nº 13.129, Edição de 07 de fevereiro de 2014; Considera **habilitadas** e procedeu o cadastramento para efeito de emissão de Identidade Estudantil Ano Letivo 2014/2015, das seguintes Entidades;

- URNE - União Norte Riograndense dos Estudantes;
- ANE - Associação Nordestina dos Estudantes;
- UNEN - União dos Estudantes do Norte Nordeste;
- UNNES - União Norte Riograndense Estudantil;
- CERN - Central Estudantil do Rio Grande do Norte;
- UJERN - União dos Jovens Estudantes do RN;
- AEP - Associação Estudantil Potiguar do Rio Grande do Norte;
- AERN - Associação Estudantil do Rio Grande do Norte;
- AMEJ - Associação dos Estudantes de João Câmara;
- DCE-UFRN - Diretório Central dos Estudantes - José Sílton Pinheiro;
- OERN - Organização Estudantil do RN;
- ABERN - Associação Beneficente Estudantil do RN.

Natal(RN), 24 de março de 2014.
Engº Demétrio Paulo Torres
Diretor Geral do DER/RN.
Engª. Maria Eugênia Maranhão Madureira Freitas
Chefe da Divisão de Transportes Diversos do DER/RN

CABOTELECOM
COMUNICADO

A **Cabo Serviços de Telecomunicações Ltda. – CABO TELECOM**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.952.192/0001-61, com sede na Rua Senador José Ferreira de Souza, nº 1916, Candelária, Natal/RN, empresa autorizada pela ANATEL a prestar o Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), conforme Ato nº 4.148, de 19 de julho de 2012, vem comunicar aos seus Assinantes/Clientes que o plano de TV por Assinatura na modalidade ***Standard Plus Digital*** terá a sua prestação descontinuada, em definitivo, a partir de 01 de abril de 2014.

Aos Assinantes/Clientes que atualmente fazem uso do Plano na modalidade ***Standard Plus Digital***, a **CABO TELECOM** se coloca à disposição para renegociar o contrato vigente e, consequentemente, dar seguimento à prestação do serviço de TV por Assinatura em outra modalidade de Plano.

Outrossim, os Assinantes/Clientes, que não tenham interesse na migração para outra modalidade, poderão solicitar a imediata rescisão do contrato de TV por Assinatura sem o pagamento de qualquer ônus adicional.

Por oportuno, a **CABO TELECOM** reafirma o seu compromisso de continuar aprimorando os serviços de telecomunicações em busca da excelência, proporcionando segurança e conforto aos seus Assinantes/Clientes.

Informações adicionais poderão ser obtidas diretamente na sede da **CABO TELECOM**, pelo e-mail relacionamento@cabotelecom.com.br, ou com a Central de Atendimento, através dos telefones 10600, 2010-2010 e 0800 884 5961 (exclusivamente para portadores de deficiência auditiva).

Respeitosamente,
CABO SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA. – CABO TELECOM

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
7° OFICIO DE NOTAS
LUIS CELIO SOARES
Oficial Titular
Rua Leoncio Etelvino de Medeiros, 2935 - Capim Macio - Natal/RN
E D I T A L DE I N T I M A Ç Ã O

Pelo Presente, fica(am) intimado(s) o(s) devedor(es) abaixo relacionado(s), para vir(em) pagar títulos de sua(s) responsabilidade(s) ou dar(em) a(s) razão(ões) porque não o(as) faz(em), ate o dia :27/03/2014.

NOME	CNPJ/CPF
A E D FOR MEM COM CONF LTDA	09.070.532/0001-70
DAMACENA EMPREENDIMENTOS SA	09.302.583/0002-60
FRANCISLENE RIBEIRO PEREIRA	450.936.604-34
FUCSIA EMPREENDIMENTOS S/A	09.071.490/0002-72
JANE MARY BEZERRA LIMA	369.917.753-04
JOSE GUTEMBERG FRERE ME	16.964.089/0001-46
JOSE GUTEMBERG FRERE ME	16.964.089/0001-46
MARCEL GALVAO DO NASCIMENTO	046.487.954-07
MARCOS ANTONIO DO NASCIMENTO	443.800.544-20
POTIGUAR COM DE EQUIP DE SEGURANCA	09.279.678/0001-20
WEST LINE COMERCIO LTDA ME	14.166.720/0001-36

NATAL, 24 DE MARÇO DE 2014.

LUIS CELIO SOARES
Oficial Titular

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
8ª VARA
EDITAL DE CITAÇÃO
(PRAZO DE 20 DIAS – EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL)

EDITAL DE CITAÇÃO EDI.0008.000043-0/2014

COM PRAZO DE 20 DIAS

A MM. Juíza Federal Substituta da 8ª Vara, Dr.ª EMANUELA MENDONÇA SANTOS BRITO - Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, na forma da lei, etc.

FAZ SABER a quantos o presente **EDITAL** virem ou dele conhecimento tiverem, que, pelo presente Edital, com prazo de 20 (vinte) dias, contados de sua publicação, nos autos da **EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL de nº 0800002-84.2014.4.05.8401**, em que são partes a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, como exequente, e **FRANCISCO RAMOS CAMARA DE LIMA,** como executado, por este fica **CITADO** o **Sr. FRANCISCO RAMOS CAMARA DE LIMA,** CPF 422.670.644-72, para, no **prazo de 03 (três) dias, pagar o débito de R$ 55.607,96 (cinquenta e cinco mil, seiscentos e sete reais e noventa e seis centavos)**, mais juros e correção monetária, se houver, ou garantir a execução, oferecendo bens à penhora, sob pena de serem penhorados bens, tantos quantos bastem à satisfação do débito, acrescido das cominações legais.

Fica também, através deste, **INTIMADO** para, no prazo de **15(quinze) dias, opor Embargos à Execução**, sob pena de se presumirem aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo exequente.

CUMPRA-SE na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Mossoró/RN em 28 de fevereiro de 2014. Eu, Tayrone Thallis de Medeiros Souza (_____), Técnico(a) Judiciário(a), digitei, conferi e subscrevo, que vai devidamente assinado pela MM. Juíza Federal Substituta.

EMANUELA MENDONÇA SANTOS BRITO
Juíza Federal Substituta da 8ª Vara Federal/SJRN

Cultura

Editor
Moura Neto

E-mail
mouraneto@novojornal.jor.br

Fones
84 3342.0358 / 3342.0350

ABRINDO A.BO.CA

/ RIBEIRA / GRUPOS SE UNEM PARA CRIAR NOVO ESPAÇO TEATRAL; A INAUGURAÇÃO SERÁ NO PRÓXIMO SÁBADO COM A APRESENTAÇÃO DAS PEÇAS "O COBRADOR", DO COLETIVO À DERIVA, E "NA MESA COM O BOBO", DA BOLOLÔ CIA CÊNICA

HENRIQUE ARRUDA
DO NOVO JORNAL

A CASA NÚMERO 16 da Rua Frei Miguelinho, na Ribeira, pode passar despercebida ao primeiro olhar, mas o imóvel de fachada modesta abriga 15 atores, divididos em três companhias teatrais, que acabam de formar o mais novo espaço cênico da cidade: A.BO.CA.

O nome curioso nada mais significa do que a junção das iniciais dos grupos potiguares em questão – À Deriva, Bololô Cia Cênica e Carmin, todos com produções recentes em repertório.

Desde setembro o casarão é revitalizado internamente e o resultado desta ação será mostrado a partir do próximo sábado, 29 de março, com festa de inauguração programada para começar às 20h, quando vai rolar a apresentação do espetáculo "O Cobrador", do coletivo de atores À Deriva, seguido por "Na Mesa com o Bobo", da Bololô Cia Cênica.

Os horários de ocupação para cada companhia seguem o flexível cronograma permeado de papéis coloridos fixados na parede do escritório, onde a conversa acontece. Além do escritório, há uma pequena copa, o lounge de recepção, o "céu da boca", como foi apelidado o primeiro andar ocupado pelo coletivo À Deriva e o brinco da casa, ou melhor, a garganta profunda, o espaço destinado para apresentações - ainda sem cadeiras, mas com todas as paredes pretas, prontas para receber histórias encenadas.

"Olha o nosso piso de madeira", brinca Paulinha Medeiros, apontando para o chão. Ela é integrante da Bololô Cia Cênica, uma das duas "bocas" femininas que compõem o novo espaço de teatro. A segunda é Quitéria Kelly, atriz do grupo Carmin, mas ela só vai chegar daqui a pouco, quase junto com o primeiro ar condicionado do local, que será instalado essa semana no escritório.

"A gente já estava procurando um espaço para os três grupos desde setembro do ano passado; sabíamos que seria na Ribeira e então achamos esse aqui, que precisava de reforma", explica Arlindo Bezerra, da Bololô Cia Cênica, após chegar com o celebrado ar condicionado ainda dentro da caixa.

"Eu acho que todo grupo de teatro quer ver sua sede sendo movimentada e ter uma estrutura como essa, com o mínimo do conforto que temos aqui, o que vai nos permitir, com certeza, realizar temporadas. Se a gente quiser colocar uma temporada de um ano, por exemplo, de O Cobrador, a gente bota", afirma Alex Cordeiro, citando um dos espetáculos do coletivo À Deriva, grupo do qual faz parte.

FOTOS: EDUARDO MAIA / NJ

Paulinha, Quitéria, Daniel (c), Alex, Arlindo (sentado) e Marcos (óculos): atores

Ali todos compartilham a ideia de que, além de servir como sede para as companhias teatrais, A.BO.CA. também será um catalisador da movimentação cultural da Ribeira, proporcionando oficinas, intercâmbios de artistas e principalmente funcionando como mais um espaço de apresentações.

A primeira oficina, por sinal, será ministrada pelo coletivo de atores À Deriva e está marcada para o dia 2 de abril, com o tema de "Iniciação Teatral – Jogo e Foco". "É uma demanda que percebemos existir. Começamos com essa oficina desde 2012, e agora ela será realizada aqui no céu da Boca", esclarece Marcos da Câmara, do coletivo À Deriva.

Enquanto o novo espaço aguça a criatividade de todos, os ensaios da próxima produção a entrar em cartaz estão sendo realizados pelo Grupo Carmin, que, embora ainda não saiba a data de estreia, em breve deve revelar ao público o resultado do espetáculo baseado em Marguerite Duras, escritora vietnamita cujo centenário é celebrado este ano. Marguerite faleceu aos 81 anos.

O texto do espetáculo "Por que Duras?" é assinado por Pablo Capistrano e estrelado por Quitéria Kelly e pela atriz Delvani Neia, que mora em João Pessoa. Os ensaios estão sendo realizados via Skype. "Coisa fina meu bem. A gente bota a projeção dela aqui na parede da garganta, e ela, de João Pessoa, também acompanha a minha projeção, e aí a gente segue", explica Quitéria sobre os ensaios iniciados em janeiro. "É na raça", define.

Sucesso de público e crítica, o espetáculo "Jacy", montagem mais recente do Grupo Carmin, entrará em cartaz novamente em breve, desta vez na Casa da Ribeira, nos dias 12 e 13, 26 e 27 de abril.

TÁ PULSANDO

Quando questionados sobre a atual cena teatral da cidade, todos pensam um pouco, mas a opinião logo vem de forma coletiva: tá pulsando, dizem, com destaque para a Rede Potiguar de Teatro, criada há alguns anos para estabelecer diálogos com o poder público, objetivo que parece estar dando certo.

"A Rede vem conseguindo dialogar com o poder público, tanto que dessas discussões surgiu o edital Natal em Cena. Acho que todas as medidas hoje, na Funcarte, que envolvam a área de teatro, são tomadas com diálogo. Não posso dizer o mesmo da Fundação José Augusto, mas já é um começo", afirma Arlindo Bezerra, da Bololô Cia Cênica.

Com relação ao Teatro Alberto Maranhão, as críticas ainda recaem sobre a falta de um edital que democratize a ocupação do palco. "Existe um mistério na marcação de pautas, sentimos falta de um mecanismo democrático... A gente acaba se apresentando muito mais fora do estado", complementa, citando também o Barracão dos Clowns de Shakespeare como um palco alternativo da cidade.

ESPAÇO CONQUISTADO DE FORMA INDEPENDENTE

As três companhias estão abrindo o novo "espaço de teatro" de forma independente. "Não ganhamos nenhum edital para estar aqui. Todos os custos estão sendo compartilhados entre todos nós", assegura Marcos da Câmara.

Por isso mesmo eles iniciam no próximo sábado uma campanha a favor de coletar móveis e demais objetos para decorar a sede. A ideia é que o público possa fazer doações e que, no segundo momento, artistas plásticos sejam convidados para modificar visualmente todas as peças. "É uma forma da memória da cidade estar preservada à sua maneira aqui dentro também", explica Alex Cordeiro.

Por mais que sejam três coletivos dividindo o mesmo espaço, os horários até agora estão sendo bem administrado por todos. "A gente tem montado um calendário para que, enquanto alguém esteja ensaiando na garganta o outro esteja aqui no escritório cuidando da parte financeira. Também temos demanda de escritório com projetos, assessoria...", explica Quitéria.

Casarão da Ribeira está sendo revitalizado antes da inauguração

Vale salientar que os grupos podem ser definidos como alguns dos mais ativos da cena teatral da cidade, todos com produções recentes no repertório. Nos dias 26 e 27 de abril, por exemplo, o Teatro Alberto Maranhão receberá "Encruzilhada do Mundo ou Sobre a Areia e o Vento". O espetáculo é fruto do edital "Natal em Cena", da prefeitura municipal, e foi idealizado pelas companhias Bololô Cia Cênica e Coletivo de Atores À Deriva.

Casa número 16 da Rua Frei Miguelinho, na Ribeira, agora abriga o espaço teatral A.BO.CA

Perfil dos grupos que formam A.BO.CA

A. = À DERIVA
O Coletivo de Atores À Deriva foi formado no ano de 2008, a partir do espetáculo "A Mar Aberto". No ano seguinte foi a vez de "Corte Sem Casca" entrar no repertório do grupo, seguido por "Flúvio e o Mar" em 2010. Ainda faz parte do cardápio da companhia: "Recomendações a Todos" (2011), "O Cobrador" (2012), e, em parceria com a Bololô Cia. Cênica, "Encruzilhada do Mundo ou Sobre a Areia e o Vento" em dezembro de 2013.

BO. = Bololô Cia Cênica
A Bololô Cia. Cênica surgiu em 2009, mas o primeiro espetáculo viria apenas em 2011: "Todo Avental", dirigido por Alex Cordeiro e adaptado do texto Avental Todo Sujo de Ovo, do dramaturgo cearense Marcos Barbosa. Em 2012 estreia o experimento "Na Mesa com o Bobo", a partir de projeto em parceria com o Grupo de Teatro Clowns de Shakespeare (RN) e o coletivo de escritores Jovens Escribas (RN), mesmo ano em que apresenta ao público o espetáculo "Retrato do Artista Quando Coisa", dirigido pela Cia. Luna Lunera (MG).

CA. = CARMIN
O Grupo Carmin nasceu em 2007 pelas mãos das atrizes Quitéria Kelly e Titina Medeiros, que fizeram pesquisa sobre moradoras de rua. O resultado foi o espetáculo "Pobres de Marré", com mais de 60 apresentações pelo Brasil e passagem pela França, no Festivel Internationale de Rue de Aurillac. Outros espetáculos do grupo: "Maria, José e o Menino Jesus" (2009), "Castelo de Lençóis" (2011) e "JACY" (2013), após três anos de pesquisa sobre a vida real de uma senhora cuja memória foi resgatada em uma maleta jogada no lixo. Em 2014 iniciou a montagem da peça "Por que Duras?" baseada na vida e obra de Marguerite Duras.

Social

"Um dia sem riso é um dia desperdiçado"
Charles Chaplin (1885 – 1977)
Ator, diretor e músico britânico

E-mail
sadepaula@novojornal.jor.br

Fones
84 3342.0358 / 3342.0350

Sadepaula

VOCÊ SABIA?

Que Natal está prestes a ganhar uma das suítes presidenciais mais luxuosas do Brasil? Que com sala de jantar, de reunião, de estar, além de tapeçaria persa, cristais franceses e cozinha privativa com serviço de restaurante francês exclusivo, o hotel Majestic, localizado na Roberto Freire, em Ponta Negra, anunciou a sua mais recente inovação: as suítes presidencial e executiva? Que o projeto, que já está em fase final, é voltado para diretores e executivos de grandes corporações, artistas, cantores famosos e pessoas com alto poder de exigência em serviços que passarem por Natal a passeio ou a negócios?

Casa Cor

Em Maceió, César Revorêdo fecha os últimos detalhes para abertura da edição da Casa Cor Alagoas. Depois de meses trabalhando para a primeira edição da mostra alagoana, César se preparara para abrir o evento na próxima semana. Após a abertura da Casa Cor alagoana, Revorêdo volta para Natal para se dedicar exclusivamente ao lançamento da Casa Cor Rio Grande do Norte 2014.

Seleção

O diretor executivo do ArteModa Potiguar 2014, KyAnn Kartz, divulgou os nomes dos criadores (estilistas, designers ou artistas) selecionados para participar do evento, que vai acontecer entre os dias 8 e 10 de abril no Teatro Riachuelo. Os participantes selecionados devem se inspirar na temática "DNA BRASIL – Verão2014. Os selecionados foram: Andrey Lourenço, Daniely Evelly, Estéfane Tatiane, David Rayam, Josivan Soares, Rafaela Faguh e Luan Rodrigo, João Henrison, Renata Cunha e Wlademir, Diego Mykycowshky e Fabrício Cardoso, Shisio Rushel, Surama Sulamita e Yago Oliveira.

ELIAS MEDEIROS

A drag-escândalo Danusa D'Sales, Anderson, Elaine Vládia e Junior Grafith na oitava edição da Tô na Mídia

SADEPAULA / NJ

Anna Maria Cascudo Barreto e Antonio Nahud na Academia Norte-riograndense de Letras

ELIAS MEDEIROS

Paulo Araújo entre Larissa Gurgel e Bia Marissa, na festa "Tô na Mídia 2014", no Praia Devassa

Novidade

Natal vai ganhar um espaço exclusivo com uma trinca de boa comida, boa bebida e boa música. O Trio abre essa semana na Rua Mipibu, 664, em Petrópolis.

Sapatilha

Amanhã, às 20h , a Cia. de Dança do Teatro Alberto, sob a Direção Artística de Wanie Rose, apresentará o espetáculo Rio Cor de Rosa, assinado pelo coreógrafo Clébio Oliveira (Brasil / Alemanha), e interpretado pelos bailarinos Gabriela Gorges, Gustavo Santos, Juarez Moniz, Júlia Vasques, Márcia Suene, Margoth Lima, Maxs Lima, Tatyelli Raulino e Thaíse Galvão. A entrada é franca e a classificação para maiores de 14 anos.

Campanha

A Moura Dubeux deu início à campanha "Grandes Ofertas MD", que oferece condições imperdíveis para a compra de empreendimentos. Até o dia 31 de março, os clientes interessados em imóveis prontos, na planta ou em construção poderão ter descontos exclusivos entre R$ 30 mil e R$ 100 mil. Os interessados devem procurar a loja MD do Natal Shopping, onde terão a oportunidade de conhecer todos os detalhes dos empreendimentos, com o atendimento especializado de corretores, que estarão aptos a prestarem uma consultoria adequada para o perfil de cada cliente.

CANINDÉ SOARES

Ricardo Duarte Jr. e José Marcelo Costa na Saraiva do Midway

VERBO COMUNICAÇÃO

Andréa Silvia, o empresário Marcelo Alecrim e Eduardo Serrano da Rocha nas comemorações pelos 50 anos do Escritório de Advocacia Rocha

Feira do Livro

A 10ª edição da Feira do Livro de Mossoró será lançada hoje no Teatro Dix-Huit Rosado. Na ocasião, a coordenação anunciará o Prêmio Niná Rebouças, em homenagem à professora Niná (in memorian, que foi uma grande incentivadora do evento. Catorze nomes serão homenageados, simbolizando os Amigos(as) do Livro que receberão um troféu. Durante o evento, também acontecerá o lançamento do VIII Prêmio Cosern Literatura de Cordel, e uma série de apresentações culturais com Antonio Francisco, Nildo da Pedra Branca e Jessier Quirino.

Sold Out

Os ingressos para apresentação do Thirty Seconds to Mars no Rio estão esgotados. Um dos mais aclamados grupos da atualidade, a banda californiana comandada por Jared Leto, vencedor do Oscar de melhor ator coadjuvante, chega ao Brasil em maio para apresentações em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro.

Sexo oral

Joãozinho, muito curioso, pergunta ao avô:
- Vovô, o senhor ainda faz sexo com a vovó?
- Sim, mas apenas oral.
- Sério mesmo,vovô?
- É claro! Todo santo dia. Somos experts nisso. Eu falo para a sua avó: Foda-se! E ela responde: Vai tomar no cu!

novo flash

Tô na Mídia 2014 teve festa animada na Praia Devessa, Via Costeira

1

3

5

2

4

6

FOTOS: D'LUCA / NJ

Fotos
1. Cristiano Felix, Adriana Keller e Patricia Cordeiro
2. Heitor Gregorio, Janaina Amaral e Alexandre Mulatinho
3. Eduardo Machado e Camila Dantas
4. Túlio Duarte e Paulo Araújo
5. Os eleitos de 2014, rei Lamonier Araújo e rainha Simone Silva
6. Priscila Freire, Eugênio Bezerra e Junior Leite

Esportes

Editor
Viktor Vidal (Interino: Luan Xavier)

E-mail
viktorvidal@novojornal.jor.br

Fones
84 3342.0358 / 3342.0350

MAIS QUEBRADO

/ CRISE / AMEAÇADO NO ESTADUAL, ABC CORRE SÉRIO RISCO DE FICAR SEM CALENDÁRIO NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2015; REVOLTADOS, TORCEDORES PROMOVEM DEPREDAÇÃO NO CT

LEONARDO ERYS
DO NOVO JORNAL

O ANO NÃO anda bem para o ABC. Após não conseguir brigar pelos títulos da primeira fase e da Copa RN no Estadual, o clube se vê numa situação crítica quanto ao ano do centenário. A derrota para o Alecrim ontem, por 2 a 0, no Ninho do Periquito, com gols de Quirino e Pedro Ivo, dificultou ainda mais o time de brigar pelo título da Copa Cidade do Natal e consequentemente conquistar vagas na Copa do Brasil e do Nordeste em 2015.

A má fase refletiu até onde não deveria. Insatisfeito com o novo revés, um grupo de "torcedores" invadiu o Complexo Esportivo Vicente Farache, na Rota do Sol, na noite de domingo, e danificou três carros de jogadores e funcionários do clube. "Tenho a plena convicção de que quem fez isso não é torcedor do ABC. Isso é gesto de marginal, de bandido e deve ser tratado como tal", destacou o vice-presidente administrativo, de finanças e relações institucionais do clube, Rogério Marinho. "Cabe agora à polícia apurar e identificar os envolvidos", disse.

A direção abecedista, inclusive, soltou uma nota em repúdio aos atos cometidos pelo que chamou de "vândalos protegidos pelo anonimato". Apesar de não confirmar especificamente na nota quem foram os funcionários que sofreram com a invasão, a reportagem apurou que os carros atingidos foram dos jogadores Lynneker e Luciano Amaral, e do preparador físico Ranielle Ribeiro.

A direção do Alvinegro ainda informou que foi lavrado um Boletim de Ocorrência junto às autoridades logo após o ocorrido para que a polícia possa identificar e prender os responsáveis. Além disso, o clube informou que "providenciará vigilância armada e reforçará a estrutura existente para que fatos lamentáveis como esse não voltem a ocorrer".

Na nota, os dirigentes do Elefante ainda frisaram que entendem o desapontamento do torcedor neste período: "A direção entende e compartilha a insatisfação do torcedor com os últimos resultados em campo, mas não pode permitir que atos como esse passem incólumes, sob pena de que a irracionalidade e violência sejam justificadas e afastem o verdadeiro torcedor dos campos de futebol".

Quando o centro de treinamento foi invadido, os jogadores do ABC ainda estavam no ônibus retornando do jogo que aconteceu ontem a tarde em São Gonçalo do Amarante, na Região Metropolitana.

Parte da torcida já havia se manifestado sua insatisfação há pouco mais de uma semana. Alguns foram cobrar melhor rendimento de jogadores e comissão técnica durante um treinamento, com autorização da diretoria.

Dentro de campo, no entanto, o ABC, de fato, não passa por grande momento. Após a derrota para o Alecrim, o time se complicou na luta pelo título do segundo turno do Estadual, o que pode comprometer o calendário no ano do seu centenário. Em três jogos, o Alvinegro soma três pontos. "O Globo foi campeão do primeiro turno com 14 pontos. O ABC ainda pode fazer 15 agora. A gente não pode desistir. Com a chegada do novo treinador, nós também esperamos um novo ânimo do grupo, porque nós temos um time qualificado", garantiu Rogério Marinho.

O time do agora treinador Zé Teodoro tem uma partida atrasada na competição, mas está seis pontos distante do líder Globo, que tem nove e três do América, que tem seis pontos em dois jogos. O Coríntians de Caicó também conquistou seis pontos em três jogos disputados.

Por isso, a situação abecedista é complicada na busca pelo título do segundo turno. O líder Globo, por exemplo, só tem mais três jogos para fazer. Se conseguir engatar duas ou três vitórias consecutivas na competição (dentre elas, nos confrontos contra América e Globo principalmente), o Alvinegro pode voltar a sonhar com o título Estadual.

Hoje a missão é complicada, já que o Elefante é o vice-lanterna e só está a frente do Baraúnas, que marcou um ponto apenas, na tabela de classificação. "Ninguém está satisfeito com os resultados, nem diretoria, nem comissão técnica e tenho certeza que os jogadores também não. Nós estamos tranquilos que dá para reverter a situação", destacou Rogério Marinho.

FOTOS: EDUARDO MAIA / NJ

Grupo de torcedores teria invadido o complexo esportivo do clube e quebrado três veículos pertecentes a jogadores e funcionários

Com seis pontos a menos que o líder Globo, ABC precisa vencer todas as partidas que têm até o fim do returno

ZÉ TEODORO É APRESENTADO

Ontem o novo treinador do ABC, Zé Teodoro, se apresentou aos jogadores. Anunciado na sexta-feira passada, ele já acompanhou a derrota para o Alecrim no domingo, quando o time foi comandando pelo auxiliar técnico Zé do Carmo.

O novo treinador teve uma longa conversa com os novos comandados e reafirmou o que já havia dito na sexta-feira passada. Apesar de avaliar que dá para melhorar o rendimento com a equipe que possui, ele fará avaliações nesta reta final de Estadual para reforçar o elenco para Copa do Brasil e Série B do Brasileiro.

FÁBIO CORTEZ / NJ

Meia assumiu a camisa 10 e tem sido destaque no Estadual

COM GOLAÇO DE ARTHUR MAIA, AMÉRICA SEGUE 100%

O América venceu o Globo neste domingo por 2 a 0 na Copa do Nordeste com um gol de Dener e um golaço do meia Arthur Maia, que disparou da intermediária e passou por cinco jogadores antes de estufar as redes. O gol, que está sendo considerado o mais bonito desde a inauguração da Arena das Dunas, ganhou repercussão nacional também.

"Foi um dia especial para o grupo e para mim por aquele gol. É uma característica minha de arrancada, mas difícil de concluir em gol, pela forma que foi: arrancando desde a intermediária do nosso campo", comentou o camisa 10 do Dragão após a partida.

Com o resultado, o Alvirrubro segue 100% na Copa Cidade de Natal com seis pontos conquistados, três atrás do Globo. Entretanto, o time do técnico Oliveira Canindé tem dois jogos a menos que o rival de Ceará-Mirim e, caso vença as partidas, pode assumir a liderança isolada do returno e seguir – mais forte - na briga pela final do Estadual. Além disso, o time segue imbatível desde a inauguração da Arena das Dunas, que aconteceu no jogo diante do Confiança em 26 de janeiro.

Mesmo que não seja possível conquistar o returno e fazer as finais com o Globo, o América caminha para garantir um calendário do jeito que gostaria no próximo ano, que marca o centenário do clube. O time foi o vice-campeão da Copa RN e hoje é o segundo colocado da Copa Cidade Natal.

Ao todo, o Alvirrubro já conquistou 19 pontos no Campeonato Potiguar, três a menos que o Globo, que fez 22, mas tem dois jogos a mais. O terceiro colocado é o Alecrim, que assim como o time de Ceará-Mirim tem 11 jogos contra nove do Alvirrubro, e já fez 16 pontos. O Coríntians de Caicó, com 14 pontos em dez jogos e o ABC, com 12 pontos também em 10 jogos seguem um pouco atrás.

Caso o Globo conquiste o título antecipado do Estadual, o América estaria automaticamente classificado para a Copa do Nordeste e Copa do Brasil por estar na segunda colocação geral (na soma das duas fases) da competição.

FOTOS: EDUARDO MAIA / NJ

Quase 9 mil pessoas foram ao Nélio Dias conferir o primeiro evento do Ultimate Fight Championship na capital potiguar

Com essa sequência, o norte-americano Dan Henderson derrubou o brasileiro Mauricio Shogun Rua e conseguiu nova vitória na revanche de uma das maiores lutas da história do MMA mundial

Pupilo de Vitor Belfort, Cezar Mutante foi nocauteado pelo norte-americano C.B Dollaway com apenas 39 segundo de luta no co-evento principal

Até a próxima

/ MMA / UFC NATAL SUPERA EXPECTATIVAS DA ORGANIZAÇÃO E CAPITAL POTIGUAR AGORA PROJETA UMA NOVA VINDA DA MAIOR FRANQUIA DE LUTAS DO PLANETA EM 2015

LUAN XAVIER
JALMIR OLIVEIRA
DO NOVO JORNAL

A EXPECTATIVA FOI confirmada: Natal recebeu neste fim de semana o maior evento esportivo já sediado no Rio Grande do Norte, o UFC Natal, que teve como luta principal a revanche entre Mauricio Shogun e o norte-americano Dan Henderson, que novamente ficou com a vitória. Para o público, o evento foi praticamente impecável. Para as autoridades, foi sinal de que a capital potiguar passou no último grande teste antes da Copa do Mundo Fifa Brasil 2014, que acontece nos meses de junho e julho.

Foram 8.628 pessoas presentes ao Ginásio Nélio Dias, na zona Norte da capital, para assistir ao evento, que teve sua primeira luta iniciada às 17h e terminou por volta das 23h.

Além do segundo encontro entre as lendas Maurício Shogun e Dan Henderson, eles assistiram à performance impecável do potiguar Jussier Formiga, quem mais conseguiu empolgar o público ao derrotar o norte-americano Scott Jorgensen com uma finalização ainda no primeiro round de luta.

Ronny Markes, outro potiguar presente ao evento, acabou sendo derrotado ainda no primeiro round e agora tem sua permanência no UFC ameaçada.

Além de ter amargado sua segunda derrota consecutiva no Ultimate, ele não conseguiu bater o peso antes da luta, o que sempre não é bem visto pela organização. O tropeço lhe causou multa de 20% em cima do valor da bolsa que recebeu pela participação no evento de domingo.

Participante da segunda edição do programa The Ultimate Fighter Brasil, o cearense Rony Jason foi outro que teve apoio maciço da torcida potiguar e foi um dos mais celebrados na edição do UFC em Natal.

Rony, que morou quase 15 anos de sua vida no Rio Grande do Norte, entrou com a máscara símbolo do personagem "Jason Voorhes", da série filmes "Sexta-Feira 13".

O objeto é uma ferramenta para desestabilizar o adversário, estratégia que surtiu efeito e o ajudou a derrotar o americano Steven Scott Siler, por nocaute, ainda no primeiro round. Ao término da luta, ele disse que pretende se mudar para Natal.

"Eu gosto muito da cidade. Tenho grandes amigos e posso treinar com ótimos lutadores. Não preciso ir ao Rio de Janeiro, tenho tudo aqui", disse.

Elogiado e tendo como maiores incidentes o calor e a falta de internet no interior do ginásio, o UFC Natal superou as expectativas da organização, que promete avaliar uma nova vinda à capital do Rio Grande do Norte.

"Queremos voltar", disse Grace Tourinho, vice-presidente do UFC no Brasil. "Sempre estamos analisando várias áreas e esperamos voltar a Natal", comentou.

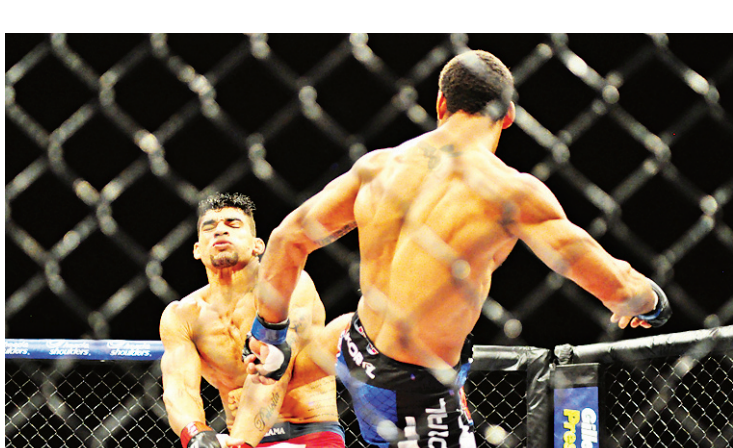
CONTINUA NA PÁGINA 18 ▶

No último embate do card preliminar, Francimar Bodão lutou bem, mas perdeu por decisão dos árbitros para o holandês Hans Stringer (29 a 28)

Campeão do TUF Brasil 2, em 2013, Léo Santos decepcionou ao amarrar luta com Norman Parke. Juízes deram empate

Potiguar Jussier Formiga finalizou Scott Jorgensen (EUA) e quase levou abaixo o Ginásio Nélio Dias. Lutador foi o mais aclamado pelo público

Ex-pugilista, Fabio Maldonado deu uma aula de boxe contra Gian Villante (EUA) e venceu por decisão unânime da arbitragem



O também potiguar Ronny Markes frustrou os fãs ao ser nocauteado ainda no primeiro round após tomar esse chute no abdômen

Michel Trator, substituto do potiguar Gleison Tibau no UFC Natal, atropelou o russo Mairbek Taisumov e conquistou vitória por decisão dos árbitros

Thiago Bodão, ex-TUF Brasil 2, foi finalizado por Kenny Robertson ainda no primeiro round na segunda luta do UFC Natal

Na primeira luta do card principal, Rony Jason superou Steven Siller (EUA) com um nocaute técnico no 1º round

Bruce Buffer, locutor oficial do Ultimate, era atração à parte

Na primeira luta da noite, o cearense Godofredo Pepey nocauteou - e apagou - o israelense Noad Lahat com uma joelhada no queixo ainda no 1º round

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 17

FÃS APROVAM ESTRUTURA INSTALADA NO NÉLIO DIAS

FOTOS: EDUARDO MAIA / NJ

Mesmo com 20 minutos de atraso na abertura dos portões, acesso dos fãs foi tranquilo e estrutura montada no Nélio Dias foi bastante elogiada pelo público presente

O marinheiro Janderson Alex Firmino, 24 anos, chegou cedo ao Ginásio Nélio Dias. Foi um dos primeiros a entrar na estrutura montada para o UFC Fight Night em Natal. "Sou muito fã de MMA. Cresci vendo as lutas na televisão. É um sonho poder participar disso de tão perto", contou.

Ele participou de uma promoção feita pela organização do evento. Foi fotografado e a sua imagem digitalmente colocada frente à frente a um dos lutadores, para simular as famosas encaradas antes dos combates. Ele escolheu o seu ídolo, o curitibano Maurício Shogun. "Ele é o cara", disse.

A estrutura do UFC oferecia ainda lojas de souvenirs. O público poderia comprar camisas, bandeiras, bonés, canetas e bonecos dos lutadores. Um pequeno boneco, com pouco mais de 30 centímetros, custava R$ 110. Nas lanchonetes do ginásio, os preços também eram salgados. Um copo de refrigerante, com 500 ml, era cobrado por R$ 6. No local, por questões de segurança, estava proibida a comercialização de latas e garrafas. No entanto, o consumo de bebidas alcoólicas estava liberado. Um copo de cerveja custava R$ 6.

A aposentada Anamaria Lobo, 61, nunca havia assistido a uma luta antes. "Eu não gostava, mas passei a admirar", disse. Ela estava acompanhada das irmãs Narielly Galvão, 31, e Ângela Galvão, 30. A primeira se diz fã do UFC. Já foi ver uma edição do evento em Belo Horizonte, em 2012. "A estrutura está bem semelhante, mas aqui não tem refrigeração. Está quente demais", reclamava. Dentro do Ginásio, a temperatura estava acima dos 30 graus Celsius.

O calor chamou a atenção do presidente do UFC, Dana White, que a acompanhou todo o evento pela televisão. "It's 93 degrees in the arena and 83% humidity!!! That's brutal", escreveu. (A arena está com 93 graus [Farenheit] e umidade com 83%. Isso é brutal), escreveu ele no Twitter.Apesar da crítica à climatização do local, ele se disse satisfeito com o evento.

O presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves (PMDB), também viu a maratona de lutas. "Eu sempre vejo. Nos fins de semana é meu passatempo favorito", disse.

Ele apostava as fichas em Maurício Shogun. "É um grande lutador. Acho que teremos uma grande luta", analisou. O peemedebista estava acompanhado do deputado federal Felipe Maia (DEM). "Aqui não é hora de política é hora de torcer pelos brasileiros", resumiu.

Minutos antes da primeira luta, a psicóloga Camila Moreira, 28, apertava o passo para alcançar o assento comprado. "Muito organizado e sinalizado. Espero que outros eventos deste porte desembarquem por aqui. Natal mostrou que está preparada para receber grandes espetáculos", avaliou.

O evento, maior já realizado na cidade antes da Copa do Mundo Fifa Brasil 2014, trouxe ânimo para as autoridades locais, que agora esperam ver Natal - de fato - no roteiro das grandes competições internacionais. "Essas lutas foram transmitidas para mais de 100 países. É uma oportunidade que Natal só terá com a Copa do Mundo. O sucesso do UFC comprova que nossa cidade tem sim condições de receber grandes eventos", afirmou o titular da Secretaria Municipal da Juventude, do Esporte, do Lazer e da Copa do Mundo 2014 (Sejel), Luiz Eduardo Machado.

Segundo ele, o esforço a se fazer agora é para que Natal volte a receber outra edição do UFC em 2015, desta vez uma disputa por cinturão. "Com relação à disputa de cinturão, quem coordena isso são os nossos matchmakers (Joe Silva, Dana White e Sean Shelby),mas, sem dúvida, queremos sempre trazer grandes lutas, como as que tivemos nesta noite", afirmou Grace Tourinho, vice-presidente do UFC no Brasil.

Loja de souvenirs atraiu bom número de interessados em levar produtos oficiais do Ultimate

Janderson Firmino, marinheiro: um dos primeiros a entrar após abertura dos portões

Narielly Galvão (centro): calor foi ponto contra o evento realizado no Nélio Dias

Henrique Eduardo Alves, presidente da Câmara dos Deputados: UFC é passatempo favorito

Camila Moreira, psicóloga: organização e ótima sinalização no acesso do público

O que funcionou

ENTRADA

O acesso do público ao ginásio mostrou-se tranquilo, bem organizado e bastante sinalizado, tendo sido elogiado por várias fontes ouvidas pela reportagem. Desde a Avenida Dr. João Medeiros Filho (Estrada da Redinha), placas de sinalização orientavam motoristas a chegar de forma fácil ao Ginásio Nélio Dias.

SAÍDA

Apesar do engarrafamento na saída do estacionamento, a evacuação do ginásio se deu de forma rápida - pouco mais de cinco minutos após o término do evento. Colaboradores do UFC orientavam a saída das pessoas e mostravam alternativas para as saídas congestionadas.

IMPRENSA

A estrutura oferecida para a imprensa no Nélio Dias foi completa. O Centro de Imprensa comportou todos os profissionais credenciadas e ofereceu completa estrutura de trabalho, incluindo guia das lutas, internet, monitores de TV e alimentação. No interior do ginásio, o posicionamento dos profissionais de mídia era demarcado e garantia visão privilegiada.

O que não funcionou

CLIMATIZAÇÃO

Para quem estava na área destinada à imprensa ou no setor chamado de Octógono Premium, que tinha o ingresso mais caro (R$ 950), os equipamentos de refrigeração colocados pelo UFC garantiram um clima agradável durante todo o evento, mas quem esteve nas arquibancadas sofreu com o calor do Nélio Dias. O público fazia o possível para se refrescar. Utilizam as mãos, num movimento sincronizado, para afastar o clima abafado que enchia o espaço.

WI-FI

A internet sem fio dentro do ginásio, que estava disponível para os profissionais de imprensa, não funcionou. Esteve bem antes no início, começou a oscilar e depois ficou indisponível, o que comprometeu o trabalho de algumas equipes. Segundo funcionários do UFC, o serviço de internet falho foi contratado junto a uma empresa local.